



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE COMUNICAÇÕES E ARTE
PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E PODER**

ANDRES EMILIANO RODRIGO PASQUIS

**2020, O PANTANAL EM CHAMAS: ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DE
POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS IMPACTADAS
PELOS INCÊNDIOS NA COBERTURA JORNALÍSTICA DOS SITES DE FOLHA
DE S. PAULO E LE MONDE**

**CUIABÁ - MT
2025**

ANDRES EMILIANO RODRIGO PASQUIS

**2020, O PANTANAL EM CHAMAS: ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DE
POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS IMPACTADAS
PELOS INCÊNDIOS NA COBERTURA JORNALÍSTICA DOS SITES DE FOLHA
DE S. PAULO E LE MONDE**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Comunicação e Poder da Faculdade de Comunicações e Arte da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Comunicação e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Cristóvão Domingos de Almeida.

**CUIABÁ-MT
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

P284d Pasquis, Andres Emiliano Rodrigo.

2020, o Pantanal em chamas: análise da representação de povos originários e comunidades tradicionais impactadas pelos incêndios na cobertura jornalística dos sites de Folha de S. Paulo e Le Monde [recurso eletrônico] / Andres Emiliano Rodrigo Pasquis. -- Dados eletrônicos (1 arquivo : 246 f., il. color., pdf). -- 2025.

Orientador: Cristóvão Domingos de Almeida.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cuiabá, 2025.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.

Inclui bibliografia.

1. Pantanal. 2. Incêndios. 3. Comunidades tradicionais. 4. Jornalismo ambiental. 5. Racismo ambiental. I. Domingos de Almeida, Cristóvão, *orientador*. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: 2020, o Pantanal em chamas: análise da representação de povos originários e comunidades tradicionais impactadas pelos incêndios na cobertura jornalística dos sites Folha de S. Paulo e Le Monde

AUTOR: Mestrando Andrés Emiliano Rodrigo Pasquis

Dissertação defendida e aprovada em 23 de maio de 2025.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. Professor Doutor Cristóvão Domingos de Almeida [Presidente da Banca/Orientador]

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso

2. Professor Doutor Thiago Cury Luiz [Examinador Titular Interno]

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso

3. Professora Doutora Ilza Maria Tourinho Girardi [Examinadora Titular Externo]

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

4. Professora Doutora Jociene Carla Bianchini Ferreira Pedrini [Examinadora Suplente]

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso

CUIABÁ, 23 DE MAIO DE 2025.



Documento assinado eletronicamente por **CRISTOVAO DOMINGOS DE ALMEIDA, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 23/05/2025, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO CURY LUIZ, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 26/05/2025, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ilza Maria Tourinho Girardi, Usuário Externo**, em 09/06/2025, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7935422** e o código CRC **EAFB6236**.

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a minha mãe e ao meu pai, que me transmitiram os valores
que sustentam esta caminhada e despertaram em mim a atenção às lutas
socioambientais desde muito cedo.

À minha companheira, pelo apoio constante, conselhos lúcidos e presença
carinhosa.

Ao meu orientador, pelas orientações generosas e escuta atenta, que fizeram da
pesquisa um processo de amadurecimento e partilha.

E, principalmente, aos povos originários e comunidades tradicionais, que seguem
resistindo e lutando pelo planeta e seus modos de vida, nossa casa comum.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo avaliar a representação das comunidades tradicionais e originárias na cobertura digital de dois veículos de notícias, um internacional e outro nacional, sobre os incêndios que assolaram o Pantanal em 2020. O estudo analisa as matérias digitais de Le Monde e Folha de S. Paulo, já que ambos têm ampla relevância em suas áreas de atuação além de uma dedicação mais aprofundada na cobertura socioambiental. A pesquisa fundamentou-se nos conceitos de representação, representatividade, invisibilização e desumanização, a partir de autores como Sandra Jovchelovitch e Djamila Ribeiro, sob a ótica do jornalismo ambiental e racismo ambiental, com base em Ilza Girardi e Mariana Belmont, entre outras autoras. Com base em um método qualitativo, foram aplicadas quatro abordagens analíticas: a Classificação das Fontes Jornalísticas, fundamentada em Aldo Schmitz, a Análise Textual Discursiva, segundo Moraes e Galiazzi, a Análise de Cobertura Jornalística, com Gislene Silva e Flávia Dourado Maia e a Análise de Imagens, apoiada nas contribuições de Susan Sontag, Ariella Azoulay e André Melo Mendes. A pesquisa revelou que a cobertura jornalística não ultrapassou a lente ambiental. A ausência de representação e representatividade das comunidades tradicionais pode ter resultado em sua invisibilização e consequente desumanização.

Palavras-chave: Pantanal, incêndios, comunidades tradicionais, jornalismo ambiental, racismo ambiental.

Abstract

This research aimed to assess the representation of traditional and indigenous communities in the digital news coverage of two media outlets, one international and one Brazilian, regarding the wildfires that devastated the Pantanal region in 2020. The study analyzed digital articles published by Le Monde and Folha de S. Paulo, both of which are highly influential in their respective contexts and recognized for their more in-depth socioenvironmental reporting. Grounded in the concepts of representation, representativeness, invisibilization, and dehumanization and drawing on authors such as Sandra Jovchelovitch and Djamila Ribeiro, informed by the frameworks of environmental journalism and environmental racism, notably through the works of Ilza Girardi and Mariana Belmont, the research employed four qualitative analytical approaches: the Classification of Journalistic Sources, based on Aldo Schmitz, the Textual Discourse Analysis, following Moraes and Galiazzi, the Journalistic Coverage Analysis, according to Gislene Silva and Flávia Dourado Maia and an Image Analysis, supported by the contributions of Susan Sontag, Ariella Azoulay, and André Melo Mendes. The findings reveal that the journalistic coverage rarely moved beyond an ecological lens. The lack of representation and representativeness of traditional communities may have led to their invisibilization and consequent dehumanization.

Keywords: Pantanal, environmental journalism, environmental racism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Pantanal, maior zona úmida tropical do mundo, Brasil.....	15
Figura 2 – Panorama da População Brasileira por Cor ou Raça em 2022.....	22
Figura 3 – Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento.....	23
Figura 4 – Deputados Eleitos por Raça/Cor.....	24
Figura 5 – Mapa Social de Mato Grosso: Povos Ribeirinhos, Grupos de Siriri, Povos Indígenas e Quilombolas.....	54
Figura 6 – Mapa Social de Mato Grosso: Agricultores Familiares, Artesãos, Povos Extrativistas.....	56
Figura 7 – Mapa Social de Mato Grosso: Acampados e Assentados.....	56
Figura 8 – Mapa Social de Mato Grosso: Povos Ribeirinhos.....	57
Figura 9 – Dados do IVC sobre Folha de S. Paulo.....	58
Figura 10 – Repartição dos tipos de divulgação do jornal Le Monde.....	59
Figura 11 – Repartição das fontes jornalísticas da cobertura de Folha de S. Paulo.....	71
Figura 12 – Conexão com Povos e Comunidades e Repartição das Categorias Consolidadas.....	78
Figura 13 – Presença e protagonismo de Povos Originários e Comunidades Tradicionais na cobertura de Folha de S. Paulo.....	84
Figura 14 – Presença de Povos e Comunidades nas fotografias da cobertura jornalística de Folha de S. Paulo.....	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Métodos utilizados na análise das matérias.....	65-66
Tabela 2 – Método de análise de imagens.....	68-69
Tabela 3 – Matriz de Classificação das Fontes de Notícias.....	70
Tabela 4 – Análise de amostras segundo a Classificação de Fontes.....	73
Tabela 5 – Categorias consolidadas a partir da Análise Textual Discursiva.....	76
Tabela 6 – Análise de amostras segundo o a metodologia de Análise Textual Discursiva.....	81-82
Tabela 7 – Análise de amostras segundo o método de Análise de Cobertura Jornalística.....	85
Tabela 8 – Análise imagética de duas matérias de Folha de S. Paulo.....	90-95
Tabela 9 – Análise imagética da reportagem de Le Monde.....	98-99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LASA/UFRJ - Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais /
Universidade Federal do Rio de Janeiro
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
GEE - Gases de Efeito Estufa
SEEG - Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito
Estufa
ATD - Análise Textual Discursiva
ACJ - Análise de Cobertura Jornalística
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
ONU - Organização das Nações Unidas
PNDH-3 - Programa Nacional de Direitos Humanos – 3ª edição
RBJA - Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental
IVC - Instituto Verificador de Comunicação
GEMAA - Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa
CLACSO - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE.....	18
2.1 A representação pavimentando o caminho para a representatividade.....	19
2.2 Representatividade: uma análise aprofundada	25
2.3 A importância da representatividade no contexto democrático	27
3. INVISIBILIZAÇÃO E DESUMANIZAÇÃO	30
3.1 Da falta de representatividade ao risco de invisibilização.....	30
3.2 A invisibilização como processo histórico e condenação pública.....	35
3.3 A invisibilização pela história única.....	37
3.4 Da invisibilização à desumanização: a humanidade negada....	39
3.5 Comunicação falha: entre desumanização e discriminação.....	43
3.6 O direito à comunicação e a luta contra a desumanização.....	44
4. JORNALISMO AMBIENTAL E RACISMO AMBIENTAL.....	46
4.1 Jornalismo ambiental: uma necessidade em tempos de crise....	46
4.2 Racismo ambiental: impactos e desafios.....	50
4.3 Jornalismo ambiental e a representatividade dos povos originários e comunidades tradicionais.....	52
5. PERCURSO METODOLÓGICO.....	54
5.1 Povos originários e comunidades tradicionais.....	54
5.2 Folha de S. Paulo e Le Monde.....	57
5.3 Pesquisa qualitativa.....	60
5.4 Classificação das fontes jornalísticas, Análise Textual Discursiva e Análise de Cobertura Jornalística.....	64
5.5 Análise e classificação de imagens: aportes teóricos e metodológicos.....	66
6. ANÁLISES E RESULTADOS	69
6.1 Quem fala? A presença (e ausência) de vozes nas fontes jornalísticas.....	70

6.2 Análise Textual Discursiva: sentidos emergentes e conexões com povos originários e comunidades tradicionais.....	74
6.3 Gêneros, imagens e sujeitos: dados da Análise de Cobertura Jornalística.....	83
6.4 Leitura crítica das coberturas fotográficas: entre devastação e invisibilização.....	88
7. CONCLUSÃO.....	101
8. REFERÊNCIAS.....	107
ANEXOS.....	111
Anexo A – Análise das matérias de Folha de S. Paulo segundo a metodologia de Classificação de Fontes.....	111
Anexo B – Análise das matérias de Folha de S. Paulo segundo a metodologia de Análise Textual Discursiva.....	123
Anexo C – Análise das matérias de Folha de S. Paulo segundo a metodologia de Análise de Cobertura Jornalística.....	149
Anexo D – Análise das fotografias na cobertura jornalística de Folha de S. Paulo.....	163

1. INTRODUÇÃO

O Pantanal, maior planície alagável do mundo, se estende pelo Brasil, Bolívia e Paraguai e abriga o ponto de encontro entre Cerrado, Chaco, Amazônia, Mata Atlântica e Bosque Seco Chiquitano, compondo um complexo de ecossistemas que reúne a maior biodiversidade do planeta (Figura 01). Entre eles existem uma harmonia e interdependência imprescindíveis para o suprimento de água e alimentação do continente, além de serem indispensáveis para a estabilização do clima e a conservação dos solos em nível global. Mas, o Pantanal, a exemplo dos outros ecossistemas, não abriga apenas a chamada biodiversidade de fauna e flora. Trata-se de sociobiodiversidades, já que neles habitam múltiplos povos originários e comunidades tradicionais que têm seus modos de vida e culturas entrelaçados com a fauna, flora, águas, terra e ares. Portanto, eles conhecem, dependem, convivem e preservam esses sociobiomas que são seus lares. Assim sendo, a melhor forma de proteger esses ecossistemas é assegurar os direitos territoriais de seus povos e comunidades, reconhecendo e demarcando suas terras, executando a reforma agrária e dando visibilidade para suas histórias e resistências (AGROÉFOGO, 2022).

Embora abrigue toda essa riqueza, em 2020, o mundo viu o Pantanal e outros biomas, em chamas. Assolado por incêndios, o ‘Reino das Águas’, como é conhecido, teve cerca de quatro milhões de hectares destruídos, segundo dados do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais do Departamento de Meteorologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LASA/UFRJ, 2021) e ainda, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2022), o mês de setembro acumulou 8.106 focos de calor, ou seja, 35% a mais do que o recorde histórico de 2005 que registrou 5.993 focos. Foi o maior número desde que o Instituto começou o monitoramento, em 1998.

Se por um lado a cobertura nas mídias nacional e internacional deu uma visibilidade relativamente ampla para esses crimes ambientais, neste contexto é pertinente questionar se os principais impactados, ou seja, os povos originários e as comunidades tradicionais que estavam na linha de frente, sofrendo, lutando e se organizando contra os incêndios, ganharam voz e protagonismo relevantes. Afinal, eles são os moradores e guardiões desses sociobiomas, logo, uma representação limitada e a possível e subsequente invisibilização da realidade que eles enfrentaram não só os colocaria – junto com suas culturas, modos de vida e histórias – em situação de extrema vulnerabilidade, como também dificultaria a busca por soluções compartilhadas para essas violências.

Os incêndios que destroem os sociobiomas brasileiros são recorrentes, acontecendo anualmente no período de seca, que começa em maio-junho e vai até setembro-outubro. Esse cenário sempre foi objeto de uma preocupação internacional, no qual o Brasil ratificou, por exemplo, o Acordo de Paris, tratado mundial firmado em 2015, cujo objetivo é reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) para conter o aquecimento global. O Brasil se comprometeu a diminuir suas emissões de gases em até 37% até 2025 (comparados aos níveis emitidos em 2005), estendendo essa meta para 43% até 2030 e neutralizando-as em 100% até 2050, através de uma Estratégia Nacional de Longo Prazo. As principais metas assumidas pelo governo brasileiro foram: aumentar o uso de fontes alternativas de energia; aumentar a participação de bioenergias sustentáveis na matriz energética brasileira para 18% até 2030; utilizar tecnologias limpas nas indústrias; melhorar a infraestrutura dos transportes; diminuir o desmatamento; restaurar e reflorestar até 12 milhões de hectares. No entanto, a política do governo Bolsonaro foi na contramão dessa resolução: o desmatamento na Amazônia foi o maior desde 2008, a emissão de CO² foi a maior desde 2006, segundo dados do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG/Observatório do Clima, 2022). E, ainda, segundo dados do Inpe, os focos de incêndio em todo o território foram os mais numerosos desde 2011.

Por conta desse cenário, os incêndios ocorridos no Pantanal durante o ano de 2020 ganharam espaço nos veículos de mídia nacionais e internacionais. As notícias demonstraram o descaso do governo da época com os compromissos assumidos para a

proteção dos biomas e a contradição nas políticas públicas acerca do tema. As mídias nacional e internacional cobriram o assunto, dando destaque para a destruição ecológica.

Diante da relevância desse panorama, a presente pesquisa teve por objetivo alçar perguntas que contribuam para entender o contexto e a extensão do tema: Os povos e comunidades tradicionais tiveram protagonismo e voz? Como foram retratados? Eles foram entrevistados diretamente ou retratados por terceiros? Para além dos prejuízos ecológicos, que são de grande importância, as notícias veiculadas e as fotografias divulgadas evidenciaram os impactos sobre a saúde, a cultura, a subsistência dos povos que habitam o Pantanal?

Foi para responder a essas perguntas, que elaboramos um amplo levantamento com análises que nos permitiram coletar elementos fundamentais para esclarecer que tipo de representação foi dada, se esta implicou representatividade ou se houve um processo de invisibilização e desumanização na cobertura jornalística.

Essa análise procura contribuir na compreensão dos impactos sociais decorrentes destes processos de cobertura jornalística. Também pode ajudar na construção de bases para um jornalismo mais inclusivo, considerando a visibilidade e protagonismo de povos originários e comunidades tradicionais na cobertura de questões socioambientais.

Nesse contexto, o jornalismo ambiental surge como uma ferramenta essencial para promover uma abordagem sistêmica e plural. Como aponta a pesquisadora e Doutora em Comunicação, Ilza Girardi (2012), o jornalismo ambiental vai além da cobertura factual, adotando uma perspectiva que conecta sociedade e meio ambiente de forma complexa, considerando as múltiplas vozes e narrativas envolvidas.

Para construir uma base sólida de pesquisa foi crucial explorar as obras de autoras e autores que investigam temas correlatos. No desenvolvimento da pesquisa, utilizamos a linguagem científica composta por proposições e conceitos que organizam objetos e processos, definindo o que deve ser examinado e construído no decorrer da investigação.

A abordagem metodológica baseou-se em uma análise qualitativa que integra a Classificação de Fontes Jornalísticas, a Análise Textual Discursiva (ATD) e a Análise de Cobertura Jornalística (ACJ). A ATD possibilita identificar padrões discursivos nos textos jornalísticos, enquanto a ACJ avalia a profundidade e abrangência da cobertura. Adicionalmente, uma análise imagética crítica foi imprescindível para compreender a visão liberada pelas coberturas jornalísticas. Esse método combinou dados textuais e visuais para compreender como as narrativas midiáticas abordaram (ou negligenciaram) a perspectiva dos povos originários e comunidades tradicionais.

Para este trabalho, recorreremos a uma ampla gama de pesquisadoras e pesquisadores para definir conceitos centrais, como representação, representatividade, invisibilização, desumanização e racismo ambiental. É fundamental esclarecer que esta investigação adota voluntariamente uma perspectiva anti-hegemônica. O objetivo é evidenciar e questionar a exclusão histórica e sistemática de grupos marginalizados em benefício de uma maioria dominante, frequentemente privilegiada em trabalhos acadêmicos. Nesse sentido, priorizamos referências que desafiam a lógica patriarcal, eurocêntrica e branca ainda predominante em boa parte da produção científica. Essa escolha metodológica reflete o compromisso de trazer à tona vozes e perspectivas frequentemente negligenciadas. No entanto, isso não significa que as teorias primárias foram desconsideradas. Pelo contrário, reconhecemos sua relevância e as utilizamos como base, optando, contudo, por acessá-las através de autoras cuja produção se conecta, diretamente, com a realidade e os temas abordados nesta pesquisa, ampliando, assim, a profundidade e a pertinência das análises propostas.

2. REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE

2.1 A Representação pavimentando o caminho para a Representatividade

Logo no início deste trabalho de pesquisa, identificamos como etapa imprescindível analisar, primeiramente, a presença ou não de povos originários e comunidades tradicionais na cobertura jornalística digital de Le Monde e Folha de S. Paulo. Para além disso, nosso interesse também residiu em averiguar que tipo de voz eles receberam e

como foram apresentados nos veículos de comunicação. Determinar se há ou não a presença é um primeiro passo para analisar o processo de representação.

O fato, aliás, nos levou a um segundo desafio, desta vez mais conceitual-teórico: a necessidade de diferenciar a concepção de representação e representatividade, com base numa ampla bibliografia já publicada sobre o tema. Várias pesquisadoras, dentre elas a comunicadora Deh Bastos, a jornalista Paula Batista e a psicóloga social Sandra Jovchelovitch, demonstraram que para falar de representatividade e o que esse conceito implica, torna-se impreterível definir o que é representação, além do que ambos os conceitos são muitas vezes confundidos.

Jovchelovitch (2004) aborda a noção de Representação Social como uma das bases das pesquisas e trabalhos do seu percurso acadêmico. Ela explica que a Representação Social é um processo complexo de construção e interpretação dos objetos e experiências que constituem a realidade social de cada indivíduo. São ações comunicativas que ligam sujeitos a outros sujeitos. Ela denomina isso de "objeto-mundo" – termo que abrange tudo o que existe para as pessoas, incluindo o Eu, o Outro, os objetos físicos, os artefatos culturais e, inclusive, as realidades que conhecemos sem ter contato direto com elas. Em sua percepção, o conhecimento e a compreensão do mundo são construídos através de representações simbólicas que organizam e dão sentido às nossas experiências. Nesse sentido, a representação social envolve a criação e a atribuição de significados que moldam a percepção do mundo e a identidade dos indivíduos dentro de um contexto cultural e histórico específico.

A Representação Social é uma construção coletiva, intersubjetiva e simbólica que surge de práticas comunicativas e interações sociais e culturais. Trata-se de uma mediação que não captura a totalidade nem complexidade do objeto representado podendo resultar em processos falhos do ponto de vista da exposição da realidade, como a hiper-representação, explica Jovchelovitch (2004):

Finalmente, esta concepção de representação não dá ao processo representacional o poder de definir completamente o objeto. Não nos esqueçamos dos perigos envolvidos na hiper-representação, o termo que eu uso para descrever aquelas situações onde as representações são produzidas sem consideração alguma com a realidade do objeto. A representação também distorce, mente, ilude e confunde. (JOVCHELOVITCH, 2004, p.20-31)

De acordo com a autora, não é possível analisar apenas a representação em si, como também a qualidade dela para determinar se houve representatividade. Na mesma linha de raciocínio, o psicólogo social e comunicador Pedrinho Guareshi agrega em suas pesquisas que as representações sociais se manifestam através de diferentes ‘modos’ e ‘meios’. Ele sugere que, ao se aproximar de um fenômeno que pode ser considerado como uma representação social, é fundamental questionar de que modo ela está configurada e por que meio ela é trazida. Guareshi (2000) retoma conceitos de Jovelovitch para explicar que essa análise precisa de multimeios e multimodos, já que cada representação social pode ser expressa em diversos contextos e canais de comunicação, indo desde práticas culturais e artísticas até hábitos e costumes das comunidades.

Uma representação pode se apresentar nos usos e costumes, como também pode estar presente nas conversações das pessoas; ela pode ser recolhida em textos da mídia impressa (Gomais, revistas etc.), como pode estar presente nas imagens de cenas televisivas (novelas, filmes), ou mesmo em danças, passeatas e marchas (romarias) de manifestações populares. E, é claro, ela pode ser buscada nas mentes das pessoas, em suas opiniões, atitudes, crenças, símbolos. (Guareshi, 2000, p.254)

O autor enfatiza que a análise de representações sociais requer um olhar atento à multiplicidade de formas em que elas se apresentam. Ele propõe que para cada cruzamento entre modos e meios, novas perguntas e hipóteses podem emergir, desafiando a criatividade dos pesquisadores. Essa abordagem pode revelar lacunas e espaços não contemplados em investigações anteriores, ampliando os horizontes das pesquisas em representações sociais.

Considerando a compreensão de Jovchelovitch sobre a construção simbólica das representações sociais e as reflexões de Guareshi sobre suas múltiplas manifestações e meios de expressão, é possível entender melhor a responsabilidade que a mídia poderia assumir ao atuar com representação e representatividade. No caso em que esses dois conceitos não sejam respeitados, corre-se o risco de perpetuar estigmas e preconceitos.

A importância desta distinção e do aprofundamento no entendimento entre os dois conceitos estão presentes no artigo ‘Representatividade x Representação – Entenda a diferença e a importância’, da comunicadora e publicitária Deh Bastos¹ e da jornalista e

¹ <https://www.dehbastos.com>

mestra em Divulgação Científica e Cultural Paula Batista², idealizadoras do canal ‘Criando Crianças Pretas’³. No trabalho, as autoras aportam elementos importantes para essa discussão de uma forma mais direta contribuindo para esse entendimento:

Quando alguém que faz parte de uma minoria aparece nas telas, nas capas de revista etc., muitas vezes é dito que representatividade importa, porém isso não é representatividade e sim representação, que é quando uma pessoa representa um grupo de pessoas. Representação também é importante (BASTOS, [2019?], [s.p.]).

Seguindo a lógica de que representação implica a presença de grupos de pessoas que não costumam estar representados, chamados frequentemente de ‘minorias’, é importante aprofundar este último conceito. As ideias de representação e representatividade estão intimamente articuladas com a presença dessas ditas ‘minorias’, cuja definição do termo em si ainda é assunto de vasto e profundo debate, tendo várias abordagens. Neste trabalho entendemos que o enfoque aportado pela Sociologia parece ter maior ressonância por enfatizar que as minorias não serão qualificadas segundo uma ordem quantitativa. Ao invés disso, utilizaremos classificações sociológicas, que evocam questões culturais e políticas. O sociólogo e antropólogo brasileiro Luís de Gonzaga Mendes Chaves (1970) explica que

[...] a característica essencial desses grupos não se reduz a termos numéricos e sim a certas feições estruturais básicas nas inter-relações maioria minoria, como as relações de poder de acordo com as quais se verifica uma superioridade de uma ‘maioria’ frente a uma minoria, inferior quanto ao poder. (CHAVES, 1970, p.149-150)

O Brasil é, em si, um exemplo dessa relação: segundo dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022 55,5% da população brasileira considera-se preta ou parda (Figura 2)⁴. No entanto, segundo a própria Agência de Notícias do IBGE, a população preta e parda continua sendo aquela com menos acesso a emprego, educação, segurança e saneamento (Figura 3)⁵.

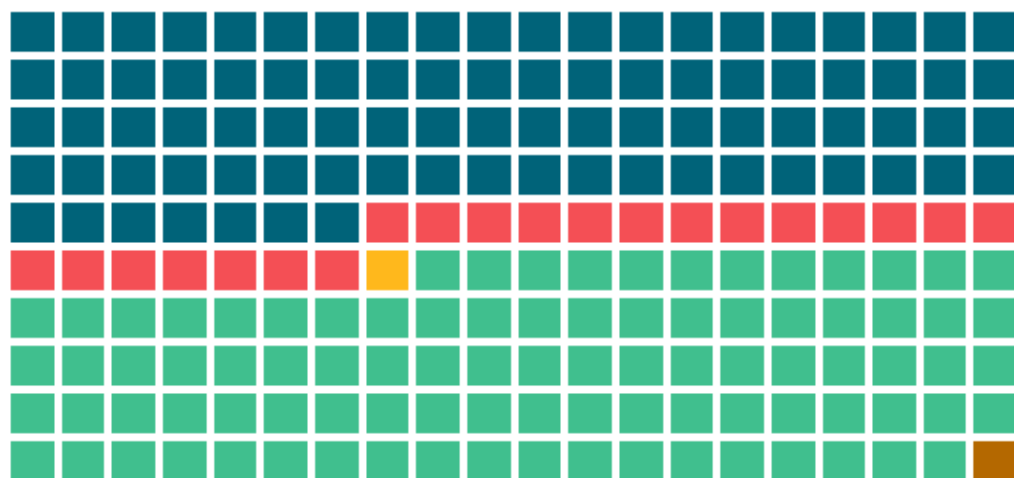
² <https://www.linkedin.com/in/paula-batista/overlay/contact-info/>

³ <https://www.instagram.com/criandocriancaspretas/>

⁴ Disponível em: <<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/infografico-percentual-de-pessoas-negras-pretas-pardas-em-cargos-comissionados>>

⁵ Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>>

Cor ou Raça (cada bloco = 0.5%)



 **Branca:** 88.252.121

 **Preta:** 20.656.458

 **Amarela:** 850.130

 **Parda:** 92.083.286

 **Indígena:** 1.227.642

Figura 2 – Panorama da População Brasileira por Cor ou Raça em 2022
 Fonte: Censo Demográfico 2022: Identificação étnico-racial da população, por sexo e idade:
 Resultados do universo

- Em 2021, considerando-se a linha de pobreza monetária proposta pelo Banco Mundial, a proporção de pessoas pobres no país era de 18,6% entre os brancos e praticamente o dobro entre os pretos (34,5%) e entre os pardos (38,4%).
- Em 2021, a taxa de desocupação foi de 11,3% para a população branca, 16,5% para a preta e 16,2% para a parda. Já as taxas de subutilização destas populações foram, respectivamente, 22,5%, 32,0% e 33,4%.
- Em 2021, a taxa de informalidade da população ocupada era 40,1%, sendo 32,7% para os brancos, 43,4% para os pretos e 47,0% para os pardos.
- O rendimento médio dos trabalhadores brancos (R\$3.099) superava muito o de pretos (R\$1.764) e pardos (R\$1.814) em 2021.
- Mais da metade (53,8%) dos trabalhadores do país em 2021 eram pretos ou pardos, mas esses grupos, somados, ocupavam apenas 29,5% dos cargos gerenciais, enquanto os brancos ocupavam 69,0% deles.
- Pretos e pardos enfrentam maior insegurança de posse da moradia: 20,8% das pessoas pardas e 19,7% das pessoas pretas residentes em domicílios próprios não tinham documentação da propriedade, enquanto a proporção entre as pessoas brancas era praticamente a metade (10,1%).
- Segundo o Censo Agro 2017, entre os proprietários de grandes estabelecimentos agropecuários (com mais de 10 mil hectares), 79,1% eram brancos, enquanto apenas 17,4% eram pardos e 1,6% eram pretos.
- Em 2020, houve 49,9 mil homicídios no país, ou 23,6 mortes por 100 mil habitantes. Entre as pessoas brancas, a taxa foi de 11,5 mortes por 100 mil habitantes. Entre as pessoas pardas, a taxa foi de 34,1 mortes por 100 mil habitantes e, entre as pessoas pretas, foi de 21,9 mortes por 100 mil habitantes.
- Nas áreas de graduação presencial com maior número de matrículas em 2020, as maiores proporções de pretos e pardos estavam em pedagogia (11,6% de pretos e 36,2% de pardos) e enfermagem (8,5% de pretos e 35,2% de pardos). Já o curso de medicina tinha apenas 3,2% de matriculados pretos e 21,8% de pardos.
- Os dados são do estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, que analisa as desigualdades entre brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas em cinco temas: trabalho, distribuição de renda, moradia, educação, violência e representação política.

Figura 3 – Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento

Fonte: Editoria de Estatísticas Sociais da Agência de Notícias do IBGE (2022)

No que diz respeito à política nacional, a relação de poder da chamada “maioria” sobre as “minorias” se comprova novamente. Segundo a Agência, em 2020, a população branca constituía a ampla maioria de vereadores e prefeitos, sendo que as populações pretas e pardas, que representavam mais de 55% da população brasileira, ocupavam apenas 32% dos cargos de prefeitos e 44,7% dos cargos de vereadores (Figura 4)⁶.

⁶ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/911743-numero-de-deputados-pretos-e-pardos-aumenta-894-mas-e-menor-que-o-esperado/>>



Figura 4 – Deputados Eleitos por Raça/Cor

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (2022)

Dados mais recentes de junho 2024, publicados pelo Governo Federal, demonstram que a tendência se mantém: o percentual de pessoas negras (pretas/pardas) em cargos comissionados é apenas de 30,05%⁷.

Na área da comunicação, o panorama não parece ser muito diferente. Em maio 2023, a publicação da pesquisa ‘Raça, Gênero e Imprensa: Quem Escreve nos Principais Jornais do Brasil?’, feita pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa (Gema) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mapeou o perfil dos profissionais que escrevem nos três maiores jornais impressos do país, Estado de S. Paulo, Folha de S.Paulo e O Globo. Como resultado, em 2021, os jornais analisados mantiveram a maioria branca atingindo 84,4%, o que indica a existência de forte desigualdade racial. O segundo grupo mais numeroso no jornalismo brasileiro são os pardos (6,1%), seguidos dos pretos (3,4%), amarelos (1,8%) e indígenas (0,1%).

Com base nesse cenário, entendemos como crucial para este trabalho partirmos do princípio de que a minoria referida é qualificada de maneira qualitativa e não quantitativa: não se refere a uma inferioridade numérica, mas indica uma ausência de

⁷ Disponível em: <<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/infografico-percentual-de-pessoas-negras-pretas-pardas-em-cargos-comissionados>>

representação em esferas de poder e visibilidade, como na política, nas posições de prestígio social e na mídia.

Resgatamos o artigo de Deh Bastos e Paula Batista ([2019?]) que declaram como conclusão: “Quando pessoas diversas aparecem, isso é representação. Quando pessoas diversas tomam a decisão, isso é representatividade”. Mas, a noção de representatividade é mais complexa, indo além das tomadas de decisão.

2.2 Representatividade: Uma análise aprofundada

No contexto da ciência política contemporânea a representatividade emerge como um conceito fundamental intrinsecamente ligado à essência da democracia moderna. O Dicionário de Política de Norberto Bobbio (1998, p.1102) explica que a representatividade se manifesta como a expressão dos interesses coletivos por meio de um representante e que este se comprometeria a atender às demandas e necessidades dos representados. Esta noção incorpora dimensões políticas e ideológicas cruciais para a compreensão de sua relevância em qualquer cenário sociopolítico, ainda mais quando se trata do cenário brasileiro e do mato-grossense.

Isso porque a representatividade desempenha um papel vital na construção da subjetividade e identidade de grupos e indivíduos. Um exemplo da importância de diferenciar Representatividade de Representação é a ascensão de uma mulher à Presidência da República, que poderia servir como catalisador que inspiraria outras mulheres a aspirar a posições de liderança semelhantes. Em contrapartida, imagens de controle que fomentam uma representação estereotipada de atrizes negras em papéis subalternos na mídia perpetuam uma percepção limitadora sobre o papel social da população afrodescendente, evidenciando a complexidade das dinâmicas representativas.

Nesse contexto, a filósofa antirracista Djamila Ribeiro (2017) propõe uma reflexão profunda sobre a importância da escuta de vozes historicamente silenciadas, como as de mulheres negras, e sobre como o reconhecimento dessas vozes deve se dar a partir do lugar social que ocupam. Como no conceito de Representatividade, a autora aponta que não basta apenas garantir a presença de determinados corpos em espaços simbólicos, é preciso considerar as condições reais de existência, legitimidade e escuta

dessas vozes. Como ela afirma, “pensar lugar de fala é uma postura ética”, pois implica considerar as hierarquias e desigualdades que estruturam quem pode falar, sobre o quê, e com que autoridade (RIBEIRO, 2017, p. 47).

Djamila também argumenta que o problema não é apenas quem fala, mas de onde se fala. Ela mostra que, em uma sociedade colonial e patriarcal, sujeitos como uma travesti negra ou uma mulher negra são constantemente confinadas a determinados espaços de fala, sendo deslegitimadas quando tratam de temas que fogem às suas identidades marcadas. Nesse contexto, a presença (Representação) pode facilmente se tornar uma performance vazia se não vier acompanhada do direito real de construir discursos e intervir politicamente. Por isso, ela ressalta que romper com a lógica da falsa universalidade própria de sujeitos que nunca precisaram reivindicar sua humanidade é parte do processo de luta por justiça.

Nesse sentido, Ribeiro afirma que “um dos equívocos mais recorrentes que vemos acontecer é a confusão entre lugar de fala e representatividade” (RIBEIRO, 2017, p. 47). A autora não descarta a luta por representação, mas enfatiza que ela deve ser acompanhada de uma reflexão crítica sobre como as posições de poder e privilégio moldam o discurso e a escuta. Ao apontar que saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensar questões de desigualdade, racismo e sexismo, Djamila desloca o debate da mera presença simbólica para a disputa pelo direito à construção legítima de narrativas.

Por fim, a autora lembra que “não há aqui a imposição de uma epistemologia de verdade, mas um chamado à reflexão” (RIBEIRO, 2017, p. 50). Pensar o lugar de fala é, portanto, desestabilizar a hierarquia que define quem pode ser ouvido, quem é considerado legítimo produtor de conhecimento, e quem continua sendo reduzido a objeto de discurso. A representatividade, quando pensada sob essa ótica, ultrapassa a noção de presença para exigir transformação nas estruturas que regulam o acesso à fala, à escuta e ao poder.

Deh Bastos e Paula Batista explicitam que a Representatividade vai além de representação, pois a pessoa responsável além de aparecer, precisa representar, de fato e politicamente, os interesses da minoria à qual pertence. Em outras palavras, trata-

se de estar e impactar nos espaços de decisão, compartilhando com outras pessoas do mesmo grupo essa influência e poder de decisão, para gerar a possibilidade de mudar as estruturas de poder pelo lado de dentro do sistema.

É por isso que, no caso da cobertura jornalística analisada nesta pesquisa, a mera presença ou menção a povos originários e comunidades tradicionais não pode ser confundida com representatividade. Muitas vezes, essa presença ocorreu de maneira pontual, superficial ou descontextualizada, sem garantir escuta real, agência (ou seja, o ato de agir) ou influência concreta sobre os discursos veiculados. Assim como aponta Djamila Ribeiro, não se trata apenas de estar presente, mas de disputar os sentidos e tensionar as estruturas que historicamente negam legitimidade a determinadas vozes. Portanto, analisar criticamente as formas de representação midiática desses sujeitos é essencial para compreender como a lógica da subalternização se perpetua mesmo em espaços que aparentam incluir.

2.3 A Importância da Representatividade no contexto democrático

O cientista político Robert Dahl (2005) explica que uma democracia ideal é caracterizada pela responsividade, ou seja, a capacidade do governo de atender às preferências dos cidadãos de forma equitativa. A relação entre governança e preferências populares deve propiciar a expressão e formulação das mesmas e sem discriminação por todos os cidadãos, ressaltando a importância do pluralismo como garantia de representatividade.

No mesmo sentido, a própria Constituição Federal do Brasil (1988) estabelece, em seu Título I, que o país se constitui como um Estado Democrático de Direito, tendo o pluralismo político como um de seus fundamentos basilares. O artigo 1º afirma, categoricamente, que “todo o poder emana do povo”, podendo ser exercido diretamente ou por meio de representantes eleitos. Este princípio fundamental é reforçado por mecanismos de participação popular direta, como referendos e plebiscitos, que visam ampliar o escopo da representatividade democrática.

Embora o conceito de representatividade já deveria ser garantido como o sugerem a teoria política e a prática democrática, a sociedade civil contemporânea reivindica, cada vez mais, sua implementação efetiva através de movimentos identitários. O

cientista político brasileiro Luis Felipe Miguel, durante uma entrevista outorgada ao jornalista Vitor Necchi (2018), do Instituto Humanitas Unisinos, explica que frente a um desencanto com as limitações da Democracia Liberal, as demandas por representatividade emergem mais fortes já que as estruturas legais e constitucionais nunca asseguram adequadamente a representação de todos os grupos identitários.

Em suma, a garantia da representatividade está diretamente ligada à proteção institucional dos princípios do Estado Democrático de Direito e, por isso, as instituições governamentais e privadas deveriam ter a responsabilidade de preservar os princípios constitucionais, com ênfase na igualdade e equidade. Contudo, a representatividade de minorias e grupos historicamente marginalizados não está refletida nas estruturas de poder existentes. Analisando os dados apresentados anteriormente, isso não é diferente quando a área é a de comunicação e jornalismo e, no caso da pesquisa em curso, do jornalismo ambiental.

Girardi (2012), uma das precursoras do jornalismo socioambiental no Brasil, fala justamente dos cuidados ao se tratar do tema, ponderando que ele possui uma responsabilidade social e deve atuar como agente promotor da educação ambiental de forma permanente. Retomando os pilares estabelecidos pela pesquisadora Cremilda Medina (2008), Girardi evoca a necessidade de combater a negligência em relação ao 'outro'. Ela alerta sobre o cuidado necessário para não correr risco com a suposta objetividade jornalística que privilegia apenas determinadas fontes, eclipsando outras realidades importantes, mantendo "uma unilateralidade que não reconhece a natureza processual da comunicação e faz imperar narrativas oficiais e uma lógica de apagamento das revoluções naturais da dinâmica sociocultural" (GIRARDI et al., 2012, p. 136).

Ela aponta a relevância de superar essas limitações para abrir espaço para uma cobertura jornalística mais inclusiva e plural, explicando que o jornalismo ambiental vai além das questões comumente associadas ao 'meio ambiente', entendido apenas como fauna e flora, ou seja, uma abordagem meramente ecológica. Segundo Girardi (2012), o jornalismo ambiental adota uma abordagem sistêmica, pautada na pluralidade de vozes e que não se limita a uma cobertura factual ou previamente programada. Citando Edgar Morin (2003), a autora traduz esse jornalismo como uma prática multidimensional e

ecologizada, que considera as relações eco-organizadoras e exige o aumento do número de fontes, com maior profundidade no conteúdo e uma abordagem qualificada e plural, inerentes ao compromisso social. Daí a necessidade de romper com o paradigma cartesiano de compartimentalização e isolamento das partes, em favor de uma abordagem transdisciplinar e complexa, capaz de abarcar as conexões e tensões da questão ambiental em sua totalidade, e em sintonia com a "ecologia dos saberes". Em outras palavras, uma abordagem inclusiva e representativa.

Assim, além de políticas institucionais, organizacionais entre outras, a representatividade manifesta-se de forma significativa através de movimentos sociais e identitários desempenhando um papel crucial no fortalecimento de identidades e subjetividades coletivas. Paralelamente, a arte e a mídia exercem uma influência substancial na formação e projeção de identidades, podendo tanto perpetuar estereótipos quanto promover uma pluralidade de representações que reflitam a diversidade social.

A representatividade configura-se como um fator construtivo e um produto de sociedades que buscam garantir a diversidade, a pluralidade política, social e cultural. A inclusão efetiva de todos os grupos identitários é fundamental para o fortalecimento de um sistema democrático que reflita, verdadeiramente, a complexidade e riqueza da sociedade contemporânea. Desta forma, a busca contínua por uma representatividade mais abrangente e equitativa permanece como um desafio central para as democracias modernas, demandando esforços contínuos de todos os setores da sociedade. É nesse sentido que, na presente pesquisa, avaliaremos a representatividade na Cobertura Jornalística das mídias citadas.

Assim, é imprescindível estabelecer também uma diferenciação conceitual adotada ao longo desta pesquisa entre os termos ecológico e ambiental, especialmente no que diz respeito à cobertura jornalística analisada. Com base nas referências teóricas apresentadas, entendemos por abordagem ecológica aquela que se restringe apenas aos elementos naturais, como fauna, flora e recursos físicos frequentemente dissociada das questões humanas e das dinâmicas sociopolíticas. Por outro lado, a perspectiva ambiental é compreendida em sua dimensão ampliada e integrada, na qual o meio ambiente não é apenas paisagem, mas território vivido, disputado e historicamente

construído. Assim, ao analisarmos a representatividade nas narrativas jornalísticas, também buscaremos identificar se a cobertura em questão se limita a uma dimensão ecológica ou se incorpora, de fato, uma abordagem ambiental que reconhece os sujeitos, os conflitos e os direitos em jogo.

3. INVISIBILIZAÇÃO E DESUMANIZAÇÃO

3.1 Da falta de Representatividade ao risco de Invisibilização

No decorrer da revisão bibliográfica percebemos que dois termos são utilizados recorrentemente em contexto semelhante: ‘invisibilidade’ e ‘invisibilização’. Para o trabalho atual, a diferenciação entre os mesmos não nos parece uma mera nuance, mas um fator importante de acurácia.

Segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, o sufixo ‘-idade’ indica uma qualidade ou condição, geralmente para formar nomes abstratos. Por sua vez, o sufixo ‘-ção’ indica uma ação ou o seu efeito e forma, geralmente, nomes femininos a partir de verbos. Em outras palavras, invisibilidade pode ser interpretada como uma condição, um estado por si só, sem aparente relação causal imediata. A Invisibilização, por sua vez, implica uma ação, um efeito, uma possível relação causal.

Destacamos que, embora essa pesquisa não pretenda determinar a intencionalidade, optamos por utilizar o termo invisibilização, pois implica causas e consequências nos parecendo mais pertinente no âmbito dessa proposta.

Seguindo com base nessa escolha, podemos aludir que a invisibilização resulta de um processo quando não há representação e representatividade adequadas de um grupo e suas realidades. Neste caso, se os povos originários e comunidades tradicionais não têm a devida representação e representatividade na cobertura jornalística, a consequência é um risco aumentado de haver também a invisibilização.

Como esses conceitos se entrelaçam, a relação entre representação, representatividade e invisibilização demonstra ser mais complexa do que aparenta, tendo um termo como desencadeante de outro, como sugere a abordagem sociológica que apresentaremos na sequência.

Quando a realidade dos povos originários e comunidades tradicionais não tem representatividade adequada na mídia, um dos efeitos é a ausência também no cotidiano da sociedade. Para demonstrar essa relação, a socióloga alemã Elizabeth Noelle Neuman, com a Teoria da Espiral do Silêncio (1995), explica que a mídia desempenha um papel crucial na formação da opinião pública.

À luz do pensamento da autora, os indivíduos que expressam opiniões percebidas como minoritárias tendem ao isolamento social. Esse fenômeno ocorre em uma dinâmica na qual apenas aqueles que possuem protagonismo para expor suas opiniões conseguem visibilidade na mídia, reforçando, igualmente, o poder dos meios de comunicação de definir os temas que merecem ser discutidos publicamente. E, com isso, silenciando outras questões que não parecem ter valor social. Assim, segundo a socióloga (1995), a comunicação pode ser bilateral, direta e privada, como costuma ser uma conversa na qual ambas as partes participam igualmente, ou unilateral, indireta e pública, como é geralmente o caso da mídia.

É por isso que as pessoas se sentem tão desamparadas perante a mídia. Em todas as pesquisas que perguntam às pessoas sobre quem tem muito poder na sociedade atual, a mídia aparece em primeiro lugar. Essa impotência se expressa de duas maneiras. A primeira ocorre quando uma pessoa tenta ganhar a atenção do público (no sentido de Luhmann) e a mídia, em seus processos de seleção, decide não dar atenção a ela. (...) O segundo aspecto da impotência entra em ação quando a mídia é usada como um tribunal, no qual direciona a atenção anônima do público para um indivíduo que lhe é entregue como bode expiatório para ser “exibido”. Ele não pode se defender. Não pode desviar das pedras e flechas. As formas de réplica são grotescas em sua fraqueza, em sua falta de jeito em comparação com a objetividade suave da mídia. (NEUMANN, 1995, p.204, tradução nossa)

A pesquisadora Daniela Torezzan (2013), num contexto mais próximo de nossa realidade, articula a teoria da espiral do silêncio com a cobertura da mídia sobre o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico (ZSEE) de Mato Grosso, ilustrando-a com maior precisão. Sua análise demonstra como a visibilidade de determinados atores — especialmente representantes do agronegócio e de instituições governamentais — é construída sistematicamente em detrimento de outros, como comunidades impactadas ou especialistas com posicionamentos críticos. Segundo ela, “a escolha das fontes interfere na maneira como a população compreende e participa do processo de discussão de políticas públicas” (TOREZZAN, 2013, p. 6). Ao delimitar quais vozes merecem espaço, a mídia contribui diretamente para o estreitamento do espaço público

e para a produção de consenso em torno de narrativas dominantes. Para Torezzan (2013),

[...] o ponto central da hipótese dela (Neumann) é a capacidade das pessoas em perceber o chamado clima de opinião, independentemente do que essas mesmas pessoas sentem de verdade. Os indivíduos, ao perceberem ou imaginarem que a maioria das pessoas tem uma opinião diferente deles, chegam a calar-se e adequar sua opinião, mesmo que seja apenas verbalmente. Assim, a opinião que, inicialmente, poderia ser diferente da maioria acaba convertendo-se em majoritária, já que expressa um crescente movimento de verbalização, ganhando prestígio e adesão dos indecisos. (TOREZZAN, 2013, p.11, tradução nossa)

A autora explica que, segundo Neumann, a opinião pública constitui-se como opinião da maioria que pode e chega a difundir-se livremente, na medida em que os meios de comunicação sejam acessíveis. Neumann (1995) explicita que

[...] a opinião pública é um processo de interação entre as atitudes e crenças individuais sobre a opinião da maioria. Sob a influência da audiência e dos meios de comunicação se chega a confluência daquilo que será a opinião da maioria (NEUMANN, 1996, p.231, tradução nossa).

Torezzan observa ainda que, mesmo quando temas de alta relevância social estão em pauta, eles podem ser esvaziados se forem abordados sob uma lógica binária e excludente. Em sua análise, a cobertura do ZSEE constrói um embate entre ruralistas e ambientalistas, invisibilizando formas de participação popular e apagando a complexidade das disputas territoriais e sociais. Essa forma de enquadramento reforça o efeito da espiral do silêncio: “os indivíduos, ao perceberem ou imaginarem que a maioria das pessoas tem uma opinião diferente deles, chegam a calar-se e adequar sua opinião, mesmo que seja apenas verbalmente” (TOREZZAN, 2013, p. 11, tradução nossa). O resultado é a conversão de uma percepção dominante em verdade consolidada, mesmo que artificialmente construída.

No contexto da pesquisa, esse fenômeno não pôde ser desconsiderado. A possível ausência de povos originários e comunidades tradicionais nas matérias analisadas sobre os incêndios no Pantanal — tanto em termos de presença física quanto de reconhecimento discursivo — não apenas seria um dado empírico, mas um sintoma de uma estrutura midiática que define quais vozes são legítimas e quais devem permanecer ausentes. O silenciamento se articula, portanto, a um sistema mais amplo de poder simbólico que opera por meio da seleção, enquadramento e repetição de determinados discursos, reforçando a desumanização desses grupos enquanto sujeitos políticos. A

representação, nesse cenário, torna-se sem representatividade: a imagem pode até existir, como paisagem, como vítima, como folclore, mas o sujeito político permanece ausente, desumanizado.

Assim, a exclusão de certas vozes não se dá apenas pela omissão intencional, mas por mecanismos estruturais que envolvem decisões editoriais, enquadramentos binários e a percepção coletiva do que pode ou não ser dito. Em diálogo com os fundamentos da espiral do silêncio, Torezzan evidencia que o campo da comunicação está profundamente implicado na produção daquilo que será — ou não — reconhecido como legítimo no debate público. Ao trazer essa perspectiva para a análise das coberturas sobre o Pantanal, evidencia-se que a invisibilização e a desumanização não se dão apenas no plano do conteúdo, mas também na estrutura do que se entende por comunicação social.

Na visão de outros pensadores, a formação da opinião pública pode se dar, inclusive, de maneira mais violenta. Nesse sentido, a Prof^a. Dra. Carla Vestena traz as reflexões de Pierre Bourdieu para um contexto brasileiro na sua pesquisa sobre o papel da mídia na formação da opinião pública (2008).

Para compreender como a mídia pode contribuir para a construção de um regime de visibilidade excludente, Vestena pontua que é fundamental recorrer às noções de violência simbólica e campo comunicacional, desenvolvidas por Bourdieu. Para a autora, a mídia não deve ser entendida apenas como um canal neutro de informação, mas como um campo estruturado por forças sociais, com regras, hierarquias e interesses próprios. Com base nos conceitos de campo, habitus e capital simbólico, Vestena analisa como os meios de comunicação reproduzem formas de dominação ao reforçarem representações que legitimam as forças sociais dominantes.

Um dos principais aportes teóricos discutidos por Vestena (2008) é o da violência simbólica, conceito elaborado por Bourdieu para descrever formas de imposição de sentidos que se apresentam como naturais ou legítimas. A autora destaca que essa violência simbólica também permeia os meios de comunicação, especialmente a televisão, cuja ação simbólica ocorre pela seleção de determinados acontecimentos e pelo modo como estes são representados. Como aponta Bourdieu (apud VESTENA, 2008), a televisão torna-se um “instrumento de criação de realidade”, capaz de impor

representações sociais que organizam e classificam o mundo social a partir de determinados interesses.

Nesse contexto, Vestena (2008) alerta que a influência da mídia sobre a opinião pública é real, mas se dá com restrições importantes, pois está atravessada por filtros sociais, culturais e simbólicos. A autora ressalta que os jornalistas e produtores de conteúdo operam seleções baseadas em categorias de percepção socialmente construídas, categorias essas que favorecem certos grupos e marginalizam outros. Isso significa que, longe de apresentar uma realidade objetiva, a mídia atua como instância produtora de visões de mundo, contribuindo para a naturalização de desigualdades e para a invisibilização de determinados sujeitos sociais.

Dessa forma, os pressupostos bourdieusianos mobilizados por Vestena (2008) e trazidos para a realidade analisada nesta pesquisa, ajudam a compreender como determinadas narrativas ganham centralidade nos noticiários enquanto outras são silenciadas. O campo midiático, ao selecionar, simplificar e hierarquizar acontecimentos, contribui para moldar aquilo que pode ou não ser reconhecido como legítimo no espaço público. Assim, compreender a mídia como um campo de disputa simbólica é essencial para analisar os mecanismos pelos quais determinadas vozes são autorizadas e outras permanecem excluídas das representações hegemônicas.

Portanto, ao considerarmos os aportes teóricos de Neumann, Torezzan e Vestena, torna-se evidente que a ausência de povos originários e comunidades tradicionais nas coberturas midiáticas de *Le Monde* e da *Folha de S. Paulo* não seria um simples apagamento ocasional, mas parte de um processo mais profundo de silenciamento estrutural. Essa exclusão não apenas restringe o acesso desses grupos ao espaço público de debate, como também contribui para um ciclo vicioso de deslegitimação: quanto menos visíveis e ouvidos, menos autorizados socialmente esses sujeitos se tornam para narrar suas próprias realidades. Assim, opera-se um mecanismo que naturaliza sua ausência, reitera hierarquias simbólicas e alimenta a espiral do silêncio que a mídia, enquanto campo de poder, contribui para perpetuar.

Dessa forma, todos os aportes apresentados anteriormente são essenciais para compreender os mecanismos de invisibilização e desumanização que operam nas

coberturas midiáticas e que reforçam, por ação ou omissão, um regime de exclusão simbólica. Mas é importante ressaltar que o objetivo desta pesquisa não é investigar a intencionalidade por parte dos veículos analisados. Ao contrário, a proposta é compreender como se estruturam os regimes de representação e representatividade na cobertura jornalística dos incêndios no Pantanal, especialmente no que diz respeito aos povos originários e comunidades tradicionais. Assim, o foco recai sobre os efeitos simbólicos e políticos da cobertura, e não sobre a intenção deliberada dos emissores, reconhecendo que tais ausências, visuais e narrativas, ainda que não necessariamente deliberadas, podem operar como formas de negação de existência e legitimidade.

3.2 A invisibilização como processo histórico e condenação pública

A invisibilização não é apenas um fenômeno contemporâneo, mas é um processo que possui raízes históricas, refletindo a luta e de grupos excluídos, como os povos originários e as populações africanas que foram escravizadas trazidas à força para o Brasil. A história da invisibilização é, em grande parte, a história de violências e injustiças que estes grupos enfrentaram, e que continuam a reverberar até hoje. Gonçalves Filho (2004) elucida esse ponto ao afirmar que é

[...] Um sofrimento que, no caso brasileiro e várias gerações atrás, começou por golpes de espoliação e servidão que caíram pesados sobre nativos e africanos, depois sobre imigrantes baixo-salariados: a violação da terra, a perda de bens, a ofensa contra crenças, ritos e festas, o trabalho forçado, a dominação nos engenhos ou depois nas fazendas e nas fábricas. (GONÇALVES FILHO, 2004, p.22)

Esta aclaração histórica é fundamental para entendermos a condição atual de invisibilidade enfrentada por esses grupos. O legado da escravidão e da colonização não se limita apenas a uma memória dolorosa, mas se manifesta em estruturas sociais que perpetuam a marginalização. O apagamento da história e da cultura desses povos é um dos aspectos mais insidiosos da invisibilização, que, ao longo do tempo, se institucionalizou nas práticas sociais e nos discursos das mídias. É um aspecto estrutural da sociedade brasileira.

Nesse contexto, o cineasta Zito Araújo (2004) discute a invisibilidade do negro brasileiro nos meios de comunicação, um fator crucial na perpetuação de estereótipos e na manutenção de um discurso racial discriminatório. A presença da população negra na mídia, quando ocorre, é frequentemente reducionista e caricatural, limitando a

representação a estereótipos que reforçam preconceitos raciais. Araújo ressalta que, mesmo após mais de um século de movimento eugenista no Brasil, a população negra e os povos originários enfrentam ainda imagens degradantes construídas por uma identidade racial depreciativa.

E mesmo (...) passados mais de cem anos do início do movimento eugenista, negros e índios continuam vivendo as mesmas compulsões desagregadoras de uma autoimagem depreciativa, gerada por uma identidade racial negativa e reforçada pela indústria cultural brasileira, a qual insiste simbolicamente no ideal de branqueamento, sendo um dos seus corolários o desejo de euro-norte-americanização. (ARAÚJO, 2004, p.25)

Essa construção de uma identidade negativa é o reflexo de processos sociais e culturais mais amplos que buscam não apenas deslegitimar a experiência dos grupos ditos minoritários, como também silenciá-los. O resultado dessas dinâmicas históricas é a invisibilização pública, um conceito introduzido pelo psicólogo social Fernando Braga da Costa (2008). O resultado desses processos de objetificação e humilhação históricas, sociais e, no entanto, atuais, é o de invisibilização pública, conceito trazido pelo psicólogo social Fernando Braga da Costa (2008), e que caracteriza um desaparecimento do indivíduo no meio dos outros indivíduos, ou seja, um apagamento “em plena luz do dia”.

Essa invisibilidade permeia todas as formas de comunicação, incluindo a mais elementar: a conversa. As relações de classe e as dinâmicas de discriminação tornam-se implícitas, criando um ambiente onde o diálogo é rarefeito e a expressão individual é severamente limitada. Costa (2008) ressalta que

[...]situações crônicas de disparidade social e econômica, em geral fundadas sobre vínculos de mandonismo e subalternidade, prejudicam – e até mesmo interrompem – o poder de comunicação que é próprio aos seres humanos. Todos calam. Ninguém conversa. (...) A comunicação retrai-se. Atrofiados os humanos, encurralados por suas posições no organograma, são suas ocupações e cargos que, de fato, se comunicam. (COSTA, 2008, p.5-6)

Dessa maneira, fica evidente que a estrutura social brasileira contém uma propensão histórica e sistemática para invisibilizar os povos originários e as comunidades tradicionais. A mídia, como um dos principais veículos de construção de narrativas e disseminação de informações, desempenha um papel central nesse processo. Quando a comunicação se torna um espaço de exclusão e silenciamento, a

invisibilidade se transforma em uma forma de condenação pública, onde as vozes dos marginalizados são apagadas, e suas experiências e culturas são desconsideradas.

Portanto, é imprescindível reconhecer que a invisibilização é um fenômeno complexo, profundamente enraizado na história social do Brasil, que exige um exame crítico das práticas comunicativas contemporâneas. Esse exame deve questionar não apenas como as narrativas são construídas e disseminadas, mas também como podemos reverter esse processo de apagamento, promovendo uma representação justa e inclusiva das diversas realidades que compõem a sociedade brasileira.

3.3 A invisibilização pela história única

Aprofundando os conceitos visitados, podemos citar também a escritora feminista nigeriana, Chimamanda Ngozi Adichie e sua palestra de 2009, intitulada "O perigo de uma história única" - que alerta para os riscos e consequências de se adotar uma narrativa dominante que exclui a pluralidade de vozes e realidades. Ao sugerir que uma única história se torna a única verdade aceita sobre determinado povo, fato ou evento, outras perspectivas são silenciadas, obscurecendo a diversidade de experiências que compõem a realidade.

Ecoando análises de autores como Michel Foucault e Edward Said sobre o controle das narrativas como uma forma de exercer poder sobre os outros, Adichie (2009) reforça que esse processo é amplamente sustentado por dinâmicas de poder. O poder, conforme Adichie sugere, não se restringe apenas à capacidade de contar a história de outra pessoa, mas abrange a possibilidade de tornar essa versão a narrativa definitiva e predominante, impedindo que outras histórias, que poderiam oferecer uma compreensão mais rica e complexa da realidade, sejam ouvidas.

Para ilustrar essa relação entre poder e narrativa, já evocada por Noelle-Neumann, Adichie (2009) recorre à palavra 'nkali', da língua Igbo, que pode ser traduzida como "ser maior que o outro". Esse conceito encapsula a maneira como as estruturas de poder determinam, não apenas quem tem o direito de narrar as histórias, mas também quando e como essas histórias são contadas. Ou seja, entendemos uma vez mais que os sistemas políticos, econômicos e culturais são frequentemente organizados de maneira a permitir que os grupos dominantes decidam quais narrativas são dignas de ser

compartilhadas, promovendo uma espécie de monopólio discursivo. Assim, a imposição de uma única história, conforme Adichie (2009) sugere, é um ato de poder, que invisibiliza outras realidades e relega determinados grupos à marginalidade discursiva.

Esse conceito é fundamental para compreender o impacto de narrativas hegemônicas na cobertura midiática de eventos como os incêndios no Pantanal em 2020. A mídia, ao privilegiar certas histórias e ignorar outras, pode perpetuar a invisibilização de povos e comunidades tradicionais, cuja vivência e enfrentamento a eventos desta magnitude são sistematicamente apagados ou minimizados. A ausência dessas narrativas resulta na criação de uma “história única” sobre os incêndios, que prioriza a versão dos setores dominantes e invisibiliza as experiências dos povos originários que habitam a região e que sofreram, diretamente, as consequências da destruição.

Desta feita, a forma como as histórias são contadas, quem as narra, quando elas são compartilhadas e quantas são relatadas, dependem em grande parte do poder. O poder não se resume apenas à capacidade de contar a história de outra pessoa, mas também à habilidade de transformar essa narrativa na versão definitiva da história dessa pessoa.

A cobertura midiática, ao deixar de incluir as histórias dos povos originários e comunidades tradicionais, contribui para a construção de uma narrativa incompleta e parcial, que não reflete a realidade multifacetada da crise socioambiental. Adichie (2009) nos alerta para as consequências desse tipo de narrativa na qual povos e comunidades seriam privados de sua história em pró de uma história única, invisibilizando não só suas existências, como também suas identidades e dignidades.

A consequência de uma única história é essa: ela rouba das pessoas sua dignidade. Faz o reconhecimento de nossa humanidade compartilhada difícil. Enfatiza como nós somos diferentes em vez de como somos semelhantes. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida. (ADICHIE, 2009, tradução nossa)

Ao invisibilizar essas narrativas, pode acontecer um processo de desumanização, ao privar os indivíduos e grupos de sua humanidade, transformando-os em “outros” distantes, cujas experiências e sofrimentos são negados ou minimizados. Quando uma única narrativa prevalece sobre todas as outras, a pluralidade de vozes que compõem a

experiência humana é reduzida a uma visão limitada e unilateral, prejudicando o reconhecimento da diversidade de existências e das múltiplas formas de ser no mundo. A adoção de uma única história contribui para a desumanização ao impedir que certos grupos contem suas próprias histórias e expressem suas próprias realidades. No caso dos incêndios no Pantanal, ao não se incluir a perspectiva das comunidades tradicionais e dos povos indígenas que vivem na região, a mídia, mesmo que não intencionalmente, colabora para a perpetuação de um apagamento histórico e contemporâneo, o que reforça a exclusão e a negação dos direitos desses grupos.

Portanto, a invisibilização promovida pela “história única” pode tornar-se um dos principais catalisadores de desumanização. Adotar narrativas plurais, que incluam e deem espaço às diversas realidades vividas pelos diferentes grupos sociais, é essencial para reverter esse processo. Somente por meio da inclusão dessas vozes silenciadas é possível reconstruir uma narrativa mais justa e inclusiva, que reconheça a diversidade da experiência humana e promova a dignidade e a humanidade de todos os indivíduos, especialmente aqueles que historicamente foram relegados à invisibilidade.

3.4 Da Invisibilização à Desumanização: a humanidade negada

O conceito de desumanização, pela própria palavra, envolve a privação da humanidade de indivíduos ou grupos, muitas vezes devido à invisibilidade social que os impede de serem reconhecidos como parte de uma humanidade compartilhada. Como vimos anteriormente, essa noção é discutida por Chimamanda Adichie (2009), que alerta para os perigos da “História Única”, a narrativa dominante que, ao silenciar as vozes de determinados grupos, os priva de sua capacidade de expressar suas realidades. A invisibilização, portanto, torna-se uma ferramenta poderosa de desumanização, ao impedir o reconhecimento do "outro" como sujeito com direitos e vivências próprias.

Teshainer (2013) aprofunda essa discussão ao relacionar desumanização e política. Segundo ele, ao negar a determinados grupos a oportunidade de construírem e expressarem sua própria humanidade, a sociedade opressora os relega a uma posição de “sub-humanidade”. Essa sub-humanidade implica uma condição inferior e distinta daquela legitimada pelo modelo cultural dominante e se manifesta de forma contundente

na comunicação. Nesse sentido, a desumanização, conforme explica Teshainer, não se restringe à violência física, mas inclui também o apagamento simbólico realizado pela linguagem. Ele define dito processo que

[...]consiste em desqualificar, por meio da linguagem, o olhar do outro, tornando o diferente, inexistente como humano, como uma vida matável, sacrificável, que não possui nenhuma humanidade. Dessa forma, impossibilita-se qualquer capacidade de identificação. (TESHAINER, 2013, p.152)

Ou seja, a incapacidade de permitir que grupos condenados a serem minoritários se expressem e construam suas narrativas reforça a condição de invisibilidade, que é um dos pilares da desumanização.

Paulo Freire (2018), em suas críticas às formas de opressão, considera que a comunicação é um elemento central na discussão sobre a desumanização. Segundo ele a vocação ontológica do ser humano é "ser mais", o que significa que a existência humana é marcada por uma busca contínua de humanização e autoconhecimento. Essa busca acontece em diálogo constante com o mundo, sendo a comunicação o meio fundamental através do qual os indivíduos se relacionam com o tempo, o espaço e a realidade ao seu redor.

Nesse contexto a desumanização surge quando a comunicação é reduzida a um processo unidirecional e mecânico, o que Freire (2018) chama de comunicação "bancária", na qual os sujeitos são tratados como receptáculos de informações, desconectados da realidade concreta. Os indivíduos, nesse tipo de comunicação, são passivos e adaptáveis às condições impostas por estruturas hegemônicas, limitando-se a uma compreensão superficial e simplista do mundo. A comunicação, nesse modelo, transforma o ser humano em um objeto, negando-lhe o papel de agente de transformação. Torna-se desumano e desumanizador.

[...] ações que, transformando o homem em quase "coisa", o negam como um ser de transformação do mundo. Além de negar, como veremos, a formação e a constituição do conhecimento autênticos. Além de negar a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações. (FREIRE, 2013, p.13)

Em oposição a esse modelo, Freire propõe uma comunicação dialógica na qual o diálogo, o encontro e o conflito são mediadores essenciais para o processo de humanização. Ele afirma que a verdadeira comunicação é a que ocorre em um "mundo de comunicabilidade", no qual o conhecimento só pode se dar por meio da troca

horizontal entre sujeitos (2013). Essa comunicação, por sua vez, promove a conscientização crítica e a liberdade dos indivíduos.

A intersubjetividade ou a intercomunicação é a característica primordial deste mundo cultural e histórico. Daí que a função gnosiológica não possa ficar reduzida à simples relação do sujeito cognoscente com o objeto cognoscível. Sem a relação comunicativa entre sujeitos cognoscentes em torno do objeto cognoscível desapareceria o ato cognoscitivo. (FREIRE, 2013, p.56)

Ele também faz uma distinção crucial entre comunicação e comunicados, explicando que enquanto os comunicados são verticais, autoritários e domesticadores, transformando o interlocutor em um receptor passivo, a comunicação é horizontal e reflexiva, possibilitando a interação e o crescimento mútuo entre os envolvidos. O comunicado, portanto, representa a negação do diálogo, enquanto a comunicação verdadeira é aquela que fomenta o diálogo, a crítica e a emancipação. Para Freire a comunicação genuína deve ser um processo libertador, onde o ser humano participa ativamente como sujeito em um diálogo contínuo com o mundo, rompendo com a passividade imposta pela comunicação mecanizada e autoritária.

Essa perspectiva teve forte impacto em diversos movimentos sociais, como aponta Denise Cogo (1999) em seus estudos sobre comunicação popular e cidadania. A concepção freireana serviu de inspiração para práticas comunicativas, especialmente entre movimentos sociais, sindicais e comunidades eclesiais de base, que se opunham ao modelo hegemônico de comunicação massiva e autoritária. Enquanto Freire (2018) critica a comunicação “bancária”, ou seja, vertical, domesticadora e desumanizadora, Cogo evidencia como os movimentos sociais latino-americanos buscaram, a partir dessa crítica, construir alternativas de comunicação libertadora e dialógica. Essas alternativas foram fundamentais no contexto das ditaduras militares na América Latina, em que a comunicação popular se tornou uma resposta aos regimes que usavam a mídia de massa como ferramenta de controle político. A obra de Freire, ao propor um modelo de comunicação horizontal, foi decisiva na formação de um campo teórico que associa comunicação e transformação social, influenciando tanto a prática comunitária quanto as pesquisas acadêmicas sobre o tema.

Além disso, Cogo (1999) explica que essa influência freiriana vai além do campo da comunicação comunitária, refletindo-se também na academia ao moldar disciplinas e projetos de extensão que destacam a centralidade do processo comunicacional e as

possibilidades de participação ativa que ele oferece, em oposição ao modelo unidirecional vigente. Seguindo um modelo dialógico, os sujeitos não apenas recebem e respondem às mensagens, mas se tornam cocriadores, refletindo diretamente a proposta de uma comunicação libertadora. Ou seja, a verdadeira comunicação ocorreria se houvesse espaço para a criação e transformação compartilhadas, elementos que eram fundamentais nas lutas sociais contra as estruturas de opressão das ditaduras.

Cogo (1999) também explica que o campo da comunicação popular e dos estudos culturais herdaram essa visão crítica, redirecionando o foco da análise comunicacional para o universo cultural e cotidiano dos sujeitos. Essa revalorização do processo de recepção e da mediação cultural reforça a ideia de que a comunicação não pode ser entendida como uma simples transmissão de informações, mas como um espaço de negociação de sentidos, profundamente vinculado às práticas culturais e à transformação social.

A Prof^ª Dra. Christa Berger (2015) se apoia nessas reflexões, orientando-as para uma abordagem mais jornalística. Ela explica que devido ao modelo imposto por uma mídia hegemônica e parcial, o jornalismo está passando por uma crise no seu papel de intermediação da informação. Aliás, essa crise é, muitas vezes, silenciada pela própria mídia hegemônica, que evita expor suas fragilidades estruturais. No entanto, os impactos dela transparecem nas práticas jornalísticas, obrigando os profissionais a reverem suas competências e transformar o campo. Tal cenário demonstra como a comunicação pode ser instrumentalizada para manter sistemas opressores ao limitar o espaço para reflexões críticas sobre o próprio papel da mídia na sociedade.

Ao mesmo tempo, a transformação que decorre deste contexto abre novas possibilidades de humanização. Berger (2015) destaca que o avanço das tecnologias digitais e a mudança nos hábitos de consumo de informação desafiam os modelos tradicionais de comunicação, incentivando a busca por novas formas de produzir e distribuir sentidos. Esses novos modelos podem, em certa medida, permitir uma comunicação mais participativa e dialógica, o que se alinha às teorias freireanas sobre a libertação através do diálogo. Contudo, essa transição está longe de ser simples, uma vez que os antigos paradigmas ainda dominam as estruturas jornalísticas, dificultando a efetiva humanização da prática.

Nesse campo, a relação entre comunicação e opressão se evidencia na própria resistência do jornalismo tradicional em se adaptar plenamente às demandas de uma sociedade mais consciente e ativa. Como aponta Berger,

A crise configura-se em acontecimento silenciado pela mídia hegemônica, que releva sua importância para a sociedade contemporânea na relação com a comunicação e, mais precisamente, com a nova cultura de consumo da informação que se instaura a partir da consolidação do ciberespaço. (BERGER, 2015, p.121).

O desafio que emerge é a necessidade de transformar o jornalismo em uma prática que vá além da simples transmissão de informação, passando a atuar como um mediador consciente das necessidades sociais e culturais contemporâneas.

3.5 Desafios na comunicação: entre desumanização e discriminação

De maneira mais abrangente ainda, abordando a questão de racismo, bell hooks (2019) traz outros elementos de análise sobre o papel desumanizador que a comunicação pode ter. Ao reduzir mazelas do sistema a histórias únicas de meros comportamentos individuais, a comunicação falha e perpetua a desumanização ao distorcer o verdadeiro impacto do racismo estrutural que permeia ainda muitas de nossas sociedades, incluindo a brasileira.

Assim, a dificuldade da sociedade em entender e assumir que o racismo é um sistema de dominação revela uma negação coletiva. hooks (2019) explica que o racismo ocorre como sistema que perpetua a submissão e a desumanização das pessoas negras, conferindo poder coercitivo àqueles que o controlam. Ao invalidar as experiências e necessidades de segurança e autonomia, ao negar a existência e a gravidade do racismo estrutural, a narrativa dominante reforça o sistema de opressão, mantendo o controle sobre quem tem o poder de definir o que é racismo e como ele se manifesta. Nisso, a comunicação desenvolve um papel central, razão pela qual hooks questiona e alerta:

O que o futuro nos reserva se nosso entretenimento no presente é o espetáculo da colonização contemporânea, da desumanização e do esvaziamento do poder, no qual a imagem serve como uma ferramenta assassina? A menos que transformemos as imagens da negritude, das pessoas negras, nossos modos de olhar e as formas como somos vistos, não poderemos fazer intervenções radicais fundamentais que alterem a nossa situação. (hooks, 2019, p.35)

Se por um lado esta abordagem na obra de hooks aborda, principalmente, o racismo e violência contra a população negra e o gênero feminino, o paralelo com povos originários e comunidades tradicionais não deixa de ser, igualmente aplicável nem pertinente. Se, como demonstraram Freire (2018) e hooks (2019), a comunicação não for consciente da estrutura opressora de nossas sociedades e não for comprometida com olhares plurais e inclusivos, ela corre o risco de ser um dos principais catalisadores da desumanização

3.6 O Direito à Comunicação e a Luta Contra a desumanização

Do ponto de vista político-jurídico, tanto nacional quanto internacional, a comunicação como direito humano tem sido discutida há algum tempo. Em 1946, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) proclamou, por meio da Resolução 59, que “a liberdade de informação constitui um direito humano fundamental”. Esse marco foi complementado em 1948, quando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Artigo 19, reafirmou o direito à liberdade de opinião e expressão, estendendo-o à liberdade de buscar, receber e divulgar informações sem interferências.

A relevância desse direito se estende às sociedades contemporâneas, onde a comunicação desempenha um papel central na estruturação das relações sociais. No Brasil, o direito à comunicação foi oficialmente reconhecido em 2009 com o Decreto nº 7.037, que instituiu a terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Esse documento não só estabelece a comunicação como direito humano, mas também a articula com os princípios de democracia e informação. A diretriz número 22 do PNDH-3 destaca a “garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para a consolidação de uma cultura de Direitos Humanos”, uma premissa fundamental para combater a desumanização.

A privação do direito à comunicação implica um processo de invisibilização que, por sua vez, resulta na desumanização dos grupos excluídos do debate público. Dessa forma, quando povos e comunidades são privados do seu direito à comunicação, de contar suas realidades e de construir suas narrativas, estão sendo negados de um direito humano fundamental, o que resulta em sua invisibilidade e desumanização.

Os riscos decorrentes da desumanização em diversas áreas, inclusive na comunicação, são objeto de estudo em diferentes pesquisas. Patrique Rego (2014) investigou os diversos caminhos pelos quais a desumanização ocorre, reforçando os conceitos de jogos de poder e narrativas previamente discutidos. Ele aprofunda, inclusive, a noção de “História Única”, proposta por Chimamanda Adichie (2009), explicando que:

A repetição constante do discurso desempenha um papel importante em sua encarnação na realidade. (...) Ainda hoje parece ser essa a lógica dos meios de comunicação de massa, cuja insistência em repetir informações parciais sobre determinados indivíduos, grupos ou acontecimentos, acabam esboçando um quadro bastante limitado da realidade. (REGO, 2014, p.80)

Esse processo de repetição é perigoso porque molda a percepção pública, apresentando uma visão fragmentada e distorcida da realidade. Rego (2014) salienta que o poder da mídia em criar uma “realidade hegemônica” é central para o processo de desumanização, pois ao limitar as representações de grupos marginalizados, ela perpetua estereótipos e reforça a subalternidade. Essa construção de uma “realidade limitada” impede o reconhecimento da complexidade e da diversidade humana, desqualificando os sujeitos como dignos de empatia e compreensão.

Podemos incitar que a humanização no jornalismo é uma tarefa urgente e possível, conforme aponta Ijuim (2014). Analisando os caminhos da desumanização na área, ele explica que um jornalismo humanizado não é apenas possível, mas necessário. A partir da análise de diversas reportagens, Ijuim elencou conteúdos e tendências que contribuem para a desumanização de grupos excluídos. Ele ressalta que a prática jornalística deve adotar uma postura de respeito e empatia para com os sujeitos retratados, o que implica não apenas a superação de preconceitos, mas a promoção de uma narrativa inclusiva e plural. Essa humanização transcende a esfera jornalística e reflete um compromisso ético e moral com a cidadania participativa. Para ele, as referências que evidenciam essa desumanização apontam para as questões estruturais da sociedade, refletidas no próprio exercício jornalístico. Esses exemplos, segundo o autor, revelam problemas éticos que, ao invés de promoverem esclarecimento e aproximação, ampliam as distâncias, desumanizando o discurso e dificultando as formas de solidariedade com o sofrimento alheio.

Humanizar o jornalismo é possível. A superação destas questões não depende de atitudes de uma parte ou de outra, mas de todos. Como argumenta Edward Said, a prática do humanismo e a prática da cidadania participativa são complementares. O objetivo do humanismo é tornar mais coisas acessíveis ao escrutínio crítico como o produto do trabalho humano, as energias humanas para a emancipação e o esclarecimento, além das interpretações errôneas do passado e do presente coletivo (IJUIM, 2014, p. 14).

A partir dos conceitos apresentados, podemos conceber a ideia de que existem fundamentos e estratégias para a construção de um jornalismo mais humanizado. Esse tipo de jornalismo busca ser o mais imparcial possível, oferecendo espaço para a pluralidade de histórias e tornando a representatividade e a inclusão pilares fundamentais de sua prática. Desse modo, compreendemos melhor a proposta de Ijuim (2014), que destaca que essas atitudes são responsabilidades que transcendem o jornalismo, envolvendo diversas áreas. Em outras palavras, a prática jornalística pode evitar a desumanização ao adotar uma abordagem transversal, que é, inclusive, um dos princípios fundamentais do jornalismo ambiental.

4. JORNALISMO AMBIENTAL E RACISMO AMBIENTAL

4.1 Jornalismo Ambiental: Necessidade em Tempos de Crise

O jornalismo ambiental, enquanto campo específico, começou a ganhar relevância mundial a partir da segunda metade do século XX, acompanhando a ampliação da consciência sobre os impactos ambientais das atividades humanas. No Brasil, ele ganhou força especialmente após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), sediada no Rio de Janeiro em 1992. Esses eventos internacionais não apenas ampliaram o debate ambiental, mas também estimularam a mídia brasileira a adotar uma cobertura mais consistente sobre questões socioambientais (GIRARDI, 2012).

Marcos importantes no jornalismo ambiental brasileiro incluem a criação da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (RBJA) em 1998, que consolidou um espaço de articulação entre profissionais da área, e a cobertura de desastres socioambientais emblemáticos, como o rompimento da barragem em Mariana em 2015 e os incêndios no Pantanal em 2020. Esses marcos destacaram a gravidade das crises socioambientais,

bem como expuseram a necessidade de um jornalismo que vá além da simples narração factual, investigando causas, apontando responsabilidades e promovendo debates amplos sobre sustentabilidade e justiça climática (GIRARDI; LOOSE, 2019).

A relação entre jornalismo ambiental e mudanças climáticas se mostra especialmente relevante no contexto atual. Edgar Morin (2003) destaca em *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*, compreender os desafios contemporâneos exige uma abordagem sistêmica, que conecte fatores econômicos, sociais e ambientais de maneira integrada. O jornalismo ambiental, ao adotar essa perspectiva multidimensional e transversal, é capaz de traduzir conceitos científicos complexos para o público geral, ampliando o entendimento sobre os impactos do aquecimento global e promovendo a conscientização pública (MORIN, 2003).

No cenário brasileiro, a relevância do jornalismo ambiental é acentuada pelos crescentes desafios impostos pelo desmatamento, pelos incêndios e pelas desigualdades socioambientais. Girardi (2012) argumenta que a comunicação ambiental desempenha um papel central não apenas ao informar, mas também ao educar e mobilizar a sociedade. Essa abordagem é fundamental para construir uma sociedade mais consciente e plural. De maneira similar, Girardi e Loose (2019) apontam que o jornalismo ambiental deve atuar como um instrumento de resistência às narrativas hegemônicas, promovendo a valorização dos saberes locais e a inclusão de vozes historicamente marginalizadas.

No panorama de crises socioambientais no qual se encaixa esta pesquisa, o jornalismo ambiental emerge como uma área de vital importância. Conforme Michael Frome (2004) em *Green Ink: An Introduction to Environmental Journalism*, é uma vertente jornalística transcende a mera transmissão de informações sobre desastres naturais, englobando uma abordagem que busca conscientizar, mobilizar e influenciar decisões políticas em prol da sustentabilidade.

Nesse sentido, Girardi (2012) observa que o jornalismo ambiental deve ser entendido como um campo de resistência à colonialidade e às estruturas hegemônicas. Por isso, sua abordagem transdisciplinar é essencial para lidar com as crises socioambientais já que envolve a integração de saberes locais e globais, resultando na

construção de narrativas mais completas e inclusivas. Nesse contexto, ela ressalta que “a comunicação ambiental é um instrumento para construir uma sociedade mais consciente e plural” (GIRARDI, 2012, p. 35).

De maneira mais ampla, a importância do jornalismo ambiental reside, também, em seu papel educativo, indo além da informação factual para fomentar o engajamento cidadão. Michael Frome (2004) diz que “a educação é um elemento central para a transformação social, e o jornalismo ambiental deve estar na vanguarda dessa missão”.

Assim, o jornalismo ambiental diferencia-se do jornalismo convencional por sua abordagem sistêmica, multidimensional e transversal. Essa perspectiva considera as interrelações entre fatores econômicos, sociais, culturais e ambientais, rompendo com a compartimentalização tradicional das informações jornalísticas (GIRARDI; LOOSE, 2019). Justamente, Edgar Morin (2003) reforça a necessidade de uma visão integrada para compreender as crises do Antropoceno e buscar soluções que contemplem a complexidade da realidade.

Ao romper com as limitações do jornalismo convencional, o jornalismo ambiental promove uma visão holística que integra diferentes dimensões da realidade. Essa abordagem é crucial para abordar questões como mudanças climáticas, desmatamento e degradação ambiental, que demandam soluções coordenadas. No âmbito da realidade brasileira e desta pesquisa, isso não poderia ser mais verdadeiro, já que os incêndios que assolaram o Pantanal devem ser abordados sob vários ângulos, considerando o cenário mundial, nacional e regional, além dos diferentes atores envolvidos e suas realidades. Ou seja, essa perspectiva também amplia o papel dos jornalistas como mediadores entre especialistas, decisores políticos, populações tradicionais e o público geral, contribuindo para maior engajamento social.

Nesse sentido, o filósofo Leonardo Boff (2004) explica a necessidade de uma abordagem sistêmica, multidimensional e transversal no jornalismo ambiental, alinhada à visão ecológica. A crise ambiental não pode ser analisada isoladamente, pois está diretamente ligada a fatores sociais, econômicos e culturais e segundo ele,

o modelo de sociedade e o sentido de vida que os seres humanos projetaram para si, pelo menos nos últimos 400 anos, estão em crise. [...] A lógica do

desenvolvimento infinito e do crescimento material ilimitado se choca com os limites naturais do planeta. (BOFF, 2004, p. 16)

Assim, o jornalismo ambiental supera a compartimentalização das informações e adota um olhar holístico para comunicar as crises socioambientais de forma mais eficaz.

Além disso, Boff enfatiza a importância de um novo paradigma civilizacional que rompa com a fragmentação do conhecimento e das práticas humanas. Para ele,

a singularidade do saber ecológico consiste na transversalidade, quer dizer, no relacionar pelos lados (comunidade ecológica), para a frente (futuro), para trás (passado) e para dentro (complexidade) todas as experiências e todas as formas de compreensão como complementares e úteis no nosso conhecimento do universo. (BOFF, 2004, p. 17)

Essa abordagem está diretamente conectada ao papel do jornalismo ambiental, que precisa considerar a interconexão dos eventos e fenômenos para produzir narrativas que traduzam a complexidade das relações socioambientais. Dessa forma, o jornalista ambiental não apenas informa, mas também estimula a reflexão crítica sobre as múltiplas dimensões da crise ecológica.

O jornalismo ambiental, ao adotar um olhar sistêmico, pode contribuir para a construção de um novo modelo de comunicação que favoreça uma maior conscientização e engajamento social diante das questões ambientais. Boff destaca que “o ser humano, nesta prática cultural, se entende como um ser sobre as coisas, dispondo delas a seu bel-prazer, jamais como alguém que está junto com as coisas, como membro de uma comunidade maior, planetária e cósmica” (BOFF, 2004, p. 16). Esse pensamento evidencia a necessidade de um jornalismo ambiental que vá além da denúncia dos impactos ambientais e promova uma ressignificação da relação entre sociedade e natureza, abordando a interdependência dos sistemas naturais e humanos.

Dessa forma, ao dialogar com a perspectiva complexa de Morin (2003) e com a visão ecológica de Boff (2004), o jornalismo ambiental se coloca como um campo essencial para a construção de narrativas que considerem as múltiplas dimensões da crise ambiental. A superação da fragmentação na comunicação dos problemas ecológicos permite que o jornalismo ambiental cumpra sua função social de maneira mais efetiva, promovendo não apenas informação, mas também uma mudança de percepção e atitude em relação ao meio ambiente.

Conectada com o caráter desta pesquisa, Eloisa Loose (2024) argumenta que o jornalismo ambiental atua como uma ferramenta de resistência à colonialidade, promovendo narrativas não hegemônicas. Assim, a integração de saberes locais e globais é essencial para desconstruir discursos eurocêtricos que invisibilizam as comunidades tradicionais. Isso demonstra como a cobertura ambiental pode ser uma plataforma para ampliar a representação de vozes marginalizadas.

Além do mais, a função educativa do jornalismo ambiental também é um aspecto central para o fortalecimento da conscientização pública. Ao utilizar linguagens acessíveis, ele possibilita que um maior número de pessoas compreenda os desafios socioambientais e participe ativamente na formulação de soluções. Essa abordagem é especialmente relevante em regiões como o Pantanal, onde os impactos ambientais afetam diretamente a realidade de povos originários e comunidades tradicionais. Assim, como aponta Girardi (2012), ao abordar os problemas socioambientais com profundidade e clareza, o jornalismo ambiental também pode influenciar a formulação de políticas públicas mais equitativas. A função educativa transcende o simples repasse de informações e contribui para o fortalecimento de uma cidadania ativa, essencial para enfrentar as crises socioambientais. Outra dimensão do papel educativo está na valorização dos saberes locais. Loose (2024) destaca que incluir as perspectivas das comunidades tradicionais enriquece as narrativas jornalísticas, possibilitando soluções sustentáveis que integrem conhecimentos científicos e ancestrais. Esse processo não apenas empodera essas populações, mas também desafia as hierarquias epistemológicas que marginalizam tais saberes.

4.2 Racismo ambiental: impactos e desafios

O conceito de racismo ambiental implica a distribuição desigual dos impactos ambientais, afetando desproporcionalmente populações negras, povos originários e comunidades tradicionais. No livro *Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil* (2023), várias pesquisadoras ilustram como este se manifesta e suas consequências. Mariana Belmont (2023), por exemplo, enfatiza que essa desigualdade reflete um padrão histórico de exclusão racial e social, perpetuado tanto pelas estruturas políticas quanto pelas narrativas midiáticas. No caso dos incêndios no Pantanal em

2020, há uma possível negligência em relação às demandas específicas dessas comunidades.

Dulce Pereira (2023) ressalta que a crise climática é também uma crise humanitária, impactando diretamente as populações mais vulneráveis. Essa afirmação destaca como as emergências climáticas socioambientais agravam desigualdades preexistentes, tornando ainda mais urgente a inclusão dessas vozes nos debates ambientais. Além disso, ela observa que o racismo ambiental não é apenas um fenômeno local, mas está profundamente conectado a práticas globais de exploração predatória e marginalização.

Essas desigualdades também são evidenciadas nas políticas públicas, que frequentemente desconsideram as especificidades das comunidades afetadas. Como observa Belmont (2023), a falta de prevenção adequada e de respostas emergenciais efetivas em contextos como o Pantanal revela um padrão estrutural de negligência que precisa ser combatido.

A invisibilização midiática, abordada anteriormente, é um dos aspectos mais perniciosos do racismo ambiental. Vanessa Nascimento (2023) observa que a narrativa dominante frequentemente ignora a contribuição das comunidades tradicionais para a preservação ambiental, perpetuando uma perspectiva eurocêntrica e excludente. No caso do Pantanal, a cobertura jornalística pode ter priorizado os danos à fauna e à flora, negligenciando os impactos sociais e culturais sofridos pelas comunidades locais. Belmont (2023) também aponta que essa omissão reflete uma tendência histórica de silenciamento, que reforça as desigualdades estruturais e limita a compreensão das crises socioambientais pela opinião pública. Ao negligenciar as narrativas de povos originários e comunidades tradicionais, a mídia contribui para a perpetuação de soluções tecnocráticas, que não consideram as dimensões sociais das questões socioambientais. Isso também compromete a capacidade dessas comunidades de influenciar o debate público. Como argumenta Nascimento (2023), incluir essas vozes não é apenas uma questão de justiça, mas também de eficácia na construção de soluções climáticas sustentáveis.

Assim, as comunidades tradicionais não apenas resistem à exploração predatória de seus territórios, mas também desempenham um papel central na conservação ambiental. Dulce Pereira (2023) destaca que a gestão comunitária de recursos naturais e a soberania alimentar são exemplos de práticas que contribuem para o enfrentamento das mudanças climáticas. Projetos que demonstram como a articulação entre saberes tradicionais e acadêmicos podem promover soluções sustentáveis e inclusivas fortalecem a autonomia política e social das comunidades, reafirmando a necessidade de um modelo de desenvolvimento mais justo e participativo. Além disso, a resistência das comunidades tradicionais desafia as narrativas hegemônicas que minimizam sua relevância. Como observa Belmont (2023), essas práticas não apenas protegem os sociobiomas locais, mas também oferecem modelos alternativos de desenvolvimento baseados na justiça climática e na equidade social.

4.3 Jornalismo Ambiental e a Representatividade dos povos originários e comunidades tradicionais pantaneiras

Os incêndios no Pantanal em 2020 expuseram a urgência de um jornalismo que inclua e amplifique as vozes dos povos originários e comunidades tradicionais. Conforme Girardi (2012), o jornalismo ambiental deve ir além da cobertura factual e incluir perspectivas locais, valorizando os saberes tradicionais e promovendo uma abordagem sistêmica que contemple os diversos atores sociais envolvidos. Essa abordagem poderia ter destacado como as comunidades tradicionais do Pantanal não apenas enfrentam os impactos dos incêndios, mas também oferecem soluções sustentáveis baseadas em seus conhecimentos ancestrais.

O jornalismo ambiental, para ser efetivo, precisa superar a visão reducionista que frequentemente caracteriza sua prática. A simples enunciação dos fatos não é suficiente para contextualizar os fenômenos ambientais em suas múltiplas dimensões sociais, culturais e políticas. A cobertura jornalística deve considerar os saberes tradicionais das populações locais, bem como sua participação ativa na construção de alternativas sustentáveis. A falta dessa perspectiva resulta na perpetuação de um modelo de comunicação que reforça desigualdades e invisibiliza os verdadeiros protagonistas das narrativas ambientais. (Girardi et al., 2012, p. 47)

Apesar da intencionalidade não ser o objeto desta pesquisa, é possível considerar que uma negligência na cobertura midiática poderia sublinhar uma falha sistêmica no jornalismo hegemônico, que frequentemente prioriza narrativas que privilegiam interesses econômicos. Como observa Nascimento (2023), incluir as vozes das

comunidades não apenas amplia as perspectivas, mas também desafia estruturas de poder que perpetuam a exclusão socioambiental. Dessa forma, a representação adequada das comunidades tradicionais é essencial para promover soluções que sejam verdadeiramente inclusivas. Ao ignorar essas vozes, a mídia perderia a oportunidade de contribuir para um debate mais justo e equitativo sobre as crises socioambientais.

As escolhas editoriais não são neutras, e a omissão de determinados grupos sociais nos debates ambientais revela um padrão recorrente na imprensa. A invisibilização de comunidades tradicionais e indígenas ocorre não apenas por uma falta de interesse, mas porque suas narrativas frequentemente desafiam a lógica econômica dominante. Quando a imprensa opta por retratar o desastre ambiental sem destacar a voz dos povos afetados, acaba reforçando um modelo de desenvolvimento que desconsidera formas alternativas e sustentáveis de interação com o meio ambiente. (Nascimento, 2023, p. 102)

Além de negligenciar a atuação ativa das comunidades pantaneiras na defesa do bioma, uma cobertura jornalística limitada contribui para a perpetuação de estereótipos. bell hooks (2019), ao discutir representatividade na comunicação, enfatiza que a ausência de determinados grupos nos meios de comunicação não apenas os torna invisíveis, mas também reforça discursos que os desumanizam ou reduzem suas existências a papéis passivos. Isso se aplica ao jornalismo ambiental, que, ao retratar as populações pantaneiras exclusivamente como vítimas, não reconhece seu protagonismo na preservação do ecossistema. A falta de representatividade também impacta diretamente a formulação de políticas ambientais, uma vez que a ausência de visibilidade midiática resulta na exclusão dessas populações dos debates institucionais. O jornalismo ambiental, ao abordar crises como os incêndios no Pantanal, tem o potencial de atuar como uma ponte entre as comunidades afetadas e os tomadores de decisão. No entanto, para que isso ocorra, é necessário um esforço consciente para superar o paradigma da invisibilidade e garantir que as narrativas das populações locais sejam incorporadas ao debate público.

A relação entre jornalismo ambiental e justiça climática é indissociável, pois a maneira como as notícias são estruturadas influencia diretamente a percepção pública sobre os impactos das mudanças climáticas e seus desdobramentos sociais. A integração de saberes tradicionais na cobertura jornalística não apenas fortalece a compreensão sobre as dinâmicas ambientais, mas também contribui para a construção de narrativas mais democráticas e inclusivas. Como aponta Nascimento (2023):

O jornalismo ambiental precisa compreender que sua função vai além da mera divulgação de catástrofes. Ele deve atuar como um instrumento de emancipação social, proporcionando espaço para que comunidades marginalizadas expressem suas realidades e contribuam com seu conhecimento para soluções sustentáveis. O distanciamento entre a cobertura midiática e as populações locais representa uma oportunidade perdida de fortalecer a participação cidadã nos debates ambientais. (p.114)

Dessa forma, o jornalismo ambiental pode atuar como um agente transformador, não apenas informando sobre as crises ambientais, mas também ampliando o espaço de fala dos grupos afetados. Isso implica a necessidade de uma abordagem que não se limite à cobertura dos desastres, mas que também contemple as soluções propostas pelas comunidades locais, reconhecendo-as como sujeitos ativos na mitigação dos impactos ambientais. Ao integrar saberes tradicionais e acadêmicos, o jornalismo ambiental pode contribuir para uma narrativa mais inclusiva e emancipatória, promovendo um modelo de desenvolvimento que considere as diversas formas de interação com a natureza. O jornalismo que não faz isso, que silencia esses sujeitos e restringe-se a uma lógica tecnocrática ou institucional, não é jornalismo ambiental — é apenas jornalismo sobre meio ambiente.

A promoção da justiça ambiental através da comunicação exige uma mudança na forma como as narrativas jornalísticas são construídas. O reconhecimento da importância das comunidades pantaneiras não deve ser tratado apenas como um elemento periférico na cobertura dos incêndios, mas sim como um aspecto central para a compreensão dos desafios socioambientais da região. Dessa maneira, um jornalismo ambiental mais humanizado e comprometido com a diversidade de perspectivas pode contribuir para a construção de políticas públicas mais eficazes e para o fortalecimento da democracia ambiental.

5. PERCURSO METODOLÓGICO

5.1 Povos Originários e Comunidades Tradicionais

O foco desta pesquisa residiu na representação dos povos originários e das comunidades tradicionais afetados pelos incêndios no Pantanal em 2020. O principal ponto de atenção foi a possibilidade desses grupos não terem tido a devida visibilidade e

protagonismo na cobertura midiática, apesar de serem guardiões de uma vasta diversidade de identidades, histórias e culturas, que caracterizam o Pantanal.

Entre os povos originários do Pantanal que resistiram aos processos de colonização e neocolonização (promovida pelo avanço do agronegócio e pelas políticas de matriz energética), encontram-se os Ayoreo, Boe (Bororo Orientais), Guarani-Kaiowá, Guarani-Ñandeva, Guató, Kadiwéu, Kinikinau, Terena (remanescentes do povo Guaná), Umotinas e Yshir, entre outros.

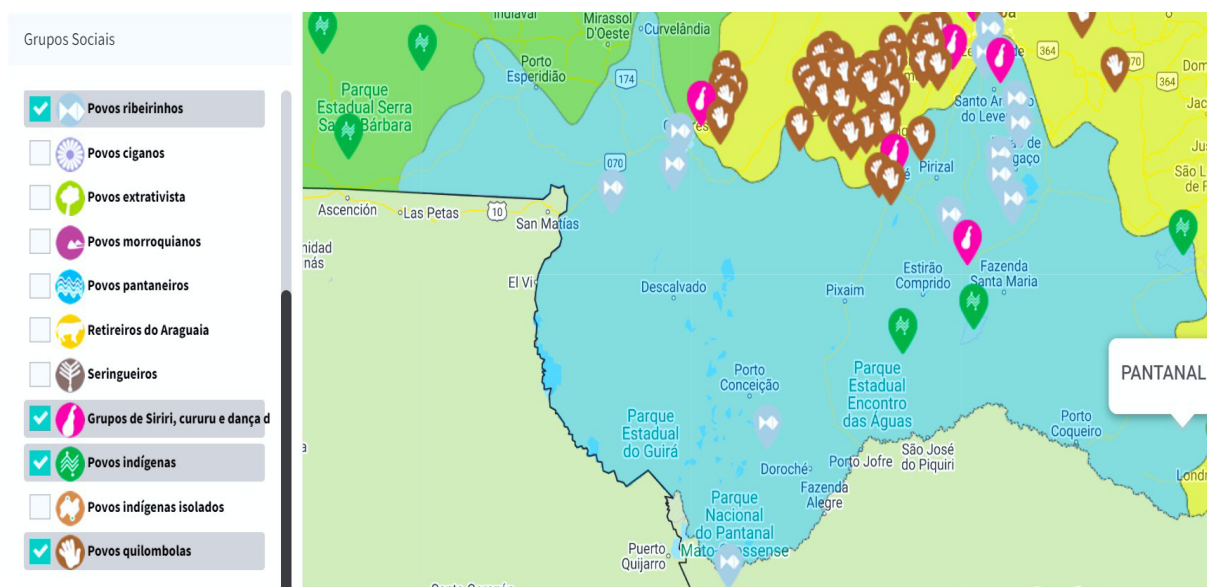


Figura 5: Mapa Social de Mato Grosso: Povos Ribeirinhos, Grupos de Siriri, Povos Indígenas e Quilombolas

Fonte: Mapeamento dos Conflitos Socioambientais de Mato Grosso (2016)

Além dos povos originários, o Pantanal abriga uma rica diversidade de comunidades tradicionais. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) define essas comunidades como:

[...] grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais, possuindo formas próprias de organização social. Esses grupos ocupam e utilizam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas transmitidos pela tradição. (DECRETO Nº 6.040, 2007).

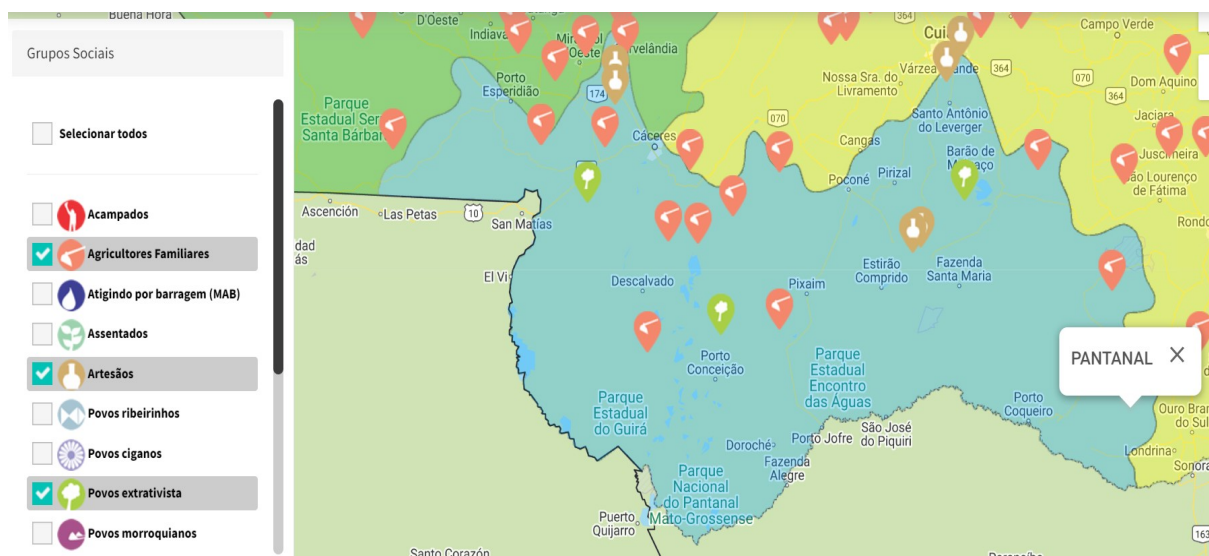


Figura 6: Mapa Social de Mato Grosso: Agricultores Familiares, Artesãos, Povos Extrativistas

Fonte: Mapeamento dos Conflitos Socioambientais de Mato Grosso (2016)



Figura 7: Mapa Social de Mato Grosso: Acampados e Assentados
 Fonte: Mapeamento dos Conflitos Socioambientais de Mato Grosso (2016)

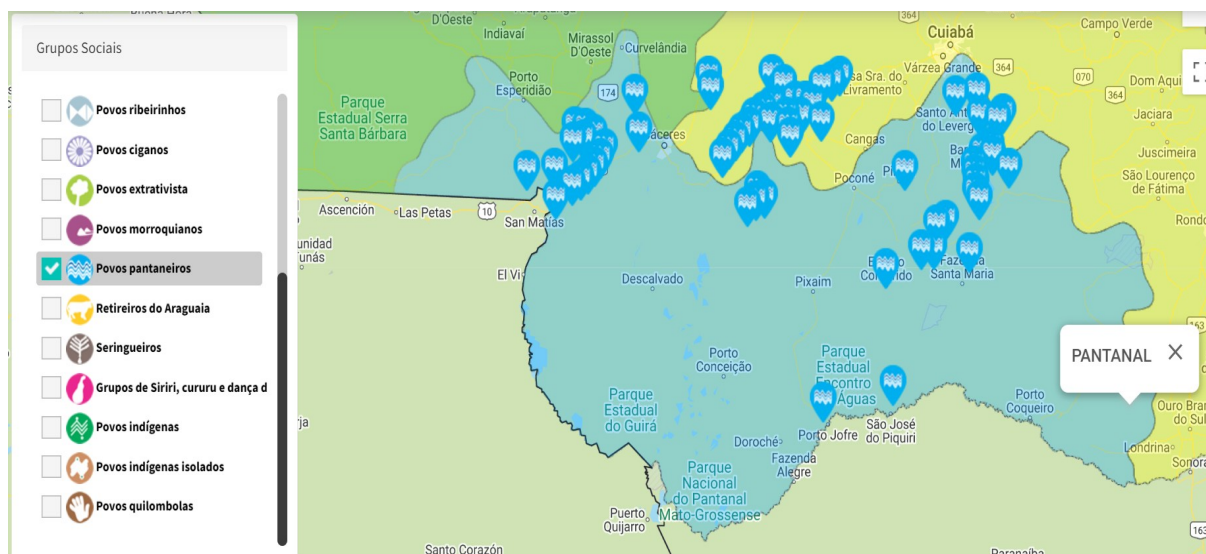


Figura 8: Mapa Social de Mato Grosso: Povos Ribeirinhos
 Fonte: Mapeamento dos Conflitos Socioambientais de Mato Grosso (2016)

Dentre essas comunidades, podemos listar as ribeirinhas, pescadoras artesanais, da agricultura familiar, povos extrativistas, artesãos, além dos povos de terreiro e raizeiras, possuindo uma relação profunda com o ambiente e perpetuando práticas ancestrais essenciais para sua subsistência e identidade cultural.

5.2 Folha de S. Paulo e Le Monde

Este estudo teve como objetivo analisar a cobertura jornalística de dois veículos de comunicação amplamente reconhecidos por sua relevância no cenário socioambiental: Folha de S. Paulo e Le Monde. Ambos desempenham papel central em suas respectivas esferas de atuação e apresentam um histórico de dedicação à cobertura aprofundada de questões ambientais. No entanto, é importante contextualizar a natureza e a trajetória de cada um.

A Folha de S. Paulo, atualmente líder em assinaturas no Brasil, conforme o Instituto Verificador de Comunicação (FOLHA, 2023), foi fundada em 19 de fevereiro de 1921 por um grupo de jornalistas liderado por Olival Costa e Pedro Cunha. A criação do jornal representou uma contraposição ao principal jornal da cidade à época, O Estado de

S. Paulo, que defendia as elites rurais e adotava uma postura mais conservadora e tradicionalista (TASCHNER, 1992). A Folha, desde então, buscou adotar uma abordagem mais pluralista e aberta ao debate, incluindo questões de cunho ambiental. O jornal atualmente conta com diversas seções dedicadas à temática ambiental, como Meio Ambiente, Planeta em Transe e Sustentabilidade. Segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC, 2023), Folha de S. Paulo lidera a circulação de notícias no país, em grande parte graças às assinaturas digitais.

Em julho, segundo os dados divulgados pelo IVC sob a nova regra, a **Folha** registrou 796 mil exemplares diários pagos no cômputo geral. O segundo lugar ficou com o Globo, com 381,7 mil. O Estado, considerado o terceiro jornal de circulação nacional, somou 243,4 mil.

A liderança, mais uma vez, reflete a força digital. As assinaturas da **Folha** nesse recorte chegaram a 752 mil. No Globo, foram 325,6 mil assinantes digitais, e, no Estado, 185 mil.

Os leitores e assinantes da **Folha** sempre levaram o jornal a ter um engajamento mais alto ante os concorrentes diretos. Ou seja, cada usuário lê muito mais páginas, a chamada taxa de PVs/UV (páginas vistas por usuário), e fica muito mais tempo navegando no site, segundo empresas especializadas que aferem tais métricas, como a Comscore.

Figura 9: Dados do IVC sobre Folha de S. Paulo
Fonte: Folha de S. Paulo (2023)

Por sua vez, Le Monde, um dos mais respeitados jornais do mundo, teve sua primeira edição publicada em 19 de dezembro de 1944, em Paris, sob a direção de Hubert Beuve-Méry. Ao longo de sua trajetória, o jornal se consolidou como uma referência global em análises profundas e de qualidade editorial. Sua cobertura ambiental é amplamente difundida através do editorial Planeta, que aborda diversas questões ambientais de interesse global (LE MONDE DOSSIER, 2003).

Segundo o próprio jornal (KOTE, 2021), em 2021, Le Monde teve cerca de 87.000 assinantes na versão impressa (dois terços dos quais também ativaram seu acesso à

edição digital) e 30.000 compradores diários (incluindo cerca de 4.000 fora da França). Mas foi na década de 2010 que começou o advento das assinaturas digitais, decolando em 2014. Em 2016, ultrapassaram a marca de 100.000 pela primeira vez, superando o número de assinaturas em “papel”. Cinco anos depois, em 2021, elas representaram quatro vezes mais do que as assinaturas em papel. Ao mesmo tempo, as assinaturas do Le Monde.fr ultrapassaram a marca de 200.000 em março de 2019, a marca de 300.000 em abril de 2020 e a marca de 400.000 em setembro de 2021. A pandemia de Covid-19 - e a sede de informações que a acompanha - agiu como um catalisador: entre 1º de março, antes do primeiro bloqueio, e 31 de maio de 2020, o número de assinantes digitais do Le Monde aumentou em 70.000.

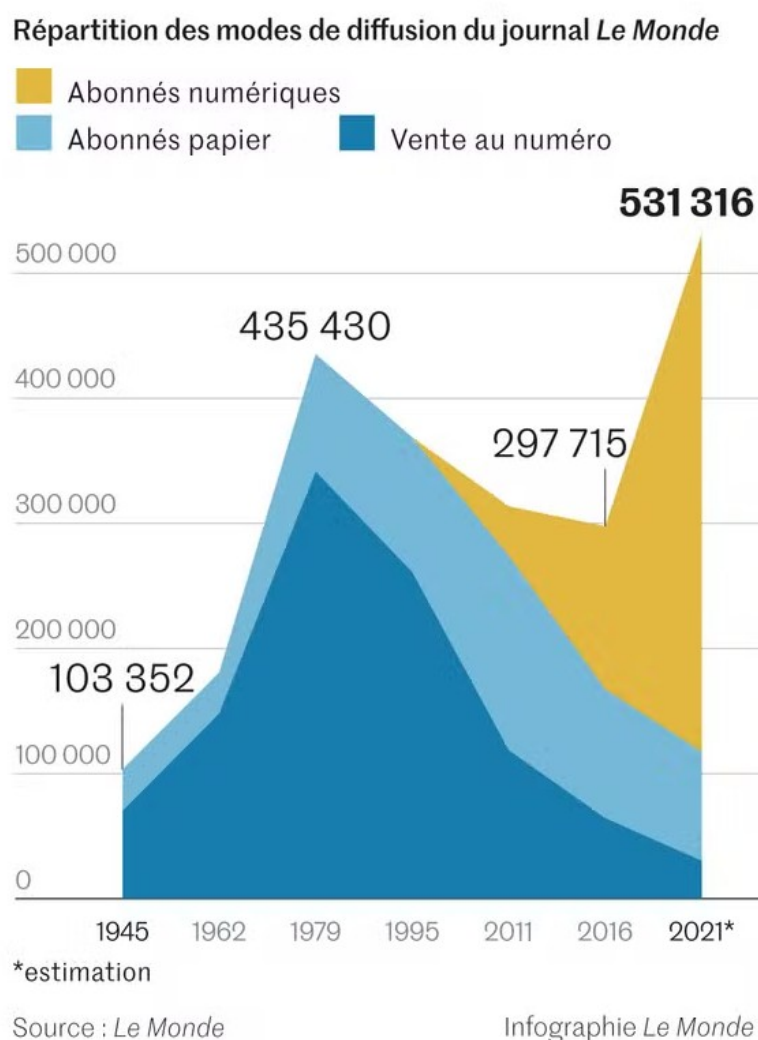


Figura 10: Repartição dos tipos de divulgação do jornal Le Monde
Fonte: Le Monde (2021)

Ambos os jornais apresentam uma tradição de excelência jornalística e um compromisso com a cobertura das questões socioambientais, sendo, portanto, veículos apropriados para o estudo da representação midiática dos incêndios no Pantanal e seus impactos sobre os povos originários e comunidades tradicionais.

5.3 Pesquisa Qualitativa

Apesar desta pesquisa se interessar por uma listagem de matérias na cobertura jornalística digital de duas mídias, nos interessa mais a qualidade do que foi exposto do que, necessariamente, a quantidade. Por isso, a opção pela abordagem qualitativa é pertinente, muito embora, recorreremos aos dados quantitativos.

Como explica Maria Minayo (2001), toda investigação científica começa com a identificação de um problema articulado a conhecimentos prévios, mas que pode exigir novos referenciais. Esse conhecimento anterior é a base da teoria que tem como objetivo explicar fenômenos e processos dentro de seu domínio empírico, já que por definição toda teoria é abstrata. Além do mais, nenhuma teoria consegue abranger a totalidade dos fenômenos encarados e, por isso, precisamos recortar aspectos da realidade para estabelecer interconexões significativas e pertinentes.

Em resumo, a teoria é um conhecimento de que nos servimos no processo de investigação como um sistema organizado de proposições, que orientam a obtenção de dados e a análise dos mesmos, e de conceitos, que veiculam seu sentido. (MINAYO, 2001, p. 12)

Mesmo considerando que as teorias são interpretações parciais da realidade, elas desempenham funções essenciais no processo de pesquisa: esclarecem o objeto investigado, orientam a formulação de perguntas e hipóteses, auxiliam na organização e análise dos dados, sem, contudo, direcionar rigidamente essa análise, a fim de preservar a originalidade da pesquisa. Assim, a teoria atua como um sistema organizado de proposições, ou seja, afirmações sobre fenômenos que, além de inteligíveis, sugerem questões relevantes e representam relações abstratas entre fatos e processos.

No caso específico da pesquisa qualitativa, Minayo explica que esta

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos

fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p.21-22)

Para ela a pesquisa qualitativa foca no entendimento aprofundado dos significados atribuídos às ações e relações humanas, indo além da superfície observável dos fenômenos. Diferentemente da abordagem quantitativa, que capta apenas a "região visível" e mensurável da realidade por meio de estatísticas, a pesquisa qualitativa busca acessar camadas não perceptíveis, explorando crenças, valores e experiências humanas. Ao invés de se concentrar em dados numéricos, a pesquisa qualitativa se aprofunda no mundo subjetivo e relacional, onde os fenômenos sociais são compreendidos a partir da vivência cotidiana.

Por isso, em oposição a uma abordagem positivista, que defende uma ciência baseada em dados brutos e leis causais, os defensores da abordagem qualitativa, como na Sociologia Compreensiva, adotada por Minayo, propõem a subjetividade como parte central da compreensão do social. Nessa ceara, os pesquisadores qualitativos se dedicam a compreender a dinâmica das relações sociais e suas implicações, em vez de buscar previsões objetivas e generalizações. Desta forma, a pesquisa qualitativa se preocupa em desvendar as estruturas e instituições sociais a partir da ação humana, incorporando práticas, valores e significados que não podem ser captados apenas por métodos quantitativos.

Por essas razões a abordagem qualitativa foi mais pertinente na pesquisa atual. Não nos interessou apenas saber se houve ou não representação de povos originários e comunidades tradicionais nas coberturas jornalísticas, como nos preocupamos com as possíveis consequências aclaradas anteriormente, que são as de invisibilização e desumanização.

Com isso, demos atenção à pesquisa documental, realizando levantamentos e construindo os registros dos materiais.

O primeiro passo nesta jornada consistiu em fazer uma ampla pesquisa exploratória (BONIN, 2009) através de mecanismos de busca e ferramentas disponíveis nos veículos em foco, delimitando o período das notícias entre 01 de janeiro a 31 de dezembro 2020, utilizando a palavra-chave Pantanal. Este levantamento inicial resultou em 456 documentos para a mídia brasileira e dois para a francesa. Foi, então,

necessário aprofundar a análise e filtrar as matérias de fato relacionadas com o tema de nossa pesquisa – a cobertura dos incêndios no bioma. Dessa maneira, conseguimos encontrar 128 notícias de Folha de S. Paulo que tiveram esse enquadramento e apenas uma para Le Monde. No entanto, analisando cada uma delas, percebemos 63 delas eram traduções em inglês e/ou espanhol, outras eram álbuns de fotografias, algumas eram suítes com dados atualizados e tinha até podcast.

Portanto, após este levantamento e análise, a presente pesquisa considerou o total de 65 matérias da Folha de São Paulo e uma de Le Monde, como objeto de análise. Cabe ressaltar que a cobertura limitada deste canal francês, referência mundial em informação com um espaço exclusivo dedicado ao meio ambiente, “Planète”, nos surpreendeu. Afinal, antes da destruição causada pelas chamas no sociobioma, o mundo já estava de olho no Brasil, que tinha sido o palco do chamado ‘Dia do Fogo’, 10 de agosto 2019, no qual produtores rurais de vários estados da região Norte do país iniciaram um movimento conjunto para incendiar áreas da maior floresta tropical do mundo, a Amazônia. No referido período, a comoção também tinha sido importante a nível nacional, considerando, por exemplo, que a maior cidade do país, São Paulo, viu “o dia virar noite” em consequência da fumaça originada a quase 3.000 quilômetros de lá (G1, 2019). Assim, era possível pensar que a preocupação e o interesse de pautas relacionadas aos incêndios ainda estariam ou deveriam estar entre as prioridades das mídias, um ano depois, quando o Pantanal foi devastado.

Porém, ao compararmos essa cobertura com a cobertura digital dedicada por ambas às mídias, considerando o mesmo tema e o mesmo ano, mas desta vez aplicados ao bioma amazônico, foi possível notar uma clara disparidade. No caso do Le Monde, foi encontrada apenas uma reportagem com dedicação exclusiva ao tema e 15 sobre a Amazônia, além de uma coluna dedicada: Incendies en Amazonie (do francês: Incêndios na Amazônia). A disparidade também está presente na Folha de São Paulo, com mais registros para o caso amazônico, além de ter também uma coluna no tópico Ambiente: Amazônia sob Bolsonaro.

Deste modo, consideramos esta primeira abordagem exploratória e sabendo que iríamos realizar uma análise textual discursiva, a abordagem metodológica qualitativa revelou-se como sendo mais adequada do que a quantitativa. E, para determinar quais

abordagens qualitativas podiam ser pertinentes, foi necessário entender primeiro o que representavam estas matérias. Trata-se de documentos e dispositivos comunicativos e informativos sobre acontecimentos, como ressaltado em parte pelo sociólogo alemão Uwe Flick (2009, p.234).

Por esse motivo, após o levantamento, iniciou-se a análise desses documentos (matérias) no formato em que foram publicados, sem terem sido previamente tratados ou sistematizados, a fim de compreender como foram elaborados. Essas características se enquadram no método de Pesquisa Documental, uma vez que essa abordagem se dedica à análise de fontes primárias que não sofreram organização prévia para fins científicos. Conforme destacam Almeida, Sá-Silva e Guindani (2009), a pesquisa documental diferencia-se da bibliográfica porque:

enquanto a bibliográfica se baseia em materiais já analisados e organizados, a documental trabalha com fontes originais, permitindo uma aproximação direta com os registros produzidos no contexto investigado. Assim, a pesquisa documental pode revelar aspectos não percebidos em abordagens convencionais, tornando-se fundamental para estudos que buscam compreender processos históricos, sociais e culturais. (p.02)

Essa metodologia consiste, primeiramente, na delimitação dos objetos de estudo, seguida pelo levantamento dos documentos pertinentes e, por fim, sua análise sistemática. O objetivo central é identificar diversas informações, tanto explícitas quanto implícitas, sem perder de vista o foco da pesquisa, como explicam as Professoras Doutoras Menga Lüdke e Marli André (1986). A pesquisa documental exige um rigor metodológico na seleção, organização e interpretação das fontes primárias. A análise não deve se restringir ao conteúdo explícito dos documentos, mas sim considerar os contextos em que foram produzidos, suas intencionalidades e os significados subjacentes às informações apresentadas.

Dessa forma, a pesquisa documental permitiu compreender os discursos e estratégias narrativas adotadas pelos meios de comunicação na cobertura dos incêndios no Pantanal. No entanto, para que, enquanto pesquisadores, possamos interpretar as informações contidas nas matérias jornalísticas, foi imprescindível escolher com cautela o método de análise que ia ser utilizado. Como explicado anteriormente, a quantidade limitada de material coletado inviabilizou abordagens quantitativas extensivas, como no caso da Análise de Conteúdo.

5.4 Classificação das Fontes Jornalísticas, Análise Textual Discursiva e Análise de Cobertura Jornalística

Assim, com base neste corpus mais restrito de 65 matérias de Folha de S. Paulo e uma de Le Monde, optamos por realizar uma primeira análise que nos permitiu ter uma visão mais clara sobre o material levantado. Nesse sentido, a classificação das fontes de notícias proposta pelo professor doutor Aldo Antonio Schmitz nos pareceu pertinente. Como explica Schmitz (2010), as próprias fontes, tão plurais e diversas, são detentoras de características e significados e precisam ser consideradas e classificadas, para proceder a uma análise de qualidade.

Adaptando esta metodologia à nossa pesquisa, extraímos as fontes presentes nas matérias em categoria e grupo. A categoria se refere às fontes primárias ou secundárias, sendo que as primeiras fornecem dados “crus”, fatos, enquanto as segundas interpretam, complementam esses dados. Por outro lado, os grupos referem-se às origens das fontes, quem ou o que elas representam. São listados sete grupos de fonte: oficial (fontes da esfera pública), empresarial (Emp.), institucional (Inst.: fontes independentes, do terceiro setor), individual (Indiv.: representam a si mesmas), testemunhal (Test.: fonte que testemunha e vive o ocorrido), especializada (Esp.: fontes científicas, acadêmicas) e referências (Ref.: fontes documentais, bibliográficas, etc.).

Na sequência, com base na Pesquisa Documental, analisamos as matérias e deciframos os possíveis métodos de produção e significados. Nesse sentido, Moraes e Galiazzi (2016) ajudam a compreender que a Análise Textual Discursiva (ATD) possibilita essa ação começando pelo desmembramento e categorização do objeto escolhido, facilitando sua compreensão e a elaboração dos sentidos que estavam implícitos até então. Para tal, a categorização precisa ser legítima, permitindo uma interpretação mais acertada dos novos significados. Essa legitimidade dependerá da comprovação de validade, homogeneidade, precisão e exclusividade das categorias (2016, p.124).

Por outro lado, por mais pertinente que a ATD possa parecer neste caso, ela pode apresentar limitações, como aponta a Professora Doutora Gislene Silva (2011, p.26), já que se estabelece na análise de como foi produzido o documento e suas mensagens

explícitas ou implícitas. Segundo ela, é possível entender melhor as notícias partindo de uma análise mais ampla considerando, por exemplo, as decisões editoriais que deixam suas marcas no acontecimento que foi divulgado. Ou seja, é necessário entender os elementos do processo de elaboração do acontecimento como notícia. Ou seja, enquanto a ATD foca nas mensagens e no processo de construção do texto, a Análise de Cobertura Jornalística (ACJ) amplia essa perspectiva ao considerar os fatores editoriais e contextuais que influenciam a notícia.

Desta forma, a ACJ constitui um protocolo metodológico de análise de cobertura jornalística para pensar, identificar e tipificar especificidades e tendências na elaboração de informações, evidenciando, conseqüentemente, as possíveis falhas no processo. Como na ATD, há uma categorização, mas com outra abordagem que considera um contexto mais amplo, constituída por três níveis analíticos: a classificação em marcas da apuração, a determinação das marcas da composição do produto e a análise dos aspectos da caracterização contextual. Começa por características mais específicas e finaliza em uma visão mais abrangente. A análise de marcas de apuração considera a maneira e método pela qual as informações foram coletadas. A determinação de marcas de composição vai além do texto, se atentando ao gênero, posição, diagramação e outras características do objeto. Finalmente, a análise dos aspectos da caracterização contextual tem uma abordagem macro, considerando, por exemplo, o contexto social, político, etc.

No caso de nossa pesquisa, as abordagens oferecidas pela ACJ são de grande pertinência, já que nos permitiriam aprofundar a cobertura jornalística e as matérias citadas, reorganizar ideias e significados, descobrindo sentidos menos evidentes. Isso possibilitou, entre outras coisas, a análise de representatividade de povos originários e comunidades tradicionais.

Tabela 01: Métodos utilizados na análise das matérias

Método	Pertinência	Aplicação na pesquisa
Classificação das Fontes de Notícias	Permite identificar, categorizar e qualificar as fontes jornalísticas com base em critérios como tipo (primária ou secundária), grupo (oficial, institucional, empresarial, individual, testemunhal,	Permite identificar quais grupos sociais são ouvidos e legitimados. Embora não permita verificar diretamente a presença de povos originários e comunidades tradicionais,

	especializada, de referência) e ação (proativa, ativa, passiva ou reativa). Essa classificação contribui para a análise crítica das relações de poder presentes na produção da notícia, revelando quais vozes são priorizadas, quais são marginalizadas e como os diferentes atores se posicionam diante dos acontecimentos noticiados.	contribui ao revelar quais tipos de fontes ocupam espaço nas narrativas, especialmente se há fontes testemunhais que possam estar vinculadas a esses grupos. No entanto, é importante destacar que fontes testemunhais nem sempre correspondem aos sujeitos coletivos investigados.
Análise Textual Discursiva (ATD)	Permite compreender como sentidos são construídos nas notícias, indo além da superfície textual. Por meio da desconstrução e categorização dos enunciados, a metodologia revela estruturas discursivas que sustentam determinadas visões, evidenciando os mecanismos pelos quais a mídia produz significados sociais, políticos e simbólicos.	Permite analisar trechos significativos das matérias jornalísticas, permitindo identificar categorias que emergem do próprio material. Isso possibilita compreender como povos originários e comunidades tradicionais são representados ou silenciados no discurso midiático. A metodologia ajuda a revelar a conexão (ou ausência) com os sujeitos do território, contribuindo para avaliar níveis de representação, representatividade e invisibilização.
Análise de Cobertura Jornalística (ACJ)	Permite compreender o jornalismo como prática social inserida em contextos específicos de produção, ao analisar a cobertura como um todo — considerando o gênero jornalístico, os recursos visuais, os atores representados e seus papéis narrativos. Assim, contribui para revelar estratégias de construção da notícia, escolhas editoriais e enquadramentos que influenciam a forma como os sujeitos e os eventos são mediados.	Permite mapear os enquadramentos predominantes nas coberturas, observando se há presença ou ausência dos povos originários e comunidades tradicionais, como são representados e quais papéis ocupam na narrativa. Ao considerar aspectos como o tipo de texto, o uso de imagens e a construção de personagens jornalísticos, a metodologia ajuda a identificar se esses grupos são invisibilizados, reduzidos a estereótipos ou reconhecidos como sujeitos políticos com agência e pertencimento territorial.

Fonte: Elaborado pelo autor

5.5 Análise e classificação de Imagens: Aportes Teóricos e Metodológicos

Para compreender as dinâmicas de representação e representatividade imagéticas presentes na cobertura jornalística dos incêndios que assolaram o Pantanal em 2020, recorreremos a uma análise crítica e interdisciplinar do material fotográfico. Como

fundamentação, utilizamos os trabalhos de Susan Sontag (2004), Ariella Azoulay (2019) e André Melo Mendes (2019). Articulados entre si, esses aportes oferecem uma base sólida para desvendar significados explícitos e implícitos das imagens, bem como seus impactos narrativos e simbólicos.

Susan Sontag (2004) apresenta a fotografia como instrumento de poder e construção de narrativas culturais. Para a autora, fotografar é, essencialmente, um ato de não intervenção, sendo a câmera uma ferramenta que pode reforçar desigualdades e hierarquias simbólicas. No contexto do Pantanal, imagens que destacam apenas a fauna e a flora devastadas podem desviar o foco dos impactos humanos e culturais sofridos por povos originários e comunidades tradicionais. Sontag alerta para a falsa sensação de compreensão que a fotografia pode gerar e convida a refletir sobre seus efeitos éticos, estéticos e políticos.

Já Ariella Azoulay (2019) propõe uma leitura da fotografia como tecnologia imperialista, historicamente implicada na construção de ausências e estereótipos sobre populações subalternizadas. As imagens, para ela, são também eventos políticos, com potencial para perpetuar ou questionar o colonialismo. Sua perspectiva descolonizadora é central na identificação de apagamentos e na leitura crítica das imagens enquanto instrumentos de silenciamento ou resistência.

Por fim, André Melo Mendes (2019) propõe uma metodologia de análise de imagens fixas com três níveis — denotativo, conotativo e contextual —, articulando a descrição objetiva dos elementos visuais com seus sentidos simbólicos e os contextos de produção e circulação. Para além da superfície, seu método permite investigar como as imagens colaboram na produção de discursos e na legitimação de determinadas narrativas sociais.

Com base nesses conceitos, estruturamos uma metodologia de análise por conjuntos fotográficos, definidos a partir das matérias selecionadas. Essa estratégia permitiu observar como as imagens se articulam para produzir sentidos mais amplos dentro das narrativas jornalísticas, sobretudo no que se refere à presença, ausência e enquadramento dos sujeitos coletivos investigados.

A análise seguiu quatro etapas: (1) descrição objetiva da imagem (baseada em Mendes, 2019), (2) identificação da presença ou ausência dos povos originários e comunidades tradicionais, (3) qualificação da representação com base em Azoulay (2019) — agência, vitimização, silenciamento ou submissão ao olhar colonial — e (4) leitura do sentido produzido conforme as categorias de Sontag (2004) — estetização da dor, convocação à responsabilidade, naturalização da violência, entre outras.

Esses elementos foram sistematizados em uma tabela analítica. A coluna “Descrição da Imagem” assegura uma base objetiva sobre o conteúdo visível; “Presença de Povos Originários e Comunidades Tradicionais” e “Tipo de Representação” refletem o olhar de Azoulay (2019); e “Sentido Produzido pela Imagem” conecta-se aos efeitos simbólicos destacados por Sontag (2004).

Dessa forma, a análise não se limita a registrar o visível: ela revela o que se produz discursivamente, o que se silencia politicamente e quais formas de subjetividade são ou não reconhecidas. A metodologia imagética construída contribuiu para identificar como as fotografias podem reforçar ou confrontar processos de desumanização simbólica, apagamento territorial e exclusão narrativa dos povos originários e comunidades tradicionais.

Tabela 02: Método de análise de imagens

Coluna	Explicação
Descrição da Imagem	Descrição objetiva dos elementos visíveis nas fotografias: pessoas, objetos, paisagens, ações. Corresponde ao nível material e observável da imagem, conforme propõe Mendes (2019).
Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Indica se há ou não a presença explícita desses sujeitos coletivos nas imagens. A ausência também é registrada como dado relevante, pois pode indicar apagamento ou silenciamento visual.
Tipo de Representação	Classificação baseada em Azoulay (2019): reconhece se há agência (representação afirmativa), vitimização (representação limitada), silenciamento (invisibilização direta) ou submissão ao olhar colonial (representação estereotipada).
Sentido Produzido pela Imagem	Leitura crítica fundamentada em Sontag (2004). Identifica se a imagem provoca empatia crítica, estetiza a dor, naturaliza a violência, convoca à

	responsabilidade ou promove o consumo passivo da tragédia.
Análise Final	Síntese interpretativa do conjunto de imagens de uma mesma matéria. Articula as colunas anteriores com os conceitos centrais da pesquisa: representação, representatividade, invisibilização e desumanização.
Fonte: Elaborado pelo autor	

6. ANÁLISES E RESULTADOS

6.1 Quem fala? A presença (e ausência) de vozes nas fontes jornalísticas

Tabela 03: Matriz de Classificação das Fontes de Notícias

Mídia	Categorias		Grupos								Ação		
	Primária	Secundária	Ofic.	Emp.	Inst.	Indiv.	Test.	Esp.	Ref.	Proativa	Ativa	Passiva	Reativa
Folha de S. Paulo	172	52	107	17	31	20	13	19	6	37	119	49	46
Le Monde	5	0	1	1	1	0	1	1	0	1	3	0	1

Fonte: Adaptado de Aldo A. Schmitz

Conforme apresentado na Tabela 03, que sintetizou os dados obtidos a partir da aplicação da metodologia proposta por Aldo Schmitz (2010) à nossa pesquisa, a análise das fontes jornalísticas revelou aspectos centrais da dinâmica informativa presente na cobertura dos incêndios no Pantanal pela Folha de S. Paulo e pelo Le Monde. Nas 66 matérias analisadas, 65 para Folha de S. Paulo e uma para Le Monde, foram identificadas no total 229 fontes distintas. Destas, 177 foram classificadas como fontes primárias (172 para Folha de S. Paulo e cinco para Le Monde) e 52 como fontes secundárias (todas de Folha de S. Paulo).

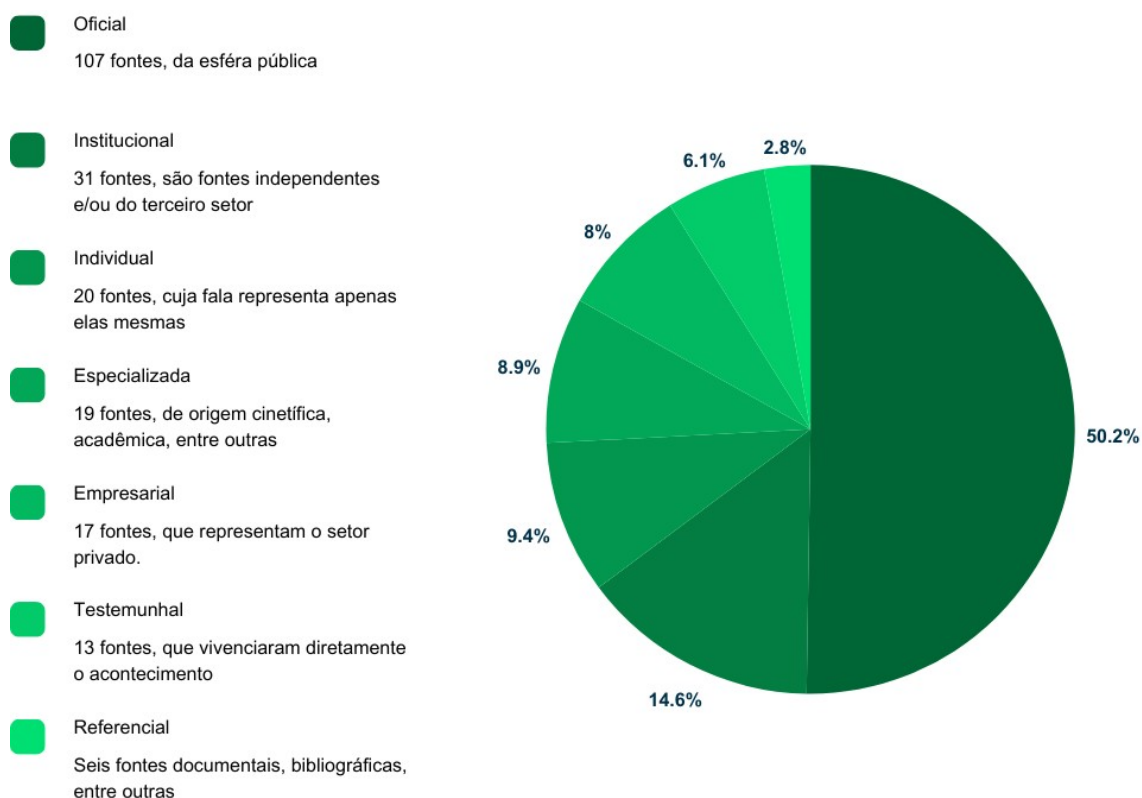


Figura 11: Repartição das fontes jornalísticas da cobertura de Folha de S. Paulo

Fonte: Elaborado pelo autor

Dentre os grupos definidos por Schmitz pertinentes neste trabalho, destacaram-se o predomínio das fontes oficiais. Folha de S. Paulo somou 107 ocorrências, o que corresponde a aproximadamente metade do total. As fontes institucionais, aquelas provenientes de organizações da sociedade civil ou de instituições não governamentais, aparecem em segundo lugar, com 31 registros. Em seguida vêm as fontes individuais (20), especializadas (19) e empresariais (17), indicando uma presença significativa de vozes associadas a conhecimentos técnicos ou posicionamentos do setor privado. As fontes testemunhais, que se referem àquelas pessoas diretamente envolvidas ou impactadas pelos acontecimentos, somam 13 casos. Por fim, há 6 ocorrências de fontes de referência, ligadas a documentos, dados ou registros. No caso do Le Monde, a única matéria relevante trouxe um total de cinco fontes, todas classificadas como primárias. As cinco fontes se distribuíram entre os seguintes grupos: uma oficial, uma institucional, uma empresarial, uma especializada e uma testemunhal, indicando uma tentativa de diversidade em termos de origem, ainda que o número total seja limitado.

Além da origem e da natureza das fontes, a metodologia também permitiu classificá-las segundo o tipo de ação desempenhada na construção da matéria jornalística. No caso da Folha de S. Paulo, 37 fontes foram classificadas fontes proativas, que buscam ativamente a imprensa para pautar ou influenciar a cobertura. 119 ativas, que participam da apuração de forma substancial, oferecendo dados, interpretações ou posicionamentos relevantes. 49 passivas, que se limitam a responder às demandas da imprensa quando solicitadas, sem tomar iniciativa para tentar divulgá-las. E 46 reativas, que se manifestam apenas após a repercussão de um fato, geralmente em resposta a críticas, denúncias ou controvérsias já em curso. No caso do Le Monde, foram identificadas 3 fontes ativas, 1 proativa e 1 reativa.

Esse panorama revelou que, na maioria das matérias analisadas, o protagonismo das fontes se deu principalmente de forma ativa, o que indica um padrão em que os sujeitos da notícia contribuíram diretamente para a construção do conteúdo jornalístico — ainda que isso não implique, necessariamente, diversidade de vozes. O número relativamente alto de fontes reativas e passivas, por outro lado, apontou a presença de sujeitos que apenas se posicionam após provocação da mídia ou com engajamento limitado, o que pode refletir estratégias de gestão de imagem institucional ou, ainda, posições mais defensivas diante da cobertura.

A presença de fontes proativas em menor número sugere que poucos atores buscaram deliberadamente influenciar a cobertura jornalística sobre os incêndios no Pantanal. Isso pode indicar, entre outras possibilidades, uma cobertura orientada mais pela lógica da apuração jornalística tradicional, centrada em fontes oficiais e reativas, do que por um movimento de abertura a agendas e vozes externas ao circuito institucional consolidado. No caso do Le Monde, embora os dados sejam limitados a uma única matéria, observa-se uma predominância de fontes ativas, o que pode refletir uma abordagem mais concentrada na escuta de atores previamente definidos na pauta.

Assim, a categorização das fontes jornalísticas permitiu observar um cenário no qual prevalecem fontes com maior institucionalização e vinculação ao Estado. Ainda que fontes institucionais e especializadas também ocupem espaço nas matérias analisadas, observa-se um uso mais restrito de fontes testemunhais e individuais.

Tabela 04: Análise de amostras segundo a Classificação de Fontes

Título e link da Matéria	Número de fontes	Fonte Primária ou Secundária	Grupo	Ação
Folha de S. Paulo				
Salles defende um combinado de bois, fogo e produtos químicos para evitar novas queimadas no Pantanal	03	03 Primária	03 Oficial	03 Ativa
Abandonados pelo poder público, primeiros habitantes do Pantanal perdem 83% do território para o fogo	06	03 Primária	02 Testemunhal	02 Ativa
			01 Oficial	01 Reativa
		03 Secundária	01 Oficial	01 Ativa
			01 Empresarial	01 Reativa
			01 Institucional	01 Proativa
Le Monde				
O Pantanal, no Brasil, paraíso de biodiversidade devastado pelas chamas	05	05 Primárias	Testemunhal	Ativa
			Oficial	
			Especializada	
			Institucional	Proativa
			Empresarial	Reativa

Fonte: Adaptado de Aldo A. Schmitz

A análise da distribuição e da atuação das fontes jornalísticas evidencia um processo de seletividade que está longe de ser neutro. Como afirmam Jovchelovitch (2004) e Djamila Ribeiro (2017), a representação está ligada à dinâmica do poder simbólico, pois não se trata apenas de quem aparece, mas de como e com que legitimidade esse aparecimento ocorre. A predominância de fontes institucionais e a baixa presença de fontes testemunhais e individuais nas matérias da Folha de S. Paulo e Le Monde não apenas refletem uma prática jornalística tradicionalista, mas reforçam uma lógica de produção de sentido que desautoriza certos sujeitos enquanto produtores legítimos de conhecimento. A escuta ativa se restringe, assim, a atores que já ocupam posições de visibilidade reconhecida, muitas vezes distantes das realidades vividas pelos povos que habitam o Território em questão.

Essa dinâmica tem efeitos diretos na forma como se constroem as representações dos incêndios e seus impactos. A ausência de fontes originárias e tradicionais não apenas silencia experiências concretas de sofrimento, resistência e cuidado com o Território, como também contribui para a naturalização de um modelo de jornalismo que opera por apagamento. Como aponta Ribeiro (2017), a diferença entre representação e representatividade está no deslocamento do símbolo à estrutura: é possível que um grupo esteja representado, simbolicamente, como objeto da notícia, mas excluído enquanto sujeito ativo da narrativa. A estruturação da cobertura com base majoritária em fontes oficiais e reativas reforça esse descompasso, negando a essas comunidades o direito à enunciação e à disputa dos sentidos sobre sua própria realidade.

Esse processo também pode ser compreendido à luz do conceito de racismo ambiental que, ao priorizar fontes ligadas ao Estado, ao empresariado ou a especialistas, a cobertura jornalística reproduz um modelo epistemológico excludente. Conforme analisa Mariana Belmont (2020), o racismo ambiental se manifesta não apenas na exposição desigual aos riscos ecológicos, mas também na negação dos saberes de grupos legítimos para a construção de políticas, discursos e representações. No caso dos incêndios no Pantanal, o que se observa é um padrão de fontes que mantém esses sujeitos fora da centralidade narrativa, restringindo suas vozes a papéis ilustrativos ou reativos. Ao não figurarem como fontes ativas ou proativas, os povos originários e comunidades tradicionais são excluídos também da possibilidade de serem reconhecidos como protagonistas das soluções e não apenas como vítimas do desastre.

Esta etapa da pesquisa possibilitou, portanto, mapear o perfil das vozes presentes nas matérias, estabelecendo uma base sólida para a próxima etapa da análise. As informações extraídas da Tabela 1 não apenas ilustram a distribuição das fontes segundo seus grupos e categorias, como também indicam tendências de valorização de determinadas vozes em detrimento de outras – questão que será retomada na análise final.

6.2 Análise Textual Discursiva: sentido emergentes e conexões com povos originários e comunidades tradicionais

A aplicação da Análise Textual Discursiva (ATD), conforme proposta por Moraes e Galiuzzi (2016), possibilitou uma investigação aprofundada das matérias jornalísticas da

Folha de S. Paulo referentes aos incêndios no Pantanal em 2020. A metodologia consistiu na seleção de trechos representativos de cada texto, denominados Unidades de Análise, seguidos da atribuição de categorias que emergiram da leitura do material empírico, respeitando os critérios de exclusividade, homogeneidade, validade e precisão exigidos pela ATD. Em seguida, foi realizada uma análise interpretativa da conexão (ou ausência dela) entre os sentidos identificados e os povos originários e comunidades tradicionais.

Ao todo, doze categorias distintas emergiram das análises, revelando a diversidade de enfoques e sentidos atribuídos aos incêndios. A categoria mais recorrente foi “Responsabilização Governamental”, com 15 ocorrências, seguida por “Impacto Ecológico – Incêndios” (11), “Impacto Ecológico – Biodiversidade” (9) e “Disputa de Narrativas” (7). Estas categorias evidenciam uma atenção significativa ao papel das autoridades públicas, à destruição ecológica propriamente dita, bem como à disputa simbólica em torno dos significados do evento. Também se destacaram temas como “Políticas Públicas e/ou Governamentais” (6) e “Desinformação/Fake News” (6), sugerindo um cenário de questionamento institucional e controvérsias informacionais.

Outras categorias, ainda que menos recorrentes, indicam abordagens específicas: “Impacto Socioeconômico – Turismo” (4), “Reação Pública – Indignação/Mobilização” (2), “Impacto Ecológico – Áreas Protegidas” (2), “Impacto Ecológico – Saúde” (1), “Impacto Socioeconômico – Deslocamento” (1) e “Invisibilização e Negligência Pública” (1). Essas frequências, embora menores, revelaram a presença de sentidos vinculados à sociedade civil, aos territórios e às consequências humanas e ecológicas do desastre.

Tabela 05: Categorias consolidadas a partir da Análise Textual Discursiva

Categoria Consolidada	Abrange:	Pertinência:
Impacto Ecológico	Incêndios, destruição da fauna e flora, perda de áreas protegidas, danos ao equilíbrio ecológico	Essencial para compreender o modo como a mídia representa a crise do ponto de vista ecológico em si, o nível de destruição e os efeitos diretos no bioma Pantanal.
Impacto Socioeconômico	Prejuízos a comunidades locais, turismo, deslocamentos, perda de renda, modos de vida tradicionais	Permite identificar como a cobertura trata os efeitos dos incêndios sobre as populações humanas, inclusive comunidades tradicionais, mesmo quando não mencionadas explicitamente.
Políticas Públicas e Governamentais	Leis, decretos, propostas, omissões em planejamento e prevenção, estrutura de combate a incêndios	Relevante para analisar o discurso midiático sobre a responsabilidade do Estado e sua atuação (ou falta dela) diante da tragédia ambiental.
Responsabilização Governamental	Críticas diretas ao governo federal, cobranças a autoridades, exposição de falhas de gestão	Crucial para entender se a mídia adota uma postura crítica e de fiscalização frente à omissão, à inação ou à má condução da crise pelo poder público.
Disputa de Narrativas	Conflitos discursivos (ex: “boi bombeiro”, “índio toca fogo”, ambientalistas vs. ruralistas), tensionamentos entre versões dos fatos	Permite captar embates ideológicos e disputas de sentido que atravessam o discurso ambiental e influenciam a percepção pública sobre culpados e soluções.
Reação Pública e Mobilização	Participação de artistas, ONGs, sociedade civil, pressões por mudanças	Indica como diferentes setores sociais reagem à destruição ambiental, e se essas vozes aparecem ou são valorizadas na cobertura jornalística.
Desinformação / Fake News	Falsas alegações, negações, distorções de dados, fake news	Importante para identificar estratégias de confusão e ocultamento de responsabilidades — e como a imprensa lida com esses discursos.
Invisibilização de Grupos	Ausência de menção e/ou silenciamento de povos originários e comunidades	Central para os objetivos da pesquisa: permite detectar quando esses grupos são ignorados ou representados de forma apagada, ainda que

tradicionais

sejam diretamente afetados.

Fonte: Elaborado pelo autor

No que se refere à coluna de “Conexão com Povos Originários e Comunidades Tradicionais”, observou-se uma predominância marcante da categoria “Inexistente”, com 52 ocorrências. Ou seja, em 80% das matérias analisadas, os sentidos identificados não estabeleciam qualquer relação, direta ou indireta, com os sujeitos coletivos investigados. Em 8 casos, houve “Menção indireta ou não desenvolvida”, ou seja, referências vagas que não resultaram em representações substanciais. Apenas 5 matérias apresentaram algum nível de representação: duas com foco em comunidades tradicionais, uma em povos originários, e outras duas com conexões classificadas como pejorativas ou estereotipadas.

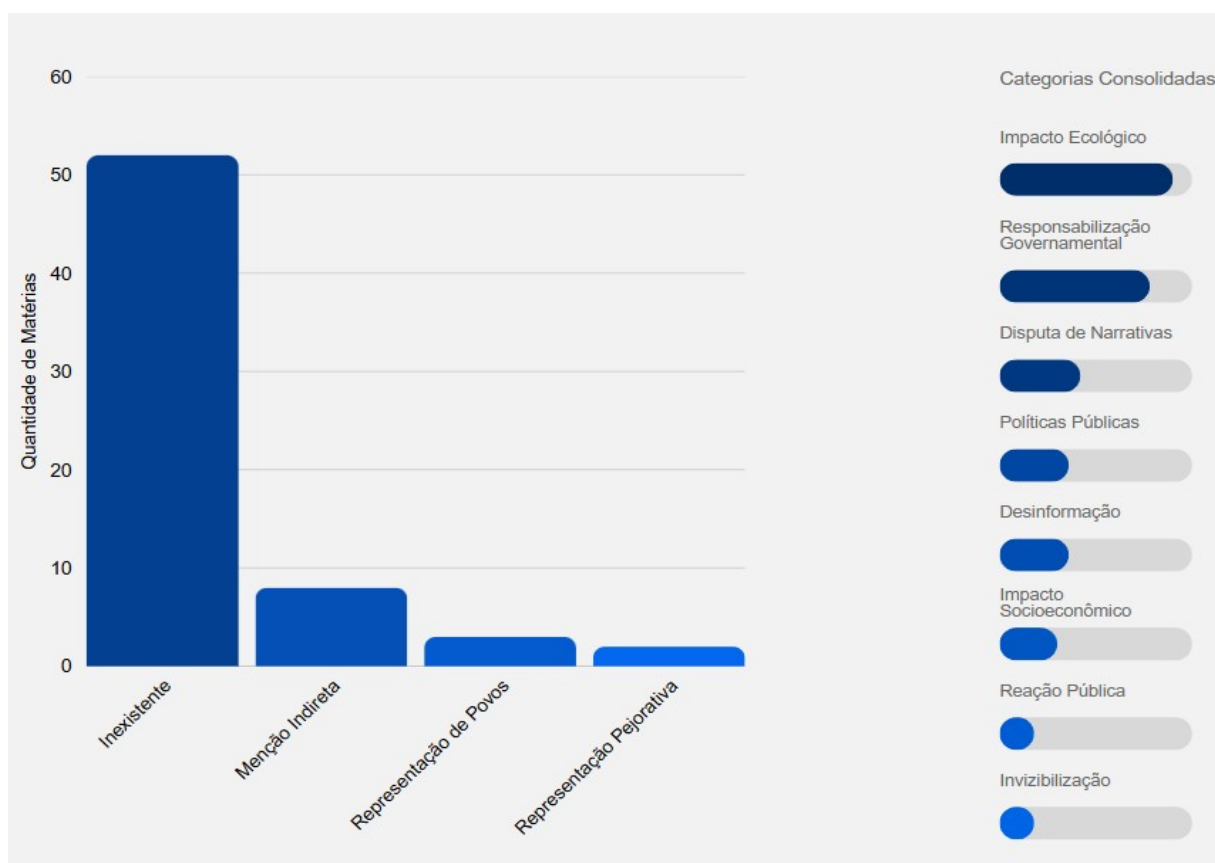


Figura 12: Conexão com Povos e Comunidades e Repartição das Categorias Consolidadas

Fonte: Elaborado pelo autor

Esses dados sugerem que, embora a cobertura envolva uma diversidade temática e aborde aspectos políticos, ambientais e sociais dos incêndios, a presença dos povos originários e das comunidades tradicionais, enquanto sujeitos de direito ou agentes do território, é em grande parte ausente ou marginal. A

metodologia de ATD permitiu observar não apenas a pluralidade dos sentidos expressos, mas também as lacunas discursivas que se constituem em torno da representação desses grupos.

Essa ausência significativa de conexões entre os sentidos produzidos pelas matérias e os povos originários e comunidades tradicionais evidencia o que Ilza Girardi (2012) define como uma falha ética no exercício do jornalismo, que em lugar de ser jornalismo ambiental, passa a ser jornalismo sobre o meio ambiente. Ao privilegiar abordagens centradas nos impactos ecológicos e na responsabilização institucional sem integrar de maneira orgânica as vozes dos sujeitos do território, a cobertura analisada deixa de cumprir seu papel de mediação crítica. Girardi afirma que o jornalismo que não reconhece a complexidade das dinâmicas socioculturais, nem as narrativas daqueles diretamente afetados, contribui para a perpetuação de um modelo de comunicação excludente, sustentado por uma lógica de silenciamento estrutural.

Essa lógica também pode ser lida à luz dos pilares propostos por Cremilda Medina (2008), que defende um jornalismo pautado na escuta ativa e no reconhecimento do “outro” como sujeito de conhecimento. A identificação de sentidos desconectados das realidades das comunidades tradicionais revela um distanciamento da prática jornalística em relação à pluralidade de vozes e saberes existentes no Pantanal. Como destaca Medina, a negligência diante das narrativas locais rompe com a função essencial do jornalismo como espaço de interlocução democrática, fragilizando sua capacidade de construir representações justas e emancipadoras.

Os resultados da análise textual discursiva também se alinham às críticas formuladas por Denise Cogo (2012) acerca da invisibilização midiática dos grupos socialmente subalternizados. A marginalidade ou ausência desses sujeitos nas construções discursivas sobre os incêndios reforça um padrão de cobertura que tende a universalizar experiências sem considerar as especificidades étnicas, territoriais e históricas das populações envolvidas. A escuta seletiva, apontada por Cogo, opera como uma tecnologia de poder que delimita quem tem direito de falar, de existir discursivamente e de participar da disputa pelos sentidos dos

acontecimentos. A ATD, nesse caso, revela não apenas o que foi dito, mas, sobretudo, o que foi silenciado.

A análise realizada, portanto, ofereceu subsídios relevantes para compreender a forma como a cobertura jornalística construiu sentidos sobre os incêndios no Pantanal.

Tabela 06: Análise de amostras segundo a metodologia de Análise Textual Discursiva

Título da Matéria	Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
Folha de S. Paulo				
Salles defende um combinado de bois, fogo e produtos químicos para evitar novas queimadas no Pantanal	O ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente) defendeu um combinado de bois, fogo controlado e produtos químicos para evitar novas queimadas no Pantanal (...). Também voltou a falar sobre os planos de criação de uma brigada permanente para combater os incêndios no bioma.	Disputa de Narrativas	Discursos que relativizam ou minimizam o papel do Estado na crise ambiental, transferindo a responsabilidade para fatores externos ou estruturas locais.	Inexistente
Abandonados pelo poder público, primeiros habitantes do Pantanal perdem 83% do território para o fogo	Espia como está a nossa natureza, a nossa saúde. Estamos descobertos de tudo, esquecidos por tudo.	Invisibilização e negligência pública	Denúncia da ausência ou ineficiência das políticas públicas no enfrentamento das queimadas e no cuidado com comunidades vulneráveis.	Central – A matéria gira em torno da violação dos direitos, abandono e impactos diretos sobre o povo Guató.
Le Monde				
O Pantanal, no Brasil, paraíso de biodiversidade devastado pelas chamas	“Ninguém, nenhum bombeiro veio nos ajudar. O parque foi abandonado. Tivemos que combater o fogo com nossos próprios meios e	Responsabilização Governamental	O trecho destaca a ausência do Estado e a priorização de interesses econômicos — como o agronegócio — em	Inexistente. Apesar de não mencionar diretamente

Título da Matéria	Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
	abrir aceiros', conta Ailton Lara, 40 anos, guia turístico e diretor do hotel Jaguar Camp, considerado um dos maiores conhecedores do Pantanal. [...] 'Os bombeiros intervieram prioritariamente para salvar as fazendas, em vez dos parques. O governo defendeu o agronegócio, e não o turismo e os animais', lamenta o guia."		detrimento da proteção ambiental e do turismo ecológico. A fala revela a omissão governamental diante de uma crise socioambiental de grandes proporções e evidencia o abandono de áreas protegidas e populações locais. A crítica explícita à inação das autoridades e à escolha política de proteger propriedades rurais reforça a responsabilização do poder público.	povos indígenas ou comunidades tradicionais, o trecho apresenta um sujeito local (um guia e conhecedor do território) que denuncia o abandono estatal. Ainda que não se trate de uma comunidade tradicional no sentido estrito, há uma representação de sujeitos locais como defensores do território. No entanto, povos originários seguem ausentes da narrativa principal.

Fonte: Adaptado de Moraes e Galiuzzi

6.3 Gêneros, imagens e sujeitos: dados da Análise de Cobertura Jornalística

A partir da aplicação da Análise de Cobertura Jornalística (ACJ), foi possível sistematizar elementos que compõem a construção editorial e visual das matérias selecionadas sobre os incêndios no Pantanal, nos jornais Folha de S. Paulo e Le Monde. A metodologia permitiu observar o enquadramento das matérias segundo o gênero jornalístico, o uso de recursos visuais e a presença de sujeitos coletivos na narrativa.

No relativo aos gêneros jornalísticos, foram identificadas seis categorias. A maioria das matérias foi classificada como: notícia (36), reportagens (16), artigos e colunas de opinião (8), entrevistas (3), nota (1) e editorial (1). Essa diversidade permite observar a predominância de textos factuais, com foco informativo, em contraste com uma menor presença de formatos interpretativos, opinativos ou até críticos.

No referente aos recursos visuais utilizados, observou-se uma tendência à repetição de imagens fotográficas ao longo das matérias. Em muitos casos, as mesmas fotografias foram reaproveitadas em diferentes publicações, com destaque para imagens de áreas queimadas, animais mortos e ações de combate ao fogo. Embora esses registros estejam diretamente relacionados aos acontecimentos, a frequência com que são reutilizados chama atenção para a seleção editorial e para os limites de diversidade imagética presentes no material analisado.

Outro aspecto analisado foi a menção a povos originários e comunidades tradicionais. Do total de 65 matérias, 50 não fizeram qualquer menção a esses sujeitos. Nas 15 matérias em que houve menção, as formas de inclusão variaram: em dez delas, a referência não foi acompanhada de protagonismo ou desenvolvimento narrativo. Em duas, houve protagonismo sem voz direta atribuída aos sujeitos mencionados. Em outras duas, houve protagonismo com voz direta. E uma matéria apresentou protagonismo com viés pejorativo ou estereotipado. Essa classificação foi realizada com base em critérios presentes na ACJ, que avalia o papel atribuído aos sujeitos na construção da narrativa jornalística.

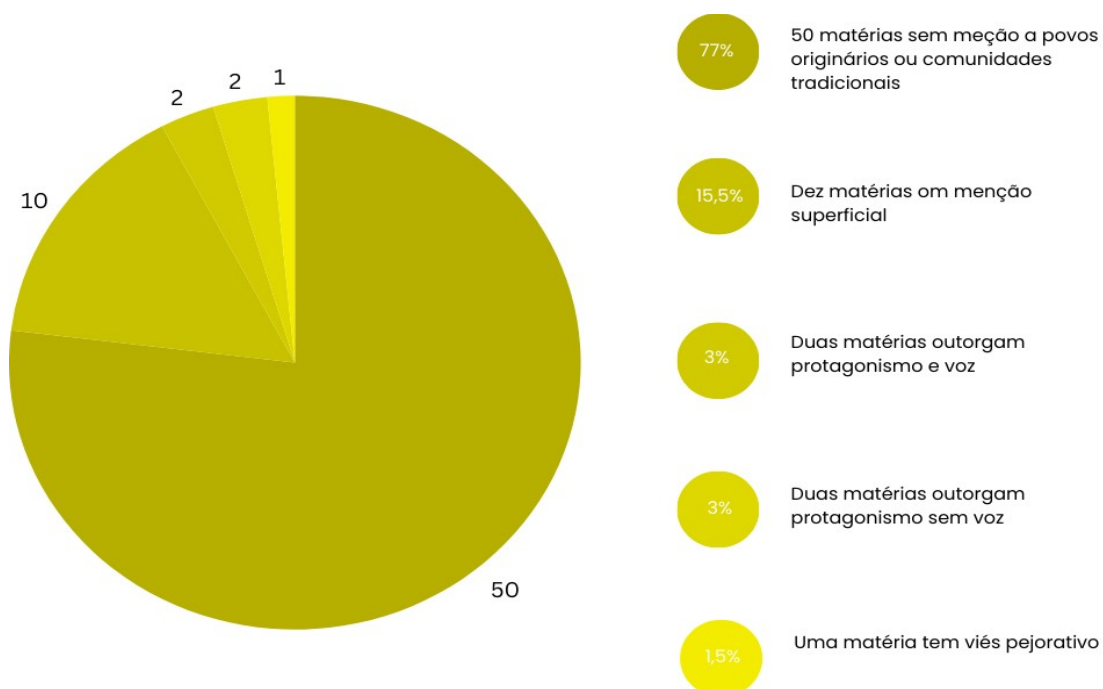


Figura 13: Presença e protagonismo de Povos Originários e Comunidades Tradicionais da cobertura de Folha de S. Paulo

Fonte: Elaborado pelo autor

Esses dados permitiram mapear, de forma sistemática, como as matérias analisadas foram organizadas editorialmente, quais gêneros foram privilegiados, que recursos visuais foram utilizados com maior frequência e como os sujeitos coletivos aparecem, ou não, no conteúdo jornalístico. A etapa seguinte desta pesquisa dedicou-se à análise cruzada dessas observações com os demais instrumentos metodológicos, sem, neste momento, adentrar interpretações conclusivas sobre seus efeitos.

Tabela 07: Análise de amostras segundo o método de Análise de Cobertura Jornalística

Título da Matéria	Gênero Jornalístico	Recursos Visuais	Menção aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais	Papel dos Povos Originários na Narrativa
Folha de S. Paulo				
Salles defende um combinado de bois, fogo e produtos químicos para evitar novas queimadas no Pantanal	Notícia	16 fotografias de 'Meio Ambiente com Ricardo Salles' Repete: 20 fotografias do 050	Não	Não se aplica
Abandonados pelo poder público, primeiros habitantes do Pantanal perdem 83% do território para o fogo	Reportagem	14 fotografias 'Terra Indígena Baía dos Guató teve 83% de sua área consumida pelo fogo'	Sim	Protagonistas — os Guatós aparecem como sujeitos afetados, com fala ativa e centralidade na denúncia e nos impactos da tragédia ambiental.
Le Monde				
O Pantanal, no Brasil, paraíso de biodiversidade devastado pelas chamas	Reportagem	11 fotografias na matéria	Não definida.	Não se aplica

Fonte: Adaptado de Silva e Maia

As três amostras listadas na tabela acima nos permitiram elaborar uma análise do tipo de menção e papel dos povos originários e comunidades tradicionais nas matérias. Começando pela matéria que trata do ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, esta não faz qualquer menção a povos originários ou comunidades tradicionais. O foco está nas declarações de Salles em

audiência no Senado, com destaque para propostas como “boi bombeiro”, uso de fogo controlado e produtos químicos. As fontes ouvidas são exclusivamente oficiais e ligadas ao governo e ao agronegócio. Assim, o enquadramento da notícia privilegiou uma visão tecnocrata e institucional do problema, omitindo completamente os sujeitos mais impactados pelos incêndios. Essa falta de referência colabora com a invisibilização desses grupos, esvaziando a dimensão territorial e social do tema. Ao não incluir vozes dissidentes ou afetadas, a reportagem contribui para reforçar um discurso oficial, técnico e despolitizado sobre os incêndios no Pantanal.

A segunda matéria fez referência ao povo originário Guató, representado com nomes, falas diretas, localização precisa (Terra Indígena Baía dos Guató), contexto histórico, cotidiano atual, impacto dos incêndios, abandono do Estado e resistência. Lideranças como Sandra Guató e Antônia Luzia de Oliveira denunciam o apagamento institucional e a precariedade da assistência. A matéria também menciona a história colonial, o processo de reconhecimento étnico e a luta por direitos. Esta matéria representa um dos únicos casos de representação com forte representatividade. Os Guató não aparecem apenas como vítimas ou dados espaciais, mas como sujeitos históricos e políticos. A narrativa lhes concede voz, memória, contexto, identidade, denúncia e humanidade. Há também uma dimensão crítica ao Estado: a matéria mostra como o fogo não é um evento natural isolado, mas um agravamento de processos históricos de exclusão e negligência. O texto denuncia explicitamente o abandono institucional, o racismo ambiental e o apagamento dos direitos básicos como saúde, água e energia. Além disso, inclui dados de pesquisa acadêmica sobre o povo e registros históricos que reforçam sua existência e resistência.

A terceira análise, referente à única reportagem publicada pelo Le Monde sobre os incêndios no Pantanal, descreve os impactos devastadores com foco principal na perda da biodiversidade e nos danos aos ecossistemas locais. Há menção breve ao fato de que o fogo ameaça não apenas a fauna e flora, mas também o modo de vida dos habitantes tradicionais. No entanto, essas referências são genéricas: não há identificação de etnias específicas, relatos diretos, entrevistas ou desenvolvimento narrativo sobre as condições dos povos originários e comunidades tradicionais afetadas. A narrativa prioriza a dimensão ecológica, apresentando o Pantanal como patrimônio natural ameaçado. Os seres humanos

foram mencionados de forma secundária, diluídos sob a expressão "habitantes tradicionais", sem atribuição de nome, rosto, voz ou agência. A ausência de citações diretas e o apagamento da dimensão humana configuram uma abordagem centrada nos efeitos ecológicos do desastre, relegando as consequências sociais e culturais a um segundo plano. Povos originários e comunidades tradicionais surgem como parte do cenário devastado, e não como sujeitos históricos ou políticos da narrativa. Do ponto de vista dos recursos visuais, a reportagem é ilustrada majoritariamente com fotografias que evidenciam a destruição ambiental, sem registros explícitos dos impactos sobre povos ou comunidades locais. Essa escolha reforça a centralidade do enfoque ecológico, sem que haja articulação direta com as consequências humanas dos incêndios.

De maneira geral, ACJ das matérias que realizaram menções a povos originários e comunidades tradicionais revelou variações significativas no tratamento dado a esses sujeitos. Enquanto algumas reportagens apenas os citaram de maneira genérica ou indireta, outras lhes atribuíram certo grau de protagonismo, ainda que por vezes sem conceder-lhes voz direta. Poucos casos bem pontuais evidenciaram representações mais robustas, em que os povos foram apresentados como agentes históricos e políticos do território. A diversidade nas formas de inserção aponta para a existência de diferentes estratégias editoriais, que ora priorizam a dimensão ecológica dos incêndios, ora incorporam, de maneira mais ou menos desenvolvida, as consequências sociais e culturais sobre as comunidades afetadas.

A análise evidenciou, principalmente, a ausência de um processo de escuta legítima dos povos originários e comunidades tradicionais. Como afirma Braga Costa (2022), a escuta é um gesto político e epistêmico que implica o reconhecimento do outro como sujeito de saber. Ao mencionar esses povos apenas de forma genérica ou marginal, sem lhes conferir voz direta, as matérias desconsideram a complexidade dos modos de vida e das formas próprias de expressão dessas comunidades. A presença desses sujeitos, quando ocorre, parece atender a uma demanda superficial de visibilidade, sem corresponder a uma escuta real, implicada e transformadora. A imprensa acaba operando mais como curadora de discursos autorizados do que como mediadora entre mundos e saberes distintos.

Esse bloqueio da escuta crítica está diretamente relacionado ao que Paulo Freire (1987) identifica como comunicação bancária, um modelo vertical, autoritário e silenciador, em que alguns falam e outros apenas ouvem. Aqui, o jornalismo recorreu majoritariamente a fontes oficiais e institucionalizadas, reproduzindo uma lógica informativa que transmite conteúdos sem diálogo. Como alerta Freire, toda comunicação que nega a palavra do oprimido é também uma negação de sua humanidade. A ausência de protagonismo discursivo das comunidades tradicionais não se resume a uma falha representacional: trata-se de uma operação estrutural de opressão simbólica, que reforça a exclusão desses grupos dos circuitos legítimos de produção de sentido.

bell hooks (2013) explica justamente que os espaços de fala e representação são historicamente controlados por olhares brancos, patriarcais e coloniais. Quando os povos originários aparecem apenas como vítimas ou como pano de fundo da devastação ambiental, sem voz, nome ou história, a imprensa contribui para sua desumanização simbólica. hooks nos lembra que a representatividade verdadeira exige que os sujeitos subalternizados falem por si e desde si, com agência e legitimidade. Ao não permitir que esses grupos disputem os sentidos da tragédia, o jornalismo reproduz um regime de visibilidade desigual, no qual certas experiências são centralizadas e outras continuam descartáveis. Essa assimetria não é apenas uma omissão editorial, mas um ato político que define quem pode existir no discurso público.

6.4 Leitura crítica das Coberturas Fotográficas: entre devastação e invisibilização

A tabela descrita anteriormente, reúne aspectos centrais das metodologias de Ariella Azoulay (2019), Susan Sontag (2004) e André Melo Mendes (2019), sintetizando-os de maneira a permitir uma análise precisa, crítica e politicamente situada das imagens jornalísticas sobre os incêndios no Pantanal em 2020. Essa escolha metodológica foi guiada por três critérios principais: Evitar repetições conceituais e operacionais entre as autoras e autor; Selecionar apenas os aspectos mais pertinentes à nossa pesquisa: a representação e representatividade de povos originários e comunidades tradicionais nas imagens; Construir uma ferramenta funcional, que permita aplicar a análise com profundidade, mas também com objetividade e clareza.

Assim, Ariella Aïsha Azoulay (2019) forneceu a base crítica mais robusta para compreender a ausência como forma de violência simbólica, a fotografia como parte de um evento colonial contínuo e a necessidade de recusar o olhar imperial naturalizado pela cultura visual ocidental. As reflexões de Susan Sontag oferecem uma crítica indispensável à maneira como o sofrimento é representado e consumido visualmente. Sua análise sobre a estetização da dor, a banalização provocada pela repetição de imagens e o voyeurismo em torno das tragédias é fundamental para compreender os efeitos simbólicos e emocionais que as imagens podem produzir nos espectadores: o olhar colonial. A fotografia é compreendida como ato político entre fotógrafo, fotografado e espectador, envolvendo a dignidade e a cidadania visual dos sujeitos. Finalmente, Mendes contribui com um método mais sistemático e técnico de leitura da imagem, semiótico e cultural, que ajuda a compreender como os elementos visuais constroem sentido. Ele também valoriza a articulação entre forma, cultura e discurso.

Tabela 08: Análise imagética de duas matérias de Folha de S. Paulo

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
Salles defende um combinado de bois, fogo e produtos químicos para evitar novas queimadas no Pantanal	16 fotografias no carro sel 'Meio Ambiente Ricardo Salles'	15 imagens que mostram o então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles em diferentes contextos políticos, institucionais e midiáticos. As fotografias o retratam em eventos formais, ao lado de autoridades como Jair Bolsonaro e Geraldo Alckmin, em reuniões ministeriais, entrevistas e cerimônias públicas.	Não.	As imagens constroem uma representação institucional e positiva de Ricardo Salles, centralizando sua figura como agente político ativo. Trata-se de uma representação que reforça seu poder, legitimidade e articulação política, esvaziando as críticas às suas ações enquanto ministro e silenciando os impactos socioambientais de sua gestão, sobretudo sobre populações vulnerabilizadas. A ausência de outros sujeitos afetados por suas decisões, em especial dos povos originários e comunidades tradicionais, revela um apagamento sistemático	O conjunto produz um sentido de normalização e institucionalidade, suavizando conflitos e controvérsias. A recorrência de imagens sorridentes, composições cuidadosas e gestos de formalidade ou afeto (como apertos de mão ou poses junto a autoridades) colabora com a estetização da política. Ao evitar qualquer representação crítica ou conflitual, as imagens constroem um discurso visual que desmobiliza o olhar ético e crítico sobre a atuação do ministro e, por consequência, sobre o projeto de desmonte ambiental conduzido pelo governo ao qual pertence.	As imagens constroem uma narrativa visual centrada na autoridade de Ricardo Salles, destacando sua figura política em associação com líderes como Jair Bolsonaro e Geraldo Alckmin. A repetição de enquadramentos reforça uma representação centralizadora do poder, ocultando tensões e conflitos, em um regime de visibilidade que organiza e apaga disputas simbólicas. A única presença de povos originários ocorre de forma performática: aparecem posando ao lado do ministro, sem identificação de Terra ou etnia, e com agência despolitizada. A imagem estetiza uma suposta harmonia entre Estado e povos originários, encobrindo conflitos e promovendo a desumanização simbólica dos sujeitos retratados.

dessas vozes, reforçando uma lógica de invisibilização e desumanização das populações diretamente atingidas pelas políticas ambientais do governo.

A fotografia mostra o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, posando ao centro de um grupo de pessoas originárias, que vestem trajes cerimoniais coloridos e adornos tradicionais, como cocares e colares de sementes e penas. A cena ocorre sobre um solo claro, possivelmente de areia branca, com floresta ao fundo e céu parcialmente nublado. Salles se destaca visualmente por sua roupa ocidental formal (camisa social clara e calça bege),

Sim, a imagem retrata explicitamente a presença de povos originários. O grupo aparece em evidência, com roupas e ornamentos que remetem a um momento ritual ou de performance cultural.

A imagem promove uma representação performática e institucionalizada dos povos originários. Ainda que estejam presentes com certo protagonismo visual, a construção da cena com o ministro no centro e a disposição simétrica do grupo reduz a agência coletiva dos sujeitos originários a um cenário decorativo para reforçar a autoridade e a política do Estado. Trata-se, portanto, de uma representação que recorre a um exotismo controlado, uma instrumentalização dos corpos e culturas originárias para fins institucionais, com apagamento dos conflitos de poder ali implicados.

A imagem quer produzir um efeito de apaziguamento político e estético, ao sugerir uma suposta harmonia entre o Estado representado por Salles e os povos originários retratados. No entanto, o contexto informado — de arrendamento ilegal de terras indígenas para plantio de soja — tensiona essa leitura visual, revelando um uso estratégico da fotografia para mascarar práticas de desrespeito aos direitos originários. Trata-se de uma imagem construída que esvazia a dimensão de conflito e resistência, apresentando um retrato posado que opera como encobrimento simbólico da violência estrutural e institucional.

contrastando com
a indumentária
dos demais.

<u>Abandona dos pelo poder público, primeiros habitantes do Pantanal perdem 83% do território para o fogo</u>	15 fotografias (a de capa e 14 em carros sel) 'Terra Indíge na Baía dos Guató teve 83% de sua área consu mida pelo fogo'	11 fotografias apresentam cenas diversas do cotidiano da destruição na Terra Indígena Baía dos Guató durante e após os incêndios. Há registros de mulheres e crianças, de casas e hortas queimadas, de uma plantação devastada, de pessoas coletando água de córregos secos ou margens de rio, e de um incêndio visto por um morador em um barco. A sequência inclui gestos de cuidado (amamentar, carregar baldes, vigiar a terra) e de denúncia silenciosa (como o olhar da liderança Sandra Guató diante da floresta queimada). Os rostos e corpos estão presentes em primeiro plano	Sim. Presença explícita, central e reiterada do povo Guató, com nomes, rostos, gestos e Território identificáv el.	Representação e agência: O conjunto representa uma inversão parcial do regime de invisibilização dominante. Em vez da exclusão dos sujeitos, há uma presença forte e visualmente articulada das pessoas afetadas — especialmente mulheres, crianças e anciãos. Trata-se de um momento em que o "direito de aparecer" é reconhecido e exercido, rompendo o contrato colonial do olhar fotográfico. Ainda assim, a forma como os sujeitos são retratados (muitas vezes em situação de dor, escassez ou impotência) pode tender a uma representação de vitimização, mesmo que sem apagar a agência dos personagens.	As imagens operam numa chave de convocação afetiva: olhares diretos, corpos expostos, gestos cotidianos interrompidos pela catástrofe. Esse tipo de registro pode gerar empatia e engajamento — um apelo à responsabilidade do espectador. A presença de crianças brincando nos galhos queimados ou de uma mulher amamentando em meio à destruição reforça a ideia de continuidade da vida apesar da violência. Contudo, o excesso de cenas de devastação pode oscilar entre denúncia e anestesia, dependendo da leitura contextual feita pelo público.	As fotografias apresentam de forma central lideranças, mulheres, crianças e modos de vida afetados pelos incêndios, evidenciando agência política, territorialidade e dor coletiva. As imagens, ao evitarem a estetização da dor e convocarem o espectador à responsabilidade, produzem um efeito de denúncia e reconhecimento de pertencimento. Apesar dessa conquista visual rara, o predomínio de cenas de sofrimento pode escorregar para uma vitimização excessiva, desmobilizando o olhar crítico. Ainda assim, o conjunto rompe com a lógica de invisibilização, inscrevendo os povos originários como protagonistas históricos do território em disputa e reafirmando a cidadania fotográfica.
---	--	---	--	--	---	--

em várias imagens, assim como os sinais da precariedade e do abandono.

Quatro imagens, dentre elas uma mostra uma sucuri escondida no barranco do rio Cuiabá, parcialmente submersa, protegendo-se dos incêndios. Outra apresenta uma área queimada, com vegetação carbonizada e roças destruídas, incluindo restos de plantações de banana. A terceira retrata duas placas do governo federal chamuscadas pelo fogo; uma delas anunciava a construção de um sistema de abastecimento de água para a aldeia Aterrado, obra que nunca foi concluída. A

Não, mas retratam as consequências dos incêndios sobre os modos de vida tradicionais e o ambiente onde vivem povos originários, no caso, a Terra Indígena Baía dos Guató.

Representação indireta com ênfase na ausência e na devastação ambiental: As imagens não mostram os sujeitos diretamente, mas expõem os rastros de sua exclusão e da destruição de seus meios de subsistência. A obra que nunca se tornou reservatório de água, a terra queimada, a vegetação arrasada e o animal que se esconde são signos da negligência e da violência estrutural que atinge tanto a fauna quanto as comunidades humanas.

Convocação à responsabilidade e denúncia visual: imagens como essas produzem impacto ao mostrar os efeitos visíveis da destruição. Elas não apenas chocam, mas também interpelam o olhar do público para as consequências do abandono político e da crise ambiental sobre o território e os seres que o habitam. O contraste entre a promessa pública (a placa da obra) e sua ruína carbonizada reforça o sentido de denúncia.

última imagem
mostra o fogo
ativo às margens
do rio Cuiabá,
com chamas altas
e densa fumaça.

Fonte: Elaborado pelo autor

O corpus fotográfico analisado referente à Folha de S. Paulo, é composto por 204 imagens que revelam padrões visuais recorrentes que merecem destaque. A maior parte das fotografias (145 imagens) não apresentaram povos originários ou comunidades tradicionais. Outras 42 imagens retrataram pessoas sem identificação clara de pertencimento, enquanto apenas 17 imagens indicam explicitamente a presença de sujeitos coletivos vinculados a esses grupos. Esse dado já evidencia uma predominância de ausências visuais relevantes.

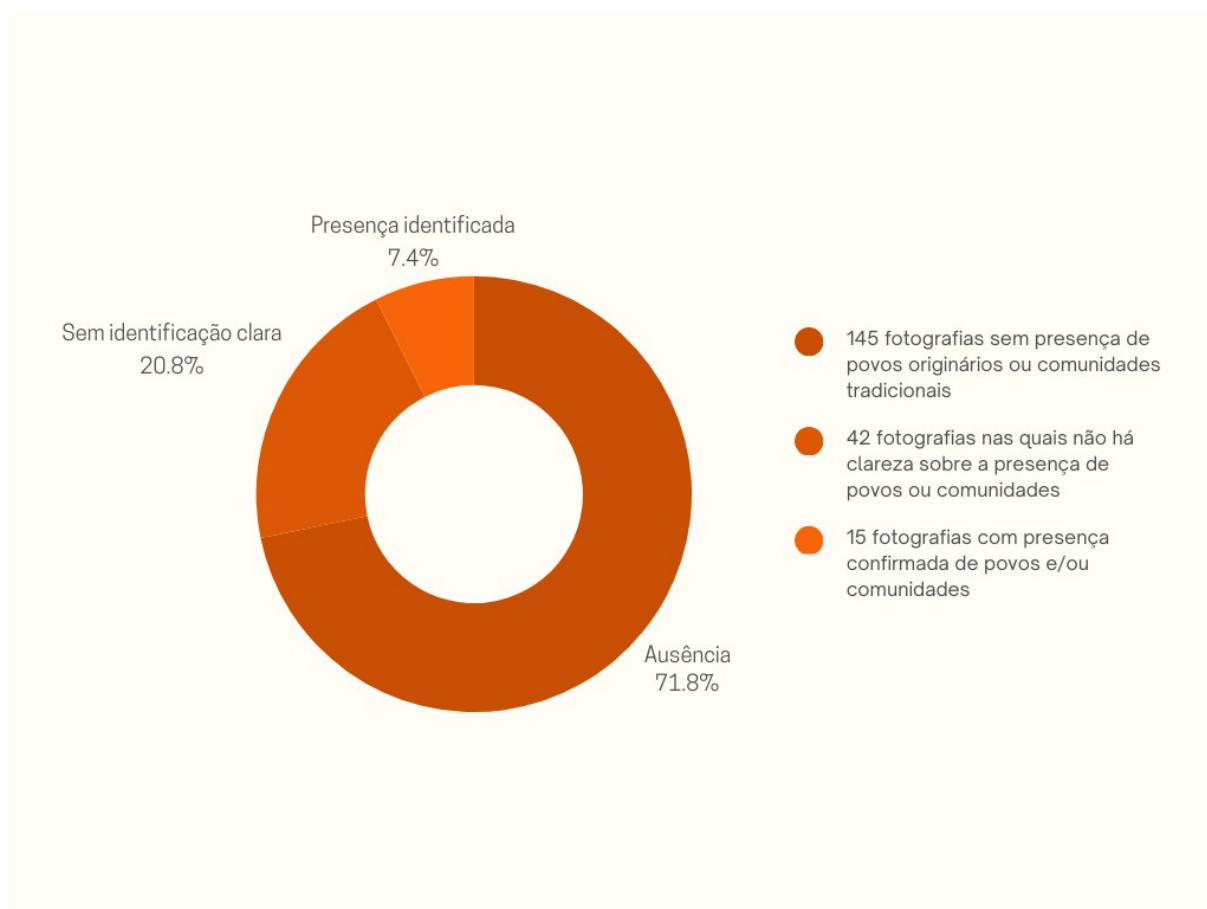


Figura 14: Presença de Povos e Comunidades nas fotografias da cobertura jornalística de Folha de S. Paulo

Fonte: Elaborado pelo autor

No que se refere ao tipo de representação, 152 imagens foram classificadas como silenciamento, ou seja, a ausência de voz ou presença dos sujeitos diretamente impactados foi predominante. Em 31 imagens observou-se algum grau de reconhecimento e/ou agência, ainda que nem sempre relacionado a povos originários ou comunidades tradicionais. Além disso, 11 imagens foram associadas ao olhar colonial, evidenciando representações estereotipadas, e outras 10 imagens expressaram vitimização.

Quanto ao sentido produzido pelas imagens, segundo nossa abordagem crítica inspirada em Susan Sontag (2004), prevaleceram registros que reforçam a dessensibilização do olhar. Assim, 89 imagens foram categorizadas como promovendo naturalização e estetização da dor e da violência. Outras 68 tiveram o intuito de provocar choque moral. No total, 37 imagens atuaram como convocação à responsabilidade e dez imagens resultaram em redução simbólica dos sujeitos.

Esses dados evidenciaram que, embora a cobertura tenha retratado amplamente a devastação ecológica e os esforços institucionais de combate ao fogo, com foco em corpos de animais mortos, vegetação queimada, brigadistas em ação e paisagens destruídas, os sujeitos históricos do território pantaneiro

permaneceram, em grande medida, invisíveis ou subordinados a uma lógica de representação estereotipada ou ausente. As imagens priorizam a ação institucional e a dramatização do desastre natural, em detrimento da agência histórica e social dos povos e comunidades locais. Essa tendência sugere a construção de um regime de visibilidade que privilegia o espetáculo da destruição e a resposta técnica ou estatal, enquanto marginaliza aqueles cuja vida e história são indissociáveis do território em chamas.

A estética das imagens, por sua vez, muitas vezes suavizou ou desvinculou a gravidade da crise socioambiental. A elevada presença de registros classificados como naturalização e estetização da dor indica que, mesmo em imagens que buscam retratar a catástrofe, há risco de banalizar o sofrimento e reduzir a potência crítica que as fotografias poderiam exercer. Ainda que algumas imagens provoquem choque moral ou busquem convocar à responsabilidade, o número reduzido dessas categorias em comparação com os registros de estetização e consumo passivo evidencia que a cobertura visual tende mais à comoção imediata do que à problematização crítica da realidade retratada.

Assim, a análise dos dados revelou que a narrativa visual construída privilegia a devastação física e a resposta institucional, enquanto marginaliza ou silencia a presença política e histórica dos povos originários e comunidades tradicionais. Essa lógica visual não apenas limita a representação dos sujeitos coletivos, como contribui para sua exclusão simbólica do imaginário público associado ao Pantanal em 2020.

Tabela 09: Análise imagética da reportagem de Le Monde

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
O Pantanal, no Brasil, paraíso de biodiversidade devastado pelas queimadas	11 fotografias na matéria	Sete fotografias mostram a destruição ecológica provocada pelos incêndios no Pantanal, entre fauna e flora. A flora queimada e fauna carbonizada ou fugindo.	Não.	Ausência de sujeitos humanos, reforçando a lógica de um território desabitado e naturalizado. Essa escolha promove uma representação não situada, que se distancia da presença de agentes sociais, especialmente dos que historicamente habitam e manejam o território. A centralidade dos animais e da paisagem devastada também favorece uma representação vitimizada da natureza, sem agência.	As imagens seguem majoritariamente a lógica do choque moral, com cenas impactantes da destruição, do fogo ativo e da desolação ambiental. A composição estética das imagens — com contrastes entre fogo e sombra, solo queimado e animais — remete também à estetização da dor, no sentido apontado por Sontag (2004), onde a beleza formal pode suavizar a brutalidade da cena. Há, ainda, um componente de convocação à responsabilidade, pela potência simbólica das imagens e pelo apelo emocional à proteção	As imagens do Le Monde constroem uma narrativa visual densa sobre os incêndios, destacando a devastação da fauna e do meio ambiente, mas invisibilizando totalmente povos originários e comunidades tradicionais. No primeiro conjunto, a naturalização da violência transforma a destruição em pano de fundo estetizado, sem sujeitos humanos. No segundo, a agência é atribuída apenas a bombeiros, veterinários e voluntários, reforçando o silenciamento dos habitantes locais. Embora as fotografias provoquem empatia e convoquem à responsabilidade, a estética controlada e o foco em atores externos produzem redução

ambiental.

Quatro fotografias apresentam bombeiros e brigadistas combatendo incêndios no escuro com um caminhão-pipa; equipes de veterinários realizando atendimentos emergenciais a animais silvestres feridos, como um roedor e uma ave; e voluntários alimentando um búfalo ferido nas margens de um rio, em meio a uma paisagem queimada. A sequência sugere esforço, cuidado e uma tentativa de reversão dos danos causados pelos incêndios no Pantanal.

Trata-se de uma representação centrada na agência dos agentes externos, como bombeiros, veterinários e voluntários. Essas imagens constroem uma narrativa de ação salvadora, que pode reafirmar uma lógica de intervenção tecnocrática e excludente dos saberes e experiências dos sujeitos locais, reforçando sua invisibilização. A ausência de comunidades tradicionais nas imagens contribui para uma forma de representação que, embora visualmente positiva e heroica, deixa de lado os sujeitos históricos da região e seus modos de cuidado e resistência.

Três sentidos são acionados nestas imagens. O primeiro é a convocação à responsabilidade, especialmente no registro do atendimento veterinário, que interpela o espectador ao cuidado com a vida e ao esforço coletivo de resposta. O segundo, porém, é a estetização da dor, sobretudo na imagem do caminhão-pipa contra o fogo à noite, cuja composição dramática e beleza visual suavizam a tragédia representada. Por fim, há indícios de redução simbólica do sujeito, pois os animais feridos aparecem como ícones da destruição, descontextualizados de sua relação com o ecossistema e com os modos de vida humano-naturais do Pantanal. Esses sentidos se articulam de forma ambígua, oscilando entre o engajamento e a espetacularização.

simbólica e desumanização por omissão, apresentando o Pantanal como cenário de tragédia sem sujeitos políticos.

No caso do Le Monde, as 11 imagens publicadas revelam um padrão visual fortemente centrado na devastação ecológica e na resposta técnica de agentes externos ao território. Não foi identificada nenhuma presença de povos originários ou comunidades tradicionais nas fotografias analisadas, o que implica que todas as imagens foram classificadas como casos de silenciamento, segundo a tipologia adotada.

Quanto ao sentido produzido pelas imagens, observou-se a predominância de efeitos que oscilam entre a comoção e a estetização da tragédia. Sete imagens provocam choque moral, confrontando o espectador com a brutalidade da destruição. Quatro imagens foram classificadas como estetização da dor, nas quais a composição visual tende a suavizar ou embelezar o sofrimento, transformando-o em espetáculo.

A narrativa imagética construída pelo Le Monde enfatizou majoritariamente elementos naturais em destruição, áreas calcinadas, focos de incêndio, animais feridos ou mortos, combinados à atuação de brigadistas e veterinários. Esses registros sugerem uma tentativa de sensibilização do público externo diante da catástrofe ecológica. Contudo, a ausência absoluta dos sujeitos históricos do território pantaneiro impõe um limite crítico à representatividade possível.

As fotografias reforçaram uma lógica de cobertura que desloca a centralidade da crise dos povos afetados para uma narrativa centrada na paisagem devastada e na resposta tecnocrática. A agência, quando representada, é atribuída exclusivamente a agentes institucionais e técnicos, como bombeiros e veterinários, sem reconhecimento da presença ou da resistência dos povos do território.

Assim como observado na análise da Folha de S. Paulo, a construção visual promovida pelo Le Monde reiterou um regime de invisibilidade que apaga as histórias, os saberes e as lutas das comunidades tradicionais e dos povos originários. As imagens documentam a destruição ecológica, mas silenciam aqueles que habitam e resistem nesse território. Essa ausência imagética, como discutido a partir de Ariella Azoulay (2019), implica uma supressão do direito à visibilidade e à cidadania fotográfica dos povos afetados. Embora as imagens variem entre provocar choque moral ou estetizar a destruição, ambas as abordagens resultam, na prática, em uma narrativa visual que distancia o Território de sua gente.

Uma vez mais, essa lógica se enquadra no que bell hooks (2019) denuncia como regimes de visibilidade que operam de forma a determinar quem pode ser visto, como será visto e sob quais condições terá sua imagem reconhecida como legítima. Ou seja, o olhar dominante não é neutro pois ele carrega uma política de poder que estrutura quem pode ocupar espaços de representação e representatividade e quem é mantido fora deles. Quando as imagens jornalísticas deixam de retratar povos originários e comunidades tradicionais, ou o fazem a partir de estereótipos visuais, reforçam uma prática histórica de silenciamento visual que transforma esses sujeitos em não-vistos, ou em figuras planas,

capturadas por um olhar de fora, exótico ou condescendente. Isso priva essas comunidades do direito de aparecer com sua própria complexidade e humanidade.

Essa lógica se acentua quando o sofrimento é estetizado ou capturado sem contextualização. hooks observa que há um risco permanente de que a dor de corpos racializados e subalternizados seja consumida como espetáculo, alimentando um voyeurismo que reafirma desigualdades em vez de questioná-las. No caso da cobertura dos incêndios no Pantanal, as imagens que representam corpos sem nome ou que retratam os sujeitos afetados apenas como vítimas reforçam a ausência de agência e a impossibilidade de resposta. Não se trata apenas da ausência física desses corpos nas fotografias, mas da ausência de um olhar que os reconheça como autores de sua própria narrativa.

Mariana Belmont, ao tratar do racismo ambiental na mídia, argumenta que a forma como certas populações são retratadas ou omitidas, tem consequências concretas na forma como suas vidas são valorizadas socialmente. A autora aponta que a mídia tradicional tende a privilegiar fontes institucionais e um discurso tecnocrata, o que reforça a ideia de que apenas certos sujeitos são autorizados a falar sobre os desastres ambientais. Nas imagens analisadas, essa tendência se manifesta visualmente: os sujeitos que ocupam o território pantaneiro não são representados como agentes políticos, mas como cenário de uma tragédia narrada por outros. Isso contribui para a manutenção de uma estrutura simbólica em que esses povos permanecem no campo da invisibilidade ou da desumanização.

Esse processo se insere em um regime mais amplo de exclusão do direito à imagem, ao território e à memória. As fotografias, ao lado das palavras, compõem o arquivo público do que é legitimado como real e digno de atenção. Quando os povos originários e comunidades tradicionais do Pantanal são deixados fora desse registro visual, ou quando aparecem apenas como vítimas passivas de um desastre natural, perpetua-se uma narrativa que dissocia o território de seus guardiões históricos. Como indicam hooks e Belmont, romper com essa lógica exige mais do que representação simbólica: requer a construção de espaços visuais que reconheçam e afirmem a presença, a palavra e a resistência desses sujeitos.

Ao representar o Pantanal como cenário de catástrofe natural, e não como território vivido, a cobertura fotográfica contribuiu para a reprodução de um olhar externo que transforma o desastre em espetáculo, e os povos do Pantanal em ausências fotográficas.

6. CONCLUSÃO

Esta pesquisa partiu do objetivo de investigar como os povos originários e comunidades tradicionais foram representados nas coberturas jornalísticas digitais de

Le Monde e Folha de S. Paulo, sobre os incêndios que atingiram o Pantanal em 2020. Por meio de uma análise que integrou quatro frentes metodológicas distintas, mas complementares, a Classificação de Fontes Jornalísticas, a Análise Textual Discursiva (ATD), a Análise de Cobertura Jornalística (ACJ) e a uma análise crítica de imagens, foi possível construir um panorama amplo e rigoroso do tratamento narrativo e visual conferido a esses sujeitos coletivos. O percurso metodológico adotado permitiu que as observações se desdobrassem com base empírica sólida e fundamentação teórica consistente. Embora o objetivo não tenha sido a suposição de intenções editoriais, mas a observação de padrões que poderiam, reiteradamente, revelar práticas que levam à invisibilização e desumanização, fez-se necessário entender o contexto político-social para determinar as implicações de poder correlacionadas a essa cobertura.

Com base no extenso material analisado restou evidente a forma recorrente de predominância de fontes oficiais e institucionais, em detrimento da escuta direta dos sujeitos coletivos do sociobioma. Os dados da Classificação de Fontes demonstraram que, mesmo em matérias que abordam diretamente os impactos dos incêndios sobre o Pantanal, as vozes dos povos e comunidades tradicionais permaneceram em segundo plano ou ausentes. Quando citadas, essas vozes foram intermediadas por representantes do terceiro setor, pesquisadores ou órgãos públicos, o que deslegitima sua própria experiência e vivência e reforça uma lógica de representação mediada e incompleta. Essa estrutura de intermediação da fala revela o que Paulo Freire (2011) denomina de “comunicação bancária”, na qual os sujeitos não são instados a dialogar, mas apenas a receber o discurso autorizado. Ao reproduzir esse modelo, o jornalismo ambiental perde a potência de ser espaço de mediação crítica e se torna vetor da manutenção de assimetrias. Como propõe Freire, a comunicação verdadeiramente libertadora se dá no diálogo, na escuta ativa, no reconhecimento do outro como sujeito de saber.

O apagamento das vozes diretamente afetadas, em favor de fontes institucionais ou de especialistas externos, configura, portanto, uma prática comunicacional que nega agência e coisifica os sujeitos coletivos do Pantanal. Essa lógica também se manifesta na ATD, onde os enquadramentos discursivos demonstram a centralidade do ponto de vista institucional e técnico-científico. O Pantanal é frequentemente tratado como cenário de catástrofe, e seus habitantes são retratados ora como vítimas passivas, ora

como figuras folclóricas, raramente como agentes políticos e históricos enraizados no Território.

A Análise de Cobertura Jornalística reforça esse quadro ao mostrar a predominância do gênero notícia e a escassez de gêneros mais aprofundados, como reportagens ou entrevistas com sujeitos diretamente afetados. Observou-se uma tendência à cobertura episódica, centrada em eventos pontuais e em respostas institucionais, em detrimento da explicação de processos estruturais e históricos, favorecendo uma abordagem mais analítica e crítica.

Essa exclusão narrativa manifestou-se também na linguagem visual que participa da construção dos modos de ver e de existir no mundo. Quando os corpos racializados são sistematicamente omitidos ou representados de maneira estereotipada, não se trata de uma falha estética, mas de um gesto político. A ausência, neste caso, não é neutra, ela reitera a colonialidade do poder e reforça a ideia de que apenas certos corpos importam. Como lembra Djamila Ribeiro (2017), a representatividade não é garantida pela simples presença de imagens, mas pela possibilidade de fala, de agência, de ocupar o espaço simbólico com legitimidade e complexidade. Além disso, a ausência de recursos visuais que retratem povos originários e comunidades tradicionais confirma essa tendência. Das 204 imagens analisadas, a maioria não apresenta qualquer referência visual a esses grupos. Quando aparecem, são representados de forma distante, genérica ou estereotipada, sendo raras as imagens que conferem agência ou reconhecimento. A leitura crítica dessas imagens, ancorada em Azoulay, Sontag e André Melo de Mendes, evidencia como a composição visual colabora para um regime de visibilidade no qual certos corpos são sistematicamente excluídos ou reduzidos à condição de símbolos do sofrimento. Em outras palavras, trata-se de um processo de invisibilização.

Esses resultados apontam para o que bell hooks já denunciava: a exclusão não é um desvio, mas parte constitutiva das estruturas simbólicas e epistêmicas que sustentam o racismo e a exclusão. A ausência de representações significativas dos povos do Pantanal indica que sua presença no discurso jornalístico não é apenas marginal, mas frequentemente capturada por uma lógica que os desumaniza ou estetiza. A cobertura se constrói, em grande medida, a partir da negação de sua agência histórica, de seus saberes e de seus modos de vida.

Dados tão críticos não podem ser compreendidos como falhas pontuais ou desvios isolados. Ao contrário, eles apontam para uma lógica estruturante da produção midiática, que participa da manutenção de hierarquias simbólicas, políticas e raciais. Essa lógica é especialmente visível quando se considera o lugar atribuído aos povos originários e comunidades tradicionais na cobertura de uma catástrofe ambiental que afetou diretamente seus modos de vida, seus territórios e seus vínculos com o sociobioma. A ausência de suas vozes e presenças não apenas limita a pluralidade da cobertura, ela reitera uma estrutura de exclusão que atua historicamente na negação de seus direitos e de sua presença no espaço público. É uma invisibilização que leva a uma desumanização concreta.

Como afirma Mariana Belmont (2023), que investiga o racismo ambiental a partir de uma perspectiva crítica e descolonial, trata-se de um fenômeno que articula desigualdades históricas, epistemológicas e territoriais. A colonialidade do poder, como diria Aníbal Quijano (2005), manifesta-se também nas formas pelas quais determinados sujeitos são autorizados, ou não, a existir publicamente. Assim, opera-se a prática de racismo ambiental, entendido aqui não apenas como a distribuição desigual dos riscos e impactos ambientais, mas como um sistema que nega a determinados grupos o direito à representação, à memória e à palavra e como isso o direito à dignidade e própria existência.

No contexto dos incêndios do Pantanal, essa colonialidade opera silenciosamente através da imprensa, que, ao privilegiar fontes institucionais e narrativas tecnocráticas, deslegitima os saberes locais, ignora os modos de vida tradicionais e colabora para a perpetuação de um imaginário no qual esses povos são invisíveis ou descartáveis. Ou seja, não-humanos. Ao não figurar como agentes nas narrativas da crise, os povos e comunidades do Pantanal são também excluídos da possibilidade de disputar os sentidos da própria tragédia.

Essas constatações reforçam a urgência de se repensar criticamente o papel do jornalismo em contextos de crises socioambientais. O jornalismo, enquanto prática de mediação simbólica, não é apenas espelho da realidade: ele é também produtor de realidades possíveis. Ao escolher quem aparece, quem fala, de que maneira e com quais recursos simbólicos, o jornalismo constrói mundos, como vimos na

fundamentação teórica. Quando esses mundos sistematicamente silenciam os sujeitos coletivos dos Territórios devastados pelas chamas, eles colaboram para uma forma contemporânea de invisibilização, que é tão simbólica quanto política, tão imagética quanto material. Portanto, o jornalismo precisa assumir a responsabilidade ética e epistemológica por seus enquadramentos, inclusive na omissão.

Essa reflexão exige, ainda, o reconhecimento de que os modos de produção do jornalismo, tal como estruturados no Brasil, carregam heranças coloniais que operam de maneira naturalizada nas rotinas de apuração, nos critérios de noticiabilidade e na lógica imagética que privilegia o sofrimento espetacularizado em detrimento da escuta sensível. Não descartamos também, a precarização da estrutura de produção jornalística. Como discutido por Ilza Girardi (2012), o jornalismo socioambiental precisa assumir uma postura ética e pedagógica, na qual o ato de informar esteja comprometido com a transformação social e com o reconhecimento das múltiplas vozes que habitam os territórios. Quando a mídia silencia, ou apenas representa sem representatividade, ela participa ativamente da reprodução das desigualdades que afirma combater.

Do mesmo modo, a crítica de Belmont (2023) à exclusão histórica dos povos do Pantanal no espaço público midiático ajuda a compreender como esse silêncio visual e narrativo não é um fenômeno recente. Ele está ligado a um processo de negação sistemática do pertencimento desses sujeitos à nação, ao Estado e à cidadania plena. A cobertura dos incêndios em 2020 apenas atualiza, em uma nova tragédia, a lógica de apagamento que já marcou a relação entre imprensa e territórios tradicionais em outras situações. A resistência desses povos, portanto, não é apenas contra o fogo ou a omissão estatal, mas também contra os discursos midiáticos que lhes negam historicidade, autoria e futuro.

É precisamente aqui que se insere a centralidade imprescindível do jornalismo ambiental, não como especialização temática restrita à ecologia, mas como uma prática informativa comprometida com a complexidade das relações entre sociedade, ambiente e poder. O jornalismo ambiental, como propõe Ilza Girardi (2012) que pensa a comunicação a partir de uma perspectiva crítica, deve ser capaz de enxergar o território não apenas como espaço físico de ocorrência de eventos, mas como lugar simbólico, habitado por sujeitos, saberes e histórias. Esse jornalismo precisa romper com a lógica

do factual imediatista e assumir a tarefa de contextualizar, escutar e problematizar. Deve ser, também, um jornalismo mais atento, mais disposto a escutar vozes subalternizadas, mesmo quando essas vozes não se enquadram nos formatos dominantes da notícia.

Para que esse conceito se converta em rotina, é necessário desenvolver práticas mais plurais de apuração, enquadramento e produção visual, que valorizem a diversidade de formas de vida e a multiplicidade de experiências territoriais. Isso inclui repensar as rotinas de produção de imagem, os critérios de noticiabilidade e as estruturas internas das redações. Implica também questionar as hierarquias que definem quais fontes são legítimas, quais falas são autorizadas e quais corpos são visíveis. Não se pode, portanto, desconsiderar o poder do efeito da Espiral do Silêncio retratada por Neuman (1995), ao perpetuar uma prática de cobertura jornalística que reforce presenças consideradas relevantes e que desfavoreça a importância da representatividade de povos e comunidades tradicionais frente a um entendimento equivocado de minoria. Em se tratando de lugar de fala, o jornalismo não pode, unilateralmente, assumir o papel de delimitar quem tem ou não a prerrogativa de se pronunciar em nome desses sujeitos.

Partindo de um outro ponto de vista complementar, retratar um território como desprovido de presença humana é negar o direito a essa existência em toda a sua complexidade e magnitude. Em última instância, trata-se de reconhecer que o jornalismo não pode ser neutro frente ao racismo ambiental, porque a neutralidade, nesse caso, implica em cumplicidade.

Ao finalizar este percurso, reafirma-se que o problema da (não) representação dos povos originários e comunidades tradicionais na cobertura dos incêndios no Pantanal não é apenas uma questão de visibilidade, mas de justiça. Justiça epistêmica, justiça territorial, justiça socioambiental, justiça histórica. A construção de um jornalismo ambiental antirracista, comprometido com essa justiça exige o enfrentamento direto das estruturas que produzem o silêncio e o reconhecimento ativo daqueles que resistem aos incêndios não apenas da destruição ecológica, mas também do apagamento simbólico. A narrativa midiática precisa deixar de ser o lugar onde esses sujeitos desaparecem e passar a ser o espaço onde suas histórias, lutas e direitos possam emergir em sua dignidade plena.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **The danger of a single story**. Miniconferência promovida pela Technology, Entertainment, Design (TED), Julho 2009. Vídeo 18min32. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story>. Acesso em: 21 maio 2023.
- AGROÉFOGO. **Site da Articulação Agro É Fogo**, 2016. Grilagens, desmatamento e incêndios na Amazônia, Cerrado e Pantanal. Disponível em: <https://agroefogo.org.br/>. Acesso em: 06 de set. 2022.
- ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil**. Brasil: SENAC SP, 2000 ARAÚJO, Joel Zito. *A negação do Brasil: O negro na Telenovela Brasileira*. Rio de Janeiro: Senac, 2000.
- AZOULAY, A. **Potential history: unlearning imperialism**. London: Verso, 2019.
- BASTOS, Deh; BATISTA, Paula. **Representatividade x Representação**: Entenda a diferença e a importância. [S. l.]: Push, [2019?]. Disponível em: <https://push.com.br/post/representatividade-x-representacao-entenda-a-diferenca-e-a-importancia>. Acesso em: 16 ago. 2024.
- BELMONT, Mariana (org.). **Racismo ambiental e emergências climáticas no Brasil**. São Paulo: Instituto de Referência Negra Peregum; Oralituras, 2023. 164 p.
- BERGER, Christa Liselote; HAUSER, Vanessa. **A crise do jornalismo**: ecos e silêncios nas práticas e nas narrativas. *Revista Observatório*, v. 1, n. 2, p. 117–135, 2015. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/1561>. Acesso em: 23 out. 2024.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins. **Processualidades metodológicas: configurações transformadoras em comunicação**. Florianópolis: Insular, 2013.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 24 maio 2023.
- CHAVES, Luís de Gonzaga Mendes. **Minorias e seu estudo no Brasil**. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 149-168, 1970.
- COGO, Denise. **Da comunicação rural aos estudos de audiência**: influências da obra de Paulo Freire no ensino e na pesquisa em comunicação social. *Rastros Revista do Núcleo de Estudos Em Comunicação*, Joinville, v. 1, n. 1, p. 29-36, 1999. Disponível em: <<http://redebonja.cbj.g12.br/ielusc/necom/rastros/rastros01/rastros0103.html>>. Acesso em: out. 2009.
- COLOMBANI, J.-M. **Le Monde Dossier - Portrait d'un Quotidien**. Disponível em: <http://blog.ac-versailles.fr/cdirenoir/public/Pdf/21-Dossier_Le_Monde.pdf> . Acesso em: 7 oct. 2024.
- COSTA, Fernando, B. da. **Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garís**. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas. 2008.

Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 2005.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. 3. ed., Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOLHA DE S. PAULO. **IVC muda cálculo para assinaturas**; Folha é líder em circulação. 24 de agosto 2023. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/ivc-muda-calculo-para-assinaturas-folha-e-lider-em-circulacao.shtml>>. Acesso em 18/10/2024.

_____. **Jornal consolida o primeiro lugar nas assinaturas digitais** -

24/08/2023 - Mercado - Folha. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/ivc-muda-calculo-para-assinaturas-folha-e-lider-em-circulacao.shtml>> . Acesso em: 7 oct. 2024.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução Rosiska Darcy de Oliveira. - [1. ed.] - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. [66. ed.] – Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GIRARDI, I. M. T.; SCHWAAB, R.; MASSIERER, C.; LOOSE, E. B. **Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental**. Comunicação e Sociedade, v. 34, p. 132-152, 2012.

GONÇALVES FILHO, José Moura. **A invisibilidade pública**. FB Costa, Homens Invisíveis: relatos de uma humilhação social, 2004.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Representações sociais: avanços teóricos e epistemológicos** Social representations: theoretical and epistemological developments. Temas psicol. Ribeirão Preto, v. 8, n. 3, p. 249-256, dez. 2000.

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Site do Programa Queimadas do Inpe**, 2019. Monitoramento de focos ativos por bioma. Disponível em: https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/. Acesso em 20 de ago. 2022.

_____. **Site da Coordenação-Geral de Observação da Terra**, 2019. Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes/>. Acesso em 20 de ago. 2022.

JOVCHELOVITCH, S. **Psicologia social, saber, comunidade e cultura**. Psicologia & sociedade, v. 16, n. 2, p. 20–31, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/TbQqQMLs9D5jQ5CRGzZQNSK/?lang=pt#ModalHowcite>

KANEHIDE IJUIM, Jorge. **Humanização e desumanização no jornalismo:**

algumas saídas. Revista Comunicação Midiática, Bauru, SP, v. 7, n. 2, p. 117–137, 2012. Disponível em:

<https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/290>.

Acesso em: 26 de julho 2023.

KOTE, Gilles van. **Pour ses 77 ans, « Le Monde » s’offre un record de 500 000 abonnés**. 29 de dezembro 2021. Disponível em: <<https://www.lemonde.fr/actualite-medias/article/2021/12/21/pour-ses-77-ans-le-monde-s-offre-un-record-de-500-000->

- abonnes_6106916_3236.html#:~:text=En%202021%2C%20Le%20Monde%20compte,4%20000%20hors%20de%20France)>. Acesso em: 18/10/2024.
- KRIPKA, R. M. L. ; SCHELLER, M. ; BONOTTO, D. L. . **Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização**. Revista de Investigaciones Unad , v. 14, p. 55-73, 2015.
- LASA-UFRJ. **Nota Técnica 01/2021**, 16 de mar. 2021. Área Queimada Pantanal 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/350103205_Nota_Tecnica_012021_LASA-UFRJ_Queimadas_Pantanal_2020/. Acesso em 20 de ago. 2022.
- LOOSE, Eloisa Beling. **Jornalismos e crise climática: um estudo desde o Sul Global sobre os vínculos do jornalismo com a colonialidade**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2024. E-book (PDF; 1,72 Mb). ISBN 978-85-524-0424-8.
- LUDKE, Menga; ANDRE, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.
- _____. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.
- MENDES, André Melo. **Metodologia para análise de imagens fixas**. 1. ed. Belo Horizonte: Selo PPGCOM-UFMG, 2019. v. 1. 58p.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES – MCTIC. **Acordo de Paris**, 2017. Encarte da Versão Oficial do Governo Brasileiro. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/acordo-de-paris-e-ndc/arquivos/pdf/acordo_paris.pdf/. Acesso em 20 de ago. 2023.
- MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- NECCHI, Vitor. **“Estamos vivendo o capítulo brasileiro da falência global da democracia liberal”**: Entrevista especial com Luis Felipe Miguel. [S. l.], 28 out. 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/584059-estamos-vivendo-o-capitulo-brasileiro-da-falencia-global-da-democracia-liberal-entrevista-especial-com-luis-felipe-miguel>. Acesso em: 28 jul. 2024.
- NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **La espiral del silencio** o Opinión Pública: nuestra piel social. México: Ed. Paidós, 1995.
- Portela, Poema; Sá, Izabele; Feres Júnior, João; Lemos, Fernanda & Mina, João Pedro. **Raça, gênero e imprensa: quem escreve nos principais jornais do Brasil?** (GEMAA), IESP-UERJ, 2023, p. 1-21.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder: eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117–142.
- REGO, Patrique Lamounier. **Caminhos da desumanização: análises e embricamentos conceituais na tradição e na História Ocidental**. 2014. 169 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 112 páginas, 2017. (Coleção: Feminismos Plurais)
- Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D. de, & Guindani, J. F. (2009). **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** Revista Brasileira De História & Ciências Sociais, 1(1). Recuperado de <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>
- SANCHES, Ana; BELMONT, Mariana. **Racismo Ambiental como uma violência colonial: Um enfrentamento urgente e coletivo!**. Diálogos Socioambientais, [S. l.], v. 6, n. 17, p. 06–08, 2023.
- SCHMITZ, Aldo A. **Classificação das fontes de notícias.** BOCC. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, v. 1, p. 1-22, 2011.
- SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. **Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico.** Rumores, São Paulo, v. 5, p. 18, 2011.
- SINGER, Peter A. D. . **Ética Prática.** (Trad. Jefferson Luiz Camargo). 3 ed. São Paulo: Martins Fontes. 2002.
- SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES E REMOÇÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA. **Site do SEEG**, 2004. Emissões Totais. Disponível em: https://plataforma.seeg.eco.br/total_emission/. Acesso em 20 de ago. 2022.
- Site da Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada - **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009** - Publicação Original. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2009/decreto-7037-21-dezembro-2009-598951-publicacaooriginal-121386-pe.html> 22/12/2009. Acesso em: 13 de agosto 2023.
- Site da Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos - DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007 - Brasília, 7 de fevereiro de 2007; 186º da Independência e 119º da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso em: 04 de outubro 2024.
- SONTAG, Susan. **Sobre fotografia.** Trad.: Rubens Figueiredo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.
- TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento:** análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TESHAINER, Marcus Cesar Ricci. **Política e Desumanização:** aproximações entre Agamben e a Psicanálise. São Paulo: Educ; FAPESP, 2013.
- TOREZZAN, Daniela. **La Zonificación de la información socio ambiental:** análisis de la elección y encuadramiento de las fuentes por el periódico A Gazeta y la televisión Centro América. Dissertação (Mestrado em Jornalismo Ambiental). Instituto Internacional de Formação Ambiental. Espanha, p.58. 2013.
- VESTENA, Carla Luciane Blum. **O papel da mídia na formação da opinião pública:** A contribuição de Bourdieu. Guairacá: Revista de Filosofia, Guarapuava - PR, v. 24, p. 9-22, 2008. ISSN 2179-9180. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/guaiaraca/article/view/1144/0> . Acesso em: 4 out. 2024.

ANEXOS

Anexo A – Análise das matérias de Folha de S. Paulo segundo a metodologia de Classificação de Fontes

Título da Matéria		Númer o de fontes	Fonte Primári a ou Secund ária	Grupo	Ação
0	Mesmo com pandemia de Covid-19, Pantanal tem recorde histórico de queimadas no início de 2020	02	02 Primárias	01 Institucional	01 Proativa
				01 Especializada	01 Ativa
0	Governo proíbe queimadas na Amazônia e no Pantanal por 120 dias	02	02 Primária	01 Oficial	01 Proativa
					01 Reativa
				01 Institucional	01 Ativa
0	Pantanal tem primeiro semestre com maior número de queimadas já registrado	02	02 Primária	01 Institucional	01 Proativa
				01 Especializada	01 Proativa
		02	02 Secundária	01 Oficial	01 Reativa
				01 Individual	01 Reativa
				05	03 Oficial

			05	01	01 Passiva
			Primárias	Empresarial	
0	Fogo no Pantanal gera emergência em MS e faz fumaça chegar à capital de MT			01	01 Ativa
				Institucional	
		01	01	01	01 Proativa
			Secundária	Institucional	
			01	01	Proativa
			Primária	Oficial	
0	Pantanal tem julho com maior número de queimadas já registrado	05		03	01 Ativa
			04	Oficial	02 Reativas
			Secundária	01	01 Ativa
				Especializada	
			02	01	01 Ativa
			Primária	Oficial	
0	Incêndio no Pantanal avança e está próximo de maior hotel da região	04		01	01 Proativa
				Empresarial	
			02	01	01 Ativa
			Secundária	Oficial	
				01	01 Proativa
				Institucional	
0	Incêndio no Pantanal obriga ribeirinho a abandonar casa pela primeira vez em 79 anos	01	01	01	01 Ativa
			Primária	Testemunhal	
	Com incêndios, Pantanal já perdeu 10% de toda a sua cobertura vegetal em 2020	04	01	01	01 Proativa
			Primária	Oficial	

0			03 Secundária	01 Empresarial	03 Ativas
				01 Especializada	
				01 Institucional	
0	Fogo no Pantanal destrói maior refúgio mundial de araras-azuis	04	02 Primária	01 Individual	04 Ativa
				01 Oficial	
			02 Secundárias	01 Empresarial	
				01 Institucional	
0	Repórteres se deparam com Pantanal de morte e impotência	01	01 Primária	01 Testemunhal	01 Proativa
0	Em ensaio de repórter fotográfico, o fogo transforma a Transpantaneira	02	01 Primária	01 Testemunhal	02 Proativa
			01 Secundária	01 Oficial	
	Anitta cobra posicionamento de Bolsonaro sobre queimadas no Pantanal: 'Rindo do que?'	02	01 Primária	01 Individual	01 Proativa

0			01 Secundária	01 Oficial	01 Passiva
0	O Pantanal está pegando fogo	02	02 Secundária	01 Oficial 01 Institucional	02 Passiva
0	Fogo no Pantanal ameaça área de concentração de onças-pintadas em MT	03	02 Primária 01 Secundária	02 Oficial 01 Testemunhal	03 Ativas
0	Incêndio no Pantanal ameaça experiência bem-sucedida de conservação de onças via turismo	06	06 Primária	02 Testemunhal 02 Institucional 02 Oficial	06 ativa
			03 Primária	03 Oficial	02 Proativa
0	Queimadas no Pantanal: multas do Ibama despenham apesar de recorde de incêndios	06	03 Secundária	01 Oficial 01 Institucional 01 Individual	04 Ativa

0	'Tem críticas desproporcionais à Amazônia e ao Pantanal', diz Bolsonaro	04	02 Primária	04 Oficial	01 Proativa
			02 Secundária		03 Ativa
0	Queimadas atrapalham planos de retomada do turismo no Pantanal	08	01 Primária	01 Empresarial	08 Ativa
			07 Secundária	02 Especializada	
				02 Oficial	
0	ONGs e famosos fazem vaquinha por brigada antifogo permanente	02	02 Primária	03 Empresarial	02 Proativa
				01 Individual	
0	Queimadas no Pantanal já superam em 16 dias todos os setembros; mês deve ser o pior da história	04	04 Primária	01 Institucional	02 Proativa
				04 Oficial	01 Ativa
0	Abandonados pelo poder público, primeiros habitantes do Pantanal perdem 83% do território para o fogo	06	03 Primária	02 Testemunhal	02 Ativa
				01 Oficial	01 Reativa
				01 Oficial	01 Ativa

			03 Secundária	01 Empresarial	01 Reativa
				01 Institucional	01 Proativa
0	Vídeo é tirado de contexto para afirmar que brigadistas incendiaram o Pantanal	02	01 Primária	02 Oficiais	01 Proativa
			01 Secundária		01 Ativa
0	Carta ao Tom	01	01 Primária	01 Individual	01 Proativa
0	Governo Bolsonaro deve ser principal processado por política de devastação no Pantanal	01	01 Primária	01 individual	01 Proativa
0	Devastado pelo fogo, parque das onças em MT tem orçamento de R\$ 45 mil e apenas um funcionário	03	03 Primária	01 Oficial	01 Reativa
				01 Especializada	01 Ativa
				01 Institucional	01 Passiva
0	Fogo no Brasil, silêncio em Paris	01	Primária	01 Individual	01 Proativa

0	Causas irrefutáveis das queimadas no Pantanal	01	Primária	01 Especializada	01 Proativa
0	Fazendeiros têm prejuízo, mas defendem gado como 'bombeiro' do Pantanal	06	04 Primária	04 Empresarial	04 Ativa
			02 Secundária	02 Oficial	02 Passiva
0	Hotelaria teme impacto das queimadas no Pantanal	01	01 Primária	01 Empresarial	01 Ativa
0	Senadores de comissão de queimadas no Pantanal querem estatuto jurídico diferenciado para bioma	03	02 Primária	03 Oficial	02 Ativa
			01 Secundária		01 Passiva
0	Política do avesso	01	01 Primária	01 Especializada	01 Proativa
0	Com medo do fogo, turistas cancelam reserva em hotel no Pantanal	01	01 Primária	01 Empresarial	01 Ativa
	Fogos em nove fazendas destruíram 141 mil hectares no Pantanal	06		03 Oficial	02 Ativa
					01 Reativa

0			01 Institucion al		
		05 Primári a	01 Empresari al		03 Ativa
		01 Secund ária	01 Institucion al		
0	Governo manda Força Nacional para conter incêndios em Mato Grosso	04	03 Primári a	04 Oficial	01 Ativa 01 Proativa 01 Reativa
			01 Secund ária		01 Passiva
0	Senadores querem legislação para o Pantanal pronta em até 45 dias	03	02 Primári a	03 Oficial	02 Ativa
			01 Secund ária		01 Passiva
0	Setembro tem recorde histórico de queimadas no Pantanal	05	03 Primári a	03 Oficial	03 Proativa
			02 Secund ária	01 Oficial	01 Reativa
				01 Institucion al	01 Ativa
0	Fazendeiro perde 6.000 hectares no Pantanal, mas defende queimadas	01	01 Primári a	01 Individual	01 Ativa

0	Fumaça e Covid-19 pressionam sistema de saúde no Centro-Oeste	06	05 Primária	05 Especializada	05 Ativa
			01 Secundária	01 Referência	01 Passiva
0	Banhistas e pescadores esportivos convivem com fogo no Pantanal	02	02 Primária	02 Testemunhal	02 Ativa
				02 Oficial	01 Proativa
0	Governo divulga informação falsa de que queimada no Brasil é a menor em 18 anos	06	04 Primária	02 Institucional	01 Ativa
			02 Secundária	02 Oficial	02 Reativa
				02 Oficial	02 Passiva
0	Seca severa no Pantanal deve durar cinco anos, afirma secretário nacional de Defesa Civil	03	03 Primária	02 Oficial	03 Ativa
				01 Institucional	
0	Amazônia tem 2º pior setembro de queimadas da década e Pantanal tem pior mês da história	05	04 Primária		02 Ativa
			01 Secundária	05 Oficial	02 Reativa
					01 Proativa
0	Chamas de setembro	01	01 Primária	01 Individual	01 Ativa

0	Pecuarista investigado por incêndio no Pantanal vendeu gado ao governador de MS	03	03 Primária	03 Oficial	01 Passiva 01 Ativa 01 Reativa
0	Queimadas em Mato Grosso põem em risco espécies de primatas já ameaçadas	01	01 Primária	01 Ativa	01 Especializada
0	Incontrolável, fogo já consumiu 26,5% do Pantanal, mostram satélites	03	03 Primária	01 Oficial 01 Referência 01 Institucional	02 Proativa 01 Ativa
0	Mais de 90% da área do Pantanal está nas mãos da iniciativa privada, diz Embrapa	04	03 Primária 01 Secundária	03 Oficial 01 Referência	03 Ativa 01 Passiva
0	Se tivesse mais gado no Pantanal, desastre seria menor, diz ministra da Agricultura sobre queimadas	04	04 Primária	01 Oficial 01 Empresarial 02 Institucional	01 Ativa 03 Reativa
0	De quem é a culpa pelas tragédias no Pantanal e na Amazônia?	05	05 Primária	04 Oficial 01 Referência	01 Proativa 03 Passiva 01 Proativa

0	Repórteres narram destruição em diário de viagem pelo Pantanal em chamas	02	02 Primária	02 Testemunhal	02 Ativa
0	Vivemos uma situação de guerra no Pantanal, diz senador de comissão de queimadas	01	01 Primária	01 Oficial	01 Ativa
0	Salles defende um combinado de bois, fogo e produtos químicos para evitar novas queimadas no Pantanal	03	03 Primária	03 Oficial	03 Ativa
0	Incêndio e fortes ventos criam 'tempestade de areia' no Pantanal	02	01 Primária	01 Institucional	01 Ativa
			01 Secundária	01 Referencial	01 Passiva
0	Chuva volta ao Pantanal, mas volume ainda é insuficiente, diz Ibama	03	02 Primária	01 Testemunhal	02 Ativa
			01 Secundária	01 Referência	01 Passiva
0	Secretarias de Meio Ambiente de MT e MS refutam tese de 'boi bombeiro' no Pantanal	03	01 Secundária	03 Oficial	01 Proativa
			02 Primária		02 Reativa

0	Brasil não está preparado para enfrentar grandes queimadas, diz secretário do MS	01	01 Primária	01 Oficial	01 Ativa
0	Governo dribla cobrança e prioriza comissão amiga sobre Pantanal no Congresso	07	07 Primária	07 Oficial	07 Ativa
0	Fotógrafo lança livro com imagens do Pantanal antes do fogo	01	01 Primária	01 Individual	01 Ativa
0	Artistas assinam carta em defesa do Pantanal e criticam política ambiental de Bolsonaro	06	06 Primária	01 Oficial 05 Individual	06 Ativa
0	Pantanal tem pior outubro de queimadas da história e fogo cresce 121% na Amazônia	01	01 Primária	01 Oficial	01 Passiva
0	Fogo no Pantanal afeta ambiente e pecuária, mas corrupção norteia eleição em Corumbá	03	02 Primária 01 Secundária	02 Individual 01 Oficial	02 Ativa 01 Passiva
0	Incêndios no Pantanal: por que o fogo ainda ameaça o ecossistema mesmo após a chegada das chuvas	06	06 Primária	02 Institucional 03 Oficial	02 Ativa 02 Ativa 01 Passiva

				01 Individual	01 Ativa
0	Disputas na comissão do Senado sobre queimadas sepultam plano para o Pantanal	04	04 Primária	04 Oficial	03 Ativa 01 Passiva
0	Amazônia e Pantanal perdem 3 estados do RJ em 2020 com queimadas e desmatamento	05	05 Primária	04 Especializada 01 Oficial	05 Ativa
0	Vi um Pantanal desfigurado, sem vida, silencioso, conta fotógrafo João Farkas	01	01 Primária	01 Individual	01 Proativa

Anexo B – Análise das matérias de Folha de S. Paulo segundo a metodologia de Análise Textual Discursiva

	Título da Matéria	Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
0	Mesmo com pandemia de Covid-19, Pantanal tem recorde histórico de queimadas no início de 2020	Mesmo com a pandemia de Covid-19 em curso no Brasil, o Pantanal tem o início de ano com maior número de queimadas já registrado no bioma, como mostram os dados do Programa Queimadas, do Inpe	Impacto Ambiental: Incêndios	Agravamento das queimadas no Pantanal no início de 2020, mesmo em meio à pandemia. Recorde histórico de focos de incêndio, com base em dados do INPE, e antecipa um cenário crítico antes mesmo da estação do fogo. Ênfase	Inexistente. A cobertura não menciona povos originários ou comunidades tradicionais, caracterizando uma ausência de representatividade e desses sujeitos

Título da Matéria	Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
			está na dimensão ambiental do problema e sua excepcionalidade.	nos impactos e na narrativa sobre o Pantanal.
0 Governo proíbe queimadas na Amazônia e no Pantanal por 120 dias	Um decreto do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) publicado no Diário Oficial da União desta quinta-feira (16) suspende por 120 dias o uso de fogo na Amazônia e no Pantanal	Políticas Públicas e/ou Governamentais	Decisões políticas ou governamentais que influenciam diretamente a gestão ambiental e o uso de recursos naturais.	Menção indireta a populações tradicionais e indígenas como exceções à proibição de uso do fogo
0 Pantanal tem primeiro semestre com maior número de queimadas já registrado	Nos primeiros seis meses de 2020, as queimadas no Pantanal atingiram o maior número já registrado na série histórica do Programa Queimadas, do Inpe.	Impacto Ecológico: Incêndios	Agravamento das queimadas no Pantanal em 2020, apresentando dados comparativos históricos e análises que demonstram o avanço das queimadas mesmo com decretos de proibição. A ênfase recai sobre o agravamento do cenário ambiental e a ineficácia das medidas governamentais.	Inexistente.
Fogo no Pantanal gera	O avanço dos focos de	Impacto	Relatos sobre a extensão,	Inexistente

	Título da Matéria	Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
0	emergência em MS e faz fumaça chegar à capital de MT	incêndio no Pantanal fez o governo de Mato Grosso do Sul decretar situação de emergência no estado e a pedir reforço para combater as queimadas.	Ecológico: Incêndios	consequências e respostas às queimadas no Pantanal, com foco nos danos ecológicos, institucionais e na qualidade do ar.	
0	Pantanal tem julho com maior número de queimadas já registrado	Em julho, o Programa Queimadas, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), registrou 1.684 focos de calor no Pantanal. No mesmo período, em 2019, foram 494.	Impacto Ecológico: Incêndios	Dados técnicos sobre a intensificação dos incêndios no bioma, com base em estatísticas e comparativos históricos.	Inexistente
0	Incêndio no Pantanal avança e está próximo de maior hotel da região	O fogo já queimou cerca de 34 mil hectares dos seus 108 mil hectares — 31,5% do total. Trata-se do segundo maior incêndio registrado na RPPN, uma categoria privada de unidade de conservação.	Impacto Ecológico: Áreas Protegidas	Evidencia a destruição de unidade de conservação ambiental privada (RPPN), apontando risco à biodiversidade e perda de patrimônio ecológico.	Inexistente
0	Incêndio no Pantanal obriga ribeirinho a abandonar casa pela	Aos 79 anos, nascido e criado às margens do rio Cuiabá, no Pantanal,	Impacto Socioeconômico:	Relato pessoal de um deslocamento forçado em razão de um desastre	Representação de comunidades tradicionais, com

Título da Matéria		Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
	primeira vez em 79 anos	Benedito Alves da Silva, o Dito Verde, foi obrigado a abandonar a sua casa pela primeira vez na vida	Deslocament o	ambiental, revelando a dimensão humana dos impactos do fogo.	foco em um ribeirão pantaneiro que expressa a experiência direta da transformação do território e os impactos socioambientais vividos.
0	Com incêndios, Pantanal já perdeu 10% de toda a sua cobertura vegetal em 2020	Devastado por um dos piores incêndios de sua história, o Pantanal já perdeu 10,3% da cobertura vegetal, uma tragédia que só deve terminar em outubro, com fim do período seco.	Impacto Ecológico: Áreas Protegidas	Apresentação dos impactos ambientais severos provocados pelos incêndios florestais sobre o bioma Pantanal.	Inexistente
0	Fogo no Pantanal destrói maior refúgio mundial de araras-azuis	Inclemente, o incêndio no Pantanal está devastando a fazenda São Francisco do Perigara, santuário que concentra 15% da população livre da espécie, ameaçada de	Impacto Ecológico: Biodiversidad e	A matéria destaca o impacto dos incêndios sobre a fauna pantaneira, especialmente a arara-azul, espécie emblemática e ameaçada de extinção, apontando perdas irreparáveis à	Há menção à Terra Indígena Perigara do povo bororo, que teve seus 11 mil hectares queimados, mas sem desenvolvimento

Título da Matéria	Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
	extinção		biodiversidade.	do tema. A conexão é indireta e pontual, não sendo aprofundada na narrativa.
1 Repórteres se deparam com Pantanal de morte e impotência	É inevitável associar os macacos a humanos [...] Foi impossível não se emocionar quando encontramos dez macacos-prego calcinados: mãos crispadas, rostos congelados na dor.	Impacto Ecológico: Biodiversidad e	Narrativa centrada na devastação da fauna pantaneira em decorrência dos incêndios, com forte carga sensorial e descritiva que evidencia a morte de animais e a impotência humana diante da destruição.	Há menção à Terra Indígena Perigara do povo bororo, que teve seus 11 mil hectares queimados, mas sem desenvolvimento do tema. A conexão é indireta e pontual, não sendo aprofundada na narrativa.
1 Em ensaio de repórter fotográfico, o fogo transforma a Transpantaneira	Com 30 anos fotografando, o incêndio no Pantanal é a maior destruição natural que já viu. 'Para onde você	Impacto Ecológico: Incêndios	Apresenta o avanço do fogo no bioma e a dimensão da destruição ambiental.	Inexistente.

	Título da Matéria	Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
		olha, tudo está queimando.			
1	Anitta cobra posicionamento de Bolsonaro sobre queimadas no Pantanal: 'Rindo do que?'	Explica pra gente onde tá a graça do Pantanal pegando fogo? Pelo amor de Deus.	Reação Pública: Indignação e/ou Mobilização	Evidencia a reação de uma figura pública às queimadas no Pantanal, com foco na cobrança de posicionamento do governo e mobilização simbólica nas redes sociais.	Inexistente.
1	O Pantanal está pegando fogo	No Brasil de hoje, os patriotas riem de um país em chamas	Responsabi lização Governament al	Trechos que denunciam a negligência, o desprezo ou o discurso contraditório por parte do governo federal em relação às queimadas e à política ambiental, especialmente no contexto do Pantanal.	Inexistente
1	Fogo no Pantanal ameaça área de concentração de onças-pintadas em MT	As chamas que destroem o Pantanal mato-grossense no último mês já atingiram mais de 45% do Parque Estadual Encontro das Águas, região que concentra a maior quantidade de onças-	Impacto Ecológico: Biodiversidad e	Indica os efeitos das queimadas sobre espécies específicas da fauna e ecossistemas sensíveis.	Inexistente

Título da Matéria		Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
		pintadas no mundo.			
1	Incêndio no Pantanal ameaça experiência bem-sucedida de conservação de onças via turismo	O Pantanal é uma das caixas-fortes da onça-pintada no mundo. [...] A probabilidade de conservação iria melhorar.	Impacto Ecológico: Biodiversidade	Trechos que abordam impactos diretos dos incêndios sobre a fauna e flora do Pantanal, em especial espécies ameaçadas.	Inexistente
1	Queimadas no Pantanal: multas do Ibama despencam apesar de recorde de incêndios	Mesmo assim, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) diminuiu o ritmo das operações de fiscalização [...] autuações relacionadas à vegetação [...] caíram 22% em 2020 [...] No mesmo período de 2019, foram registrados 64 autos de infração	Políticas Públicas e/ou Governamentais	Trechos que abordam políticas públicas, estratégias de fiscalização, redução de multas ou ação do Estado frente aos incêndios e desmatamentos.	Inexistente
1	'Tem críticas desproporcionais à Amazônia e ao Pantanal', diz Bolsonaro	Tem críticas desproporcionais à Amazônia e ao Pantanal, né. Califórnia está ardendo em fogo. A África tem mais fogo que no Brasil.	Desinformação / Fake news	Trechos que trazem manifestações ou posicionamentos políticos, especialmente do Executivo, como resposta à cobertura ou à situação ambiental.	Sim, indireta e estereotipada. O presidente menciona povos indígenas de forma genérica e como causadores de

Título da Matéria		Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
					incêndios: "O índio toca fogo, o caboclo também."
1	Queimadas atrapalham planos de retomada do turismo no Pantanal	O fogo, que já consumiu cerca de 17% da vegetação do Pantanal, além de ser um desastre para o ambiente, jogou um balde de água fria no turismo local	Impacto Socioeconômico: Turismo	Refere-se aos impactos diretos das queimadas no setor econômico do turismo, com destaque para os prejuízos estruturais, emocionais e de imagem pública para a região pantaneira.	Inexistente
1	ONGs e famosos fazem vaquinha por brigada antifogo permanente	Já que as autoridades pouco estão fazendo perto da real necessidade, vamos nos mobilizar porque a natureza não pode esperar	Reação Pública: Indignação e/ou Mobilização	Iniciativas autônomas da sociedade civil para responder aos efeitos dos incêndios, compensando a ausência ou lentidão do Estado.	Inexistente
2	Queimadas no Pantanal já superam em 16 dias todos os setembros; mês deve ser o pior da história	Pelo ritmo diário de registro de fogo, setembro de 2020 será, com folga, o mês com o maior número de queimadas já registrado	Impacto Ecológico: Incêndios	Apresenta a dimensão, intensidade e consequências diretas das queimadas no bioma.	Inexistente

Título da Matéria		Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
		em toda a história no Pantanal.			
2	Abandonados pelo poder público, primeiros habitantes do Pantanal perdem 83% do território para o fogo	Espia como está a nossa natureza, a nossa saúde. Estamos descobertos de tudo, esquecidos por tudo.	Invisibilização e negligência pública	Denúncia da ausência ou ineficiência das políticas públicas no enfrentamento das queimadas e no cuidado com comunidades vulneráveis.	Central – A matéria gira em torno da violação dos direitos, abandono e impactos diretos sobre o povo Guató.
2	Vídeo é tirado de contexto para afirmar que brigadistas incendeiam o Pantanal	"O vídeo, verificado pelo Comprova, foi tirado de contexto e mostra uma equipe do ICMBio (...) fazendo queima de expansão, técnica de combate às chamas."	Desinformação / Fake news	A matéria atua para corrigir uma distorção da realidade, desmontando a circulação de informações falsas sobre os brigadistas. Ela esclarece o contexto real da ação registrada no vídeo, protegendo a legitimidade das instituições e combatendo ataques indevidos.	Inexistente
2	Carta ao Tom	Estamos em 2020, e o governo do Brasil é inimigo do meio ambiente. (...) A calamidade maior, Tom,	Responsabilização Government	A autora denuncia a destruição ambiental no Pantanal, destacando a inação e cumplicidade do governo federal e o	Sim, ainda que breve, há menção à destruição ambiental que

	Título da Matéria	Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
		é no Pantanal. É o maior fogaréu em 20 anos. A polícia já sabe que o fogo começou em grandes fazendas.	al	agravamento da crise ecológica.	impacta também a biodiversidade e populações tradicionais, como quando cita: “deixa o índio vivo”.
2	Governo Bolsonaro deve ser principal processado por política de devastação no Pantanal	Bolsonaro e seu governo são passíveis de processo criminal — e o merecem	Responsabilização Governamental	Aponta diretamente o governo federal como responsável pela devastação no Pantanal, relacionando medidas administrativas e cortes orçamentários à tragédia ambiental.	Indireta — embora o foco esteja na responsabilização do governo e nos impactos ambientais, a destruição atinge também comunidades tradicionais, que são afetadas pela omissão estatal mencionada.
2	Devastado pelo fogo, parque das onças em MT tem orçamento de R\$ 45 mil e apenas um funcionário	O parque está pegando fogo. Quem eu devo contactar? Qual plano de manejo orienta? Não tem nem por onde começar.	Responsabilização Governamental	A matéria evidencia o abandono institucional e a falta de infraestrutura, gestão e orçamento do parque estadual, contrastando com o	Inexistente

Título da Matéria	Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
			potencial econômico da região.	
2 Fogo no Brasil, silêncio em Paris	Agora, o Pantanal vira cinzas, e Macron silencia. [...] Mas o alívio de Jair Bolsonaro proporcionado pela fraquejada estratégica de Macron é temporário.	Responsabilização Governamental	A coluna articula a responsabilização do governo brasileiro pelos incêndios e aponta a ausência de pressão internacional atual, contrastando com a reação à crise de 2019.	Inexistente
2 Causas irrefutáveis das queimadas no Pantanal	Porém, não há dúvida de que o inventário da tragédia que transforma em cinzas boa parte do rico e frágil bioma pantaneiro impõe sobre a nossa geração um irrefutável ônus.	Responsabilização Governamental	Textos que apontam falhas ou omissões, muitas vezes exigindo ação ou propondo responsabilidade coletiva ou institucional.	Inexistente
2 Fazendeiros têm prejuízo, mas defendem gado como 'bombeiro' do Pantanal	É preciso garantir o repovoamento do gado no Pantanal. (...) O gado seria o 'bombeiro do Pantanal' porque os rebanhos poderiam fazer a limpeza da região.	Disputa de Narrativas	matéria evidencia uma disputa de versões sobre os incêndios — enquanto os produtores rurais culpam a ausência do homem e a legislação ambiental, setores da opinião pública e autoridades investigam	Inexistente

Título da Matéria	Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
			ação humana deliberada.	
2 Hotelaria teme impacto das queimadas no Pantanal	A retomada está difícil e um desastre dessa proporção acaba atrapalhando ainda mais”, diz Orlando de Souza, presidente do FOHB	Impacto Socioeconômico: Turismo	A matéria aborda como as queimadas afetam diretamente o setor hoteleiro e turístico, trazendo prejuízos financeiros e preocupações quanto à recuperação após a pandemia.	Inexistente
3 Senadores de comissão de queimadas no Pantanal querem estatuto jurídico diferenciado para bioma	Queremos que sejam construídas leis federais que garantam a manutenção do sistema ambiental. Não podemos deixar que isso se repita	Políticas Públicas e/ou Governamentais	Envolve declarações, medidas ou propostas de representantes do poder público e instituições políticas para lidar com as queimadas ou os efeitos socioambientais.	Inexistente
3 Política do avesso	Não são apenas a irresponsabilidade dos fazendeiros e a maior seca na região em 60 anos as causas dos incêndios. A atroz política ambiental do governo Bolsonaro é componente central do colapso ambiental, tanto	Responsabilização Governamental	Refere-se a posicionamentos que responsabilizam diretamente o governo federal pela intensificação das queimadas e pela omissão ou ineficácia nas ações de combate.	Inexistente

Título da Matéria	Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
	na Amazônia como no Pantanal —não importa o que o presidente diga hoje na Assembleia-Geral da ONU.			
3	Com medo do fogo, turistas cancelam reserva em hotel no Pantanal	Segundo o estabelecimento, que já estava com a capacidade pela metade por causa da pandemia, a ocupação chegou a zero no fim de julho e em agosto.	Impacto Socioeconômico: Turismo	Destaca os efeitos diretos das queimadas sobre atividades econômicas, como turismo, agropecuária e comércio.
3	Fogos em nove fazendas destruíram 141 mil hectares no Pantanal	Focos de incêndio iniciados em nove fazendas do Pantanal destruíram 141.773 hectares de vegetação [...] Apesar das diversas provas de ação humana, Bolsonaro disse nesta terça (22), em discurso para a ONU, que o fogo no Pantanal foi provocado pela temperatura alta deste ano e pelo 'acúmulo de massa orgânica em	Desinformação / Fake news	A matéria evidencia contradições entre os dados científicos e as declarações oficiais, especialmente no que diz respeito às causas dos incêndios

Título da Matéria		Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
decomposição'					
3	Governo manda Força Nacional para conter incêndios em Mato Grosso	Após semanas de queimadas na Amazônia e no Pantanal, o governo federal informou na noite desta terça-feira (22) que vai enviar [...] a Força Nacional de Segurança Pública [...] para auxiliar no combate aos incêndios	Políticas Públicas e/ou Governamentais	Ações ou posicionamentos institucionais do Estado em resposta a emergências ambientais.	Inexistente
3	Senadores querem legislação para o Pantanal pronta em até 45 dias	O estatuto do Pantanal vem para regular princípios, regimes jurídicos, linhas de financiamento. Queremos uma legislação nacional que estabeleça normas gerais. A União fica com as normas gerais e os estados com as normas específicas	Políticas Públicas e/ou Governamentais	Trechos que apresentam pronunciamentos oficiais, planos ou intenções de representantes do poder público com relação à situação ambiental no Pantanal.	Inexistente
3	Setembro tem recorde histórico de queimadas no	Setembro de 2020, mesmo ainda não completo, já tem o maior registro de queimadas na	Impacto Ecológico:	O texto utiliza dados oficiais e institucionais para contextualizar a gravidade do cenário	Inexistente

Título da Matéria	Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
Pantanal	história do Pantanal. Até o dia 23, foram registrados 6.048 incêndios no bioma, segundo dados do Programa Queimadas, do Inpe	Incêndios	ambiental. A ênfase está no caráter recorde das queimadas, com base em fontes de referência.	
3 Fazendeiro perde 6.000 hectares no Pantanal, mas defende queimadas	Apesar de investigações indicarem áreas de fazenda como origem de diversos focos de incêndio no Pantanal, Rodrigues defende com veemência o uso do fogo para o manejo do pasto na região. 'O cerrado se adaptou a ser queimado...	Disputa de Narrativas	Disputas entre conhecimentos locais e técnicos sobre o uso do fogo, tensionando entre tradição agropecuária e manejo ambiental.	Inexistente
3 Fumaça e Covid-19 pressionam sistema de saúde no Centro-Oeste	Agora, porém, o problema ganhou companhia: doenças respiratórias provocadas ou intensificadas pelas queimadas no Pantanal, na Amazônia e no cerrado.	Impacto Ecológico: Saúde	Relatos de como os incêndios afetam diretamente a vida da população, especialmente no que diz respeito à saúde pública, demonstrando um entrelaçamento entre crise ambiental e crise sanitária	Inexistente

	Título da Matéria	Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
3	Banhistas e pescadores esportivos convivem com fogo no Pantanal	Até chegar ao Pantanal, a 1.900 km de nossa casa, fui falando das belezas naturais, de como é bonito o Pantanal. E o cenário que a gente encontrou foi totalmente diferente	Impacto Socioeconômico: Turismo	Mostra a ruptura entre a expectativa idealizada do Pantanal e a realidade devastada pelos incêndios, revelando o impacto afetivo e simbólico sobre os visitantes.	Inexistente
4	Governo divulga informação falsa de que queimada no Brasil é a menor em 18 anos	“Na tentativa de se esquivar das críticas à política ambiental diante dos focos de incêndio na Amazônia e no Pantanal, o governo de Jair Bolsonaro publicou [...] uma afirmação falsa, de que a área queimada no país é a menor dos últimos 18 anos.”	Desinformação / Fake news	Matérias que questionam, denunciam ou confrontam ações, omissões, dados ou discursos do poder público sobre a crise ambiental.	Inexistente
4	Seca severa no Pantanal deve durar cinco anos,	situação excepcional de estiagem supera a	Políticas Públicas e/ou	O texto apresenta discursos oficiais que	Inexistente

	Título da Matéria	Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
	afirma secretário nacional de Defesa Civil	capacidade de preparação dos pantaneiros e das instituições públicas que trabalham na prevenção dos incêndios locais.	Governamentais	reconhecem a gravidade da seca e das queimadas, relacionando-as à falta de estrutura, logística, planejamento e ao impacto da pandemia. A responsabilidade é repartida entre fatores naturais e limitações institucionais, com menções à necessidade de prevenção	
4	Amazônia tem 2º pior setembro de queimadas da década e Pantanal tem pior mês da história	Apesar da situação crítica e dos dados públicos sobre o tema, o governo Jair Bolsonaro (sem partido) insiste em negar e até mesmo divulgar informações falsas sobre o assunto.	Desinformação / Fake news	Situações em que representantes do governo federal negam, relativizam ou desqualificam dados técnicos e científicos sobre os incêndios, mesmo diante de evidências documentadas.	Inexistente
4	Chamas de setembro	Mas a lógica costuma ser desafiada no Brasil sob Jair Bolsonaro, cujo governo vê a preservação como inimiga do	Responsabilização Governamental	Trechos que responsabilizam diretamente o governo federal pela devastação ambiental, apontando omissão, desinformação,	Inexistente

Título da Matéria		Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
		desenvolvimento, encoraja o desrespeito às normas ambientais e eleva o negacionismo a política de Estado		negacionismo ou falhas estruturais.	
4	Pecuarista investigado por incêndio no Pantanal vendeu gado ao governador de MS	A reportagem da Folha revelou que o governador comprou gado de um pecuarista investigado por incêndios ilegais no Pantanal. [...] O Ministério Público Estadual apura se houve incêndio doloso com objetivo de renovação de pastagem.	Responsabili zação Governament al	A matéria vincula diretamente um agente político de alto escalão (o governador) a um investigado por crimes ambientais no bioma.	Inexistente
4	Queimadas em Mato Grosso põem em risco espécies de primatas já ameaçadas	A situação no entorno do Parque Indígena do Xingu, em especial no interflúvio Teles Pires- Xingu, está calamitosa [...] O nosso medo é que aqui esse ponto de virada já tenha acontecido.	Impacto Ecológico: Biodiversidad e	Reportagens que ressaltam riscos, danos e urgências associadas a desequilíbrios ecológicos ou impactos da ação humana no meio ambiente.	Há uma menção à colaboração futura entre os pesquisadores e os indígenas ikpeng do Xingu, valorizando sua relação com o meio ambiente e o conhecimento tradicional sobre a fauna. Porém,

	Título da Matéria	Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
					os povos originários não são o foco central da narrativa.
4	Incontrolável, fogo já consumiu 26,5% do Pantanal, mostram satélites	Nós nunca teremos a dimensão do que nós perdemos neste ano”, afirma o presidente do Instituto do Homem Pantaneiro (IHP), Ângelo Rabelo. “Certamente, desapareceram espécies que não chegaram a ser descobertas	Impacto Ecológico: Biodiversidade	Evidencia as consequências ambientais e ecológicas irreversíveis das queimadas, com foco na perda da biodiversidade e no patrimônio natural.	A matéria menciona que duas terras indígenas foram atingidas (Baía dos Guatós e Perigara), mas não desenvolve a voz nem a presença desses povos. A representação é tangencial.
4	Mais de 90% da área do Pantanal está nas mãos da iniciativa privada, diz Embrapa	O Pantanal todo tem mais de 90% de propriedades privadas. Isso é uma coisa muito interessante. É muito diferente da Amazônia, que não é bem assim”, disse Lara.	Disputa de Narrativas	Narrativas que reforçam a ideia de que a ocupação econômica do Pantanal, especialmente via pecuária, é compatível com sua conservação e fundamental para a economia regional/nacional.	Inexistente

	Título da Matéria	Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
4	Se tivesse mais gado no Pantanal, desastre seria menor, diz ministra da Agricultura sobre queimadas	Talvez, se nós tivéssemos um pouco mais de gado no Pantanal, teria sido um desastre até menor do que o que nós tivemos neste ano. [...] O boi ajuda, ele é o bombeiro do Pantanal.”	Disputa de Narrativas	A matéria apresenta discursos conflitantes sobre as causas e soluções para os incêndios, colocando a tese do "boi bombeiro" (governo/agronegócio) em contraposição à crítica de especialistas e ambientalistas.	Inexistente
4	De quem é a culpa pelas tragédias no Pantanal e na Amazônia?	Mesmo assim, o presidente vai à ONU mentir ao mundo que queimadas são um fenômeno cultural, prática comum entre indígenas e ribeirinhos.	Responsabilização Governamental	Evidencia o embate entre diferentes versões e interesses no campo político sobre a responsabilidade pelas queimadas.	O discurso do presidente atribui culpas a indígenas e ribeirinhos, reforçando estigmas e desresponsabilizando agentes estatais, o que impacta diretamente a representação dessas comunidades.
5	Repórteres narram destruição em diário de viagem pelo Pantanal em	Encontramos sobreviventes. [...] No alto de árvores já sem	Impacto Ecológico: Biodiversidad	Narrativas detalhadas do sofrimento e da morte de animais silvestres revelam	Inexistente

	Título da Matéria	Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
	chamas	copa, duas famílias de macaco zogue-zogue. O que vão comer?	e	a dimensão da catástrofe ambiental.	
5	Vivemos uma situação de guerra no Pantanal, diz senador de comissão de queimadas	O problema do Pantanal é o abandono. Falta política pública definida do que fazer e a forma como fazer.	Responsabilização Governamental	Declarações que atribuem ao poder público a responsabilidade direta ou indireta pelas queimadas, seja por omissão, desmonte, negligência ou decisões políticas.	Inexistente
5	Salles defende um combinado de bois, fogo e produtos químicos para evitar novas queimadas no Pantanal	O ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente) defendeu um combinado de bois, fogo controlado e produtos químicos para evitar novas queimadas no Pantanal (...). Também voltou a falar sobre os planos de criação de uma brigada permanente para combater os incêndios no bioma.	Disputa de Narrativas	Discursos que relativizam ou minimizam o papel do Estado na crise ambiental, transferindo a responsabilidade para fatores externos ou estruturas locais.	Inexistente
5	Incêndio e fortes ventos criam 'tempestade de areia' no Pantanal	Depois de quase 15 dias de fogo contínuo, ele foi basicamente debelado graças aos esforços de	Impacto Ecológico: Incêndios	Relatos sobre impactos ambientais diretos causados pelas queimadas, como	Inexistente

	Título da Matéria	Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
		brigadistas e bombeiros. Quando o fogo foi pacificado, fomos surpreendidos por essa tempestade		fenômenos atmosféricos extremos e deterioração das condições de vida.	
5	Chuva volta ao Pantanal, mas volume ainda é insuficiente, diz Ibama	É uma garoa. Não é de falar que vai apagar o fogo, não sei se vai durar hoje ou amanhã”	Impacto Ecológico: Incêndios	Trechos que descrevem as condições do território, impactos das queimadas e reações imediatas de moradores e brigadistas.	A matéria retrata a atuação de brigadistas indígenas (povo terena), ressaltando sua presença ativa e protagonismo em áreas críticas do Pantanal, ainda que sem aprofundar as condições estruturais ou históricas dessas comunidades.
5	Secretarias de Meio Ambiente de MT e MS refutam tese de 'boi bombeiro' no Pantanal	Por nota, as secretarias de Meio Ambiente de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul refutaram a tese de que a pecuária extensiva teria reduzido os impactos dos	Desinformaç ão / Fake news	matéria apresenta posicionamentos divergentes sobre as causas e soluções para os incêndios, destacando uma contraposição entre esferas do poder público	Inexistente

Título da Matéria		Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
		incêndios florestais no Pantanal.		(estaduais e federal).	
5	Brasil não está preparado para enfrentar grandes queimadas, diz secretário do MS	O Brasil, inclui nisso o Mato Grosso do Sul, não tem uma estrutura de planejamento e de combate a incêndios florestais dessas dimensões	Responsabilização Governamental	Discurso que evidencia a falta de preparo institucional e de políticas públicas para enfrentar queimadas de grande porte.	Inexistente
5	Governo dribla cobrança e prioriza comissão amiga sobre Pantanal no Congresso	É uma comissão que tem de ser firme, rigorosa. Não dá para fazer uma comissão e ficar passando pano para incompetências do governo. Não é uma comissão para ficar batendo palma para o governo com o Pantanal ardendo em chamas.	Disputa de Narrativas	O texto evidencia o conflito entre comissões legislativas com diferentes composições e agendas, revelando embates sobre responsabilidade política e institucional diante dos incêndios.	Inexistente
5	Fotógrafo lança livro com imagens do Pantanal antes do fogo	“É fechar os olhos e ver a face do horror. Nunca tinha visto nada igual. [...] Vi lontras andando sem saber o que fazer.	Impacto Ecológico: Biodiversidade	Relato direto e emotivo da desorientação e sofrimento de animais em meio aos incêndios, evidenciando os efeitos dramáticos sobre a vida	Inexistente

Título da Matéria	Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
			silvestre.	
5 Artistas assinam carta em defesa do Pantanal e criticam política ambiental de Bolsonaro	Todos nós aqui, nessa mesa de reuniões, sabemos que o sistema protetor do meio ambiente está sendo desmontado, de uma forma criminosa, de uma forma irreversível.	Responsabilização Governamental	Crítica direta à fragilização de órgãos e políticas ambientais, com responsabilização do governo por ações que comprometem a proteção do bioma.	Há menção à ausência de uma política indigenista, feita por Marcos Palmeira, mas sem aprofundamento ou presença direta de povos originários.
6 Pantanal tem pior outubro de queimadas da história e fogo cresce 121% na Amazônia	O Pantanal continua enfrentando o seu pior ano de queimadas. [...] A situação se torna ainda mais complexa porque o bioma passa pela pior seca dos últimos 60 anos.	Impacto Ecológico: Incêndios	O texto assume tom de urgência ao relacionar as queimadas recordes à seca histórica, reforçando o caráter cíclico e agravado da destruição ambiental. A matéria funciona como um chamado à atenção para o acúmulo de fatores críticos.	Inexistente
6 Fogo no Pantanal afeta ambiente e pecuária, mas corrupção norteia eleição em Corumbá	Apesar da tragédia ambiental e da epidemia, o tema que predomina na campanha tem sido a	Responsabilização Governamental	A matéria denuncia a ausência de pautas ambientais e sociais relevantes no processo	Inexistente

Título da Matéria	Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
	corrupção.	al	eleitoral, apesar da gravidade da destruição causada pelos incêndios no Pantana	
6	Incêndios no Pantanal: por que o fogo ainda ameaça o ecossistema mesmo após a chegada das chuvas	Impacto Ecológico: Incêndios	A matéria dedica-se a explicar, com base em conhecimento técnico, as razões físicas, ecológicas e humanas que permitem a continuidade do fogo, mesmo após o início das chuvas.	Há menção ao território indígena Guató como área atingida, mas sem participação nem desenvolvimento – portanto, não há representação.
6	Disputas na comissão do Senado sobre queimadas sepultam plano para o Pantanal	Disputa de Narrativas	A matéria expõe os conflitos internos entre representantes de diferentes estados no Senado, que inviabilizaram um plano nacional para o Pantanal, mesmo após a tragédia ambiental.	Inexistente

Título da Matéria		Unidade de Análise (Trecho Relevante)	Categoria	Descrição da Categoria	Conexão com a Representação dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais
		Grosso do Sul terminou por sepultar a iniciativa			
6	Amazônia e Pantanal perdem 3 estados do RJ em 2020 com queimadas e desmatamento	O país está se tornando uma espécie de pária ambiental	Responsabili zação Governament al	A matéria articula dados e falas críticas para construir uma narrativa de desmonte das políticas ambientais, responsabilizando diretamente o governo federal por perdas ambientais e pelo isolamento internacional do país.	Inexistente
6	Vi um Pantanal desfigurado, sem vida, silencioso, conta fotógrafo João Farkas	O livro que estava destinado a ser o registro de um lento processo de degradação tornou-se um grito desesperado de socorro por uma das regiões mais belas e ricas em biodiversidade do planeta.	Impacto Ecológico: Biodiversidad e	O autor expressa sua vivência direta e emocional do Pantanal após os incêndios, relatando a transformação da obra em um alerta urgente sobre a gravidade da destruição ambiental.	Há menção indireta ao pensamento indígena na citação do cacique Seattle, mas sem representação ou participação direta de povos originários.

Anexo C – Análise das matérias de Folha de S. Paulo segundo a metodologia de Análise de Cobertura Jornalística

	Título da Matéria	Gênero Jornalístico	Recursos Visuais	Menção aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais	Papel dos Povos Originários na Narrativa
0	Mesmo com pandemia de Covid-19, Pantanal tem recorde histórico de queimadas no início de 2020	Notícia	16 'Incêndios no Pantanal crescem em 2019 ' 8 fotografias da Austrália	Não	Não se aplica
0	Governo proíbe queimadas na Amazônia e no Pantanal por 120 dias	Notícia	Repete: 16 fotografias do 001	Sim. 01 vez.	Mencionados, sem voz.
0	Pantanal tem primeiro semestre com maior número de queimadas já registrado	Notícia	Repete: 16 fotografias do 001 01 imagem de satélite	Não	Não se aplica
0	Fogo no Pantanal gera emergência em MS e faz fumaça chegar à capital de MT	Notícia	Repete: 01 imagem de satélite do 003	Não	Não se aplica
0	Pantanal tem julho com maior número de queimadas já registrado	Notícia	Repete: 16 fotografias do 001 01 Infográfico Focos de incêndios são recordes no bioma (total em 6 meses)	Não	Não se aplica
0	Descontrolado, incêndio no Pantanal ameaça um dos maiores	Notícia	07 fotografias 'Incêndio no	Não	Não se aplica

	Título da Matéria	Gênero Jornalístico	Recursos Visuais	Menção aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais	Papel dos Povos Originários na Narrativa
	hotéis da região		Pantanal avança' 01 mapa		
0	Incêndio no Pantanal obriga ribeirinho a abandonar casa pela primeira vez em 79 anos	Reportagem	07 fotografias 'Incêndio no Pantanal obriga ribeirinho a abandonar casa pela primeira vez em 79 anos' Repete: Mapa de 006	Sim, ribeirinho.	Protagonismo com voz. Vítima e testemunha direta dos impactos ambientais; sua vivência humaniza e territorializa o desastre.
0	Com incêndios, Pantanal já perdeu 10% de toda a sua cobertura vegetal em 2020	Notícia	Repete: 07 fotografias do 007	Não	Não se aplica
0	Fogo no Pantanal destrói maior refúgio mundial de araras-azuis	Reportagem	14 fotografias 'Fogo no Pantanal destrói maior refúgio mundial de araras-azuis' 02 Mapas	Sim – menção à Terra Indígena Perigara do povo bororo, que teve toda sua área devastada pelas queimadas.	Mencionados, sem voz: os povos originários são mencionados apenas como vítimas indiretas da destruição ambiental, sem voz ou desenvolvimento na matéria.
	Repórteres se deparam com	Nota	01 fotografia 'O fotógrafo Lalo	Sim – menção	Mencionados, sem

	Título da Matéria	Gênero Jornalístico	Recursos Visuais	Menção aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais	Papel dos Povos Originários na Narrativa
0	Pantanal de morte e impotência		de Almeida fotografa queimada em Poconé' Repete:14 fotografias do 009	à Terra Indígena Perigara do povo bororo, que teve toda sua área devastada pelas queimadas.	voz: os povos originários são mencionados apenas como vítimas indiretas da destruição ambiental, sem voz ou desenvolvimento na matéria.
0	Em ensaio de repórter fotográfico, o fogo transforma a Transpantaneira	Entrevista	01 Fotografia 20 fotografias 'Ensaio fotográfico na Transpantaneira mostra paisagem de chamas, fumaça e cinzas'	Não	Não se aplica
0	Anitta cobra posicionamento de Bolsonaro sobre queimadas no Pantanal: 'Rindo do que?'	Notícia	01 fotografia de Anitta	Não	Não se aplica
0	O Pantanal está pegando fogo	Artigo	Repete 20 fotografias 011	Não	Não se aplica
0	Fogo no Pantanal ameaça área de concentração de onças-pintadas em MT	Notícia	01 Mapa	Não	Não se aplica

	Título da Matéria	Gênero Jornalístico	Recursos Visuais	Menção aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais	Papel dos Povos Originários na Narrativa
			01 Fotografia Repete 14 fotografias do 009 Repete 20 fotografias do 011		
0	Incêndio no Pantanal ameaça experiência bem-sucedida de conservação de onças via turismo	Reportagem	08 fotografias 'Queimadas no Pantanal continuam'	Não	Não se aplica
0	Queimadas no Pantanal: multas do Ibama despencam apesar de recorde de incêndios	Reportagem	2 fotografias	Não	Não se aplica
0	'Tem críticas desproporcionais à Amazônia e ao Pantanal', diz Bolsonaro	Notícia	Repete 20 fotografias do 011	Sim, brevemente, quando Bolsonaro menciona indígenas e caboclos como agentes de queimada.	Passivo e estereotipado, são citados apenas como parte da explicação do presidente, que os responsabiliza (sem provas) por parte das queimadas.
0	Queimadas atrapalham planos de retomada do turismo no Pantanal	Notícia	01 mapa 02 fotografias Repete 20 fotografias do 011	Não	Não se aplica

	Título da Matéria	Gênero Jornalístico	Recursos Visuais	Menção aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais	Papel dos Povos Originários na Narrativa
0	ONGs e famosos fazem vaquinha por brigada antifogo permanente	Notícia	Repete 08 fotografias do 015	Não	Não se aplica
0	Queimadas no Pantanal já superam em 16 dias todos os setembros; mês deve ser o pior da história	Notícia	01 Infográfico Repete 08 fotografias do 015	Não	Não se aplica
0	Abandonados pelo poder público, primeiros habitantes do Pantanal perdem 83% do território para o fogo	Reportagem	14 fotografias 'Terra Indígena Baía dos Guató teve 83% de sua área consumida pelo fogo'	Sim	Protagonistas — os Guatós aparecem como sujeitos afetados, com fala ativa e centralidade na denúncia e nos impactos da tragédia ambiental.
0	Vídeo é tirado de contexto para afirmar que brigadistas incendeiam o Pantanal	Notícia	01 fotografia	Não	Não se aplica
0	Carta ao Tom	Artigo de Opinião	Repete 08 fotografias do 015	Sim	Referência poética e simbólica dentro da denúncia ambiental (com apoio na música citada de Tom

	Título da Matéria	Gênero Jornalístico	Recursos Visuais	Menção aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais	Papel dos Povos Originários na Narrativa
					Jobim), sem aprofundamento específico na sua representação contemporânea
0	Governo Bolsonaro deve ser principal processado por política de devastação no Pantanal	Artigo	Repete 08 fotografias do 015	Sim	Menção indireta — são citados como parte das vítimas da política ambiental do governo, mas não têm protagonismo na narrativa.
0	Devastado pelo fogo, parque das onças em MT tem orçamento de R\$ 45 mil e apenas um funcionário	Reportagem	01 mapa Repete 08 fotografias do 015	Não	Não se aplica
0	Fogo no Brasil, silêncio em Paris	Artigo	05 fotografias 'Um ano depois do 'dia do fogo' 01 Fotografia Repete 08 fotografias do 015	Não	Não se aplica
0	Causas irrefutáveis das queimadas no Pantanal	Artigo	Repete 08 fotografias do 015 Repete 14 fotografias do 021 Repete 20 fotografias do 011	Não	Não se aplica

	Título da Matéria	Gênero Jornalístico	Recursos Visuais	Menção aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais	Papel dos Povos Originários na Narrativa
0	Fazendeiros têm prejuízo, mas defendem gado como 'bombeiro' do Pantanal	Reportagem	Repete 07 fotografias do 006 Repete 20 fotografias do 011	Não	Não se aplica
0	Hotelaria teme impacto das queimadas no Pantanal	Notícia	Repete 08 fotografias do 015	Não	Não se aplica
0	Senadores de comissão de queimadas no Pantanal querem estatuto jurídico diferenciado para bioma	Notícia	Repete 20 fotografias do 011	Não	Não se aplica
0	Política do avesso	Artigo	Repete 20 fotografias do 011	Não	Não se aplica
0	Com medo do fogo, turistas cancelam reserva em hotel no Pantanal	Notícia	Repete 08 fotografias do 015	Não	Não se aplica
0	Fogos em nove fazendas destruíram 141 mil hectares no Pantanal	Notícia	Repete 20 fotografias do 011	Não	Não se aplica

	Título da Matéria	Gênero Jornalístico	Recursos Visuais	Menção aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais	Papel dos Povos Originários na Narrativa
0	Governo manda Força Nacional para conter incêndios em Mato Grosso	Notícia	09 fotografias 'Brasil em Chamas'	Não	Não se aplica
0	Senadores querem legislação para o Pantanal pronta em até 45 dias	Notícia	Repete 08 fotografias do 015	Não	Não se aplica
0	Setembro tem recorde histórico de queimadas no Pantanal	Notícia	02 Infográficos Repete 20 fotografias do 011	Não	Não se aplica
0	Fazendeiro perde 6.000 hectares no Pantanal, mas defende queimadas	Reportagem	01 fotografia 07 fotografias 'Fazendeiro perde 6.000 hectares no Pantanal'	Não	Não se aplica
0	Fumaça e Covid-19 pressionam sistema de saúde no Centro-Oeste	Reportagem	01 Infográfico Repete 20 fotografias do 011	Não	Não se aplica
0	Banhistas e pescadores esportivos convivem com fogo no Pantanal	Reportagem	01 fotografia 10 fotografias 'Turismo tenta sobreviver à queimadas no Pantanal'	Não	Não se aplica

	Título da Matéria	Gênero Jornalístico	Recursos Visuais	Menção aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais	Papel dos Povos Originários na Narrativa
0	Governo divulga informação falsa de que queimada no Brasil é a menor em 18 anos	Notícia	02 Infográficos Repete: 09 fotografias do 034 Repete: 10 fotografias do 039	Não	Não se aplica
0	Seca severa no Pantanal deve durar cinco anos, afirma secretário nacional de Defesa Civil	Notícia	01 fotografia 'Voluntário combate incêndio no Pantanal; veja fotos de hoje' Repete 07 fotografias do 037	Não	Não se aplica
0	Amazônia tem 2º pior setembro de queimadas da década e Pantanal tem pior mês da história	Notícia	Repete: 09 fotografias do 034	Não	Não se aplica
0	Chamas de setembro	Editorial	Repete 01 fotografia	Não	Não se aplica
0	Pecuarista investigado por incêndio no Pantanal vendeu gado ao governador de MS	Reportagem	01 fotografia Repete 20 fotografias do 011	Não	Não se aplica
0	Queimadas em Mato Grosso põem em risco espécies de primatas já ameaçadas	Reportagem	01 fotografia Repete 14 fotografias do 009	Sim, à etnia Ikpeng	Colaboradores de pesquisa e guardiões do saber tradicional. Sua fala é mediada pelo

	Título da Matéria	Gênero Jornalístico	Recursos Visuais	Menção aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais	Papel dos Povos Originários na Narrativa
					pesquisador, não há falas diretas.
0	Incontrolável, fogo já consumiu 26,5% do Pantanal, mostram satélites	Reportagem	Repete 07 fotografias do 037 Repete 20 fotografias do 011	Sim	Citados de forma breve e passiva como vítimas dos incêndios; não há voz ativa nem aprofundamento.
0	Mais de 90% da área do Pantanal está nas mãos da iniciativa privada, diz Embrapa	Notícia	Repete 07 fotografias do 037	Não	Não se aplica
0	Se tivesse mais gado no Pantanal, desastre seria menor, diz ministra da Agricultura sobre queimadas	Notícia	Repete: 10 fotografias do 039	Não	Não se aplica
0	De quem é a culpa pelas tragédias no Pantanal e na Amazônia?	Artigo	03 Infográficos 11 fotografias de 'Crise do Clima'	Sim	Vítimas de responsabilização indevida por parte do governo federal.
0	Repórteres narram destruição em diário de viagem pelo Pantanal em chamas	Reportagem	01 mapa 20 fotografias de 'Pantanal de Mato Grosso do Sul em chamas'	Não	Não se aplica

	Título da Matéria	Gênero Jornalístico	Recursos Visuais	Menção aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais	Papel dos Povos Originários na Narrativa
0	Vivemos uma situação de guerra no Pantanal, diz senador de comissão de queimadas	Entrevista	Repete 20 fotografias do 011	Não	Não se aplica
0	Salles defende um combinado de bois, fogo e produtos químicos para evitar novas queimadas no Pantanal	Notícia	16 fotografias de 'Meio Ambiente com Ricardo Salles' Repete: 20 fotografias do 050	Não	Não se aplica
0	Incêndio e fortes ventos criam 'tempestade de areia' no Pantanal	Notícia	01 fotografia Repete: 20 fotografias do 050	Não	Não se aplica
0	Chuva volta ao Pantanal, mas volume ainda é insuficiente, diz Ibama	Notícia	Repete 16 fotografias do 052 Repete: 20 fotografias do 050	Sim	Atuam como brigadistas voluntários e moradores afetados, demonstrando protagonismo local diante da crise ambiental.
0	Secretarias de Meio Ambiente de MT e MS refutam tese de 'boi bombeiro' no Pantanal	Notícia	01 Infográfico Repete 07 fotografias do 037	Não	Não se aplica

	Título da Matéria	Gênero Jornalístico	Recursos Visuais	Menção aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais	Papel dos Povos Originários na Narrativa
0	Brasil não está preparado para enfrentar grandes queimadas, diz secretário do MS	Entrevista	01 fotografia Repete: 20 fotografias do 050	Não	Não se aplica
0	Governo dribla cobrança e prioriza comissão amiga sobre Pantanal no Congresso	Notícia	Repete: 20 fotografias do 050 Repete: 16 fotografias do 052	Não	Não se aplica
0	Fotógrafo lança livro com imagens do Pantanal antes do fogo	Notícia	02 fotografias 17 fotografias 'Fotógrafo lança livro 'Pantanal: Serra do Amolar' com imagens anteriores à 2020'	Não	Não se aplica
0	Artistas assinam carta em defesa do Pantanal e criticam política ambiental de Bolsonaro	Notícia	Repete: 20 fotografias do 050 Repete 07 fotografias das 10 do 039	Sim	Apenas menção indireta à ausência de política indigenista; não se aplica participação ativa ou representação direta
0	Pantanal tem pior outubro de queimadas da história e fogo cresce 121% na Amazônia	Notícia	Repete: 20 fotografias do 050	Não	Não se aplica

	Título da Matéria	Gênero Jornalístico	Recursos Visuais	Menção aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais	Papel dos Povos Originários na Narrativa
0	Fogo no Pantanal afeta ambiente e pecuária, mas corrupção norteia eleição em Corumbá	Reportagem	01 mapa 01 Infográfico 09 fotografias 'Fogo no Pantanal afeta ambiente e pecuária, mas corrupção norteia eleição em Corumbá' Repete: 20 fotografias do 050	Não	Não se aplica
0	Incêndios no Pantanal: por que o fogo ainda ameaça o ecossistema mesmo após a chegada das chuvas	Reportagem	06 fotografias	Sim (referência ao território indígena Guató)	Não se aplica (não há representação nem fala direta)
0	Disputas na comissão do Senado sobre queimadas sepultam plano para o Pantanal	Reportagem	01 fotografia Repete: 20 fotografias do 050	Não	Não se aplica
0	Amazônia e Pantanal perdem 3 estados do RJ em 2020 com queimadas e desmatamento	Reportagem	Repete: 20 fotografias do 050 01 Infográfico 10 fotografias 'Na 'terra de Mourão', garimpo ilegal age sob vista grossa do Exército' Repete: 09 fotografias do 034 Repete: 16 fotografias do 052	Não	Não se aplica
0	Vi um Pantanal desfigurado, sem vida, silencioso, conta fotógrafo	Artigo	10 fotografias 'O Pantanal	Sim (citação do cacique	Não se aplica (menção simbólica,

Título da Matéria	Gênero Jornalístico	Recursos Visuais	Menção aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais	Papel dos Povos Originários na Narrativa
João Farkas		após os incêndios'	Seattle)	sem presença ou voz)

Anexo D – Análise das fotografias na cobertura jornalística de Folha de S. Paulo

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
<u>Mesmo com pandemia de Covid-19, Pantanal tem recorde histórico de queimadas no início de 2020</u>	16 fotografias: 'Incêndios no Pantanal crescem em 2019' (em um carrossel	14 fotografias de incêndios e áreas devastadas, incluindo registros aéreos de focos de calor, vegetação queimada, áreas enegrecidas e árvores carbonizadas, entre outros. Nenhuma	Não.	Silenciamento e paisagem despolitizada. A ausência de pessoas resulta na eliminação de qualquer agência humana ligada ao território. A floresta e o fogo tornam-se os únicos protagonistas. Isso traz uma invisibilização que pode contribuir com uma desumanização simbólica,	Estetização / Naturalização da dor e violência: A ênfase na composição visual — com cores fortes, linhas de contraste e simetria — embeleza a tragédia, convertendo a destruição em um espetáculo visual. Como aponta Susan Sontag, esse tipo de enquadramento pode provocar tanto sensibilização quanto anestesia: o impacto estético pode	A galeria apresenta 16 imagens, das quais apenas duas mostram seres humanos. Dentre essas, somente uma representa povos originários — três brigadistas Terena, retratados com protagonismo e agência. No entanto, o conjunto visual privilegia a estética da destruição: planos abertos, paisagens devastadas, fumaça e fogo. A

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	)	dessas imagens apresenta diretamente sujeitos humanos ou elementos explícitos de comunidades tradicionais.		ao transformar o fogo em um fenômeno natural e isolado, apagando os modos de vida, histórias e resistências que compõem o Pantanal.	diluir a urgência política e moral do acontecimento retratado	ausência quase total de sujeitos humanos, especialmente dos povos que habitam e protegem o território, reforça a ideia do Pantanal como paisagem em ruínas, sem histórias, corpos ou memória. O foco nas consequências ecológicas, dissociadas das dimensões sociais e políticas do Território, contribui para a naturalização da catástrofe e para o apagamento simbólico dos povos originários e comunidades tradicionais. A presença originária, embora com protagonismo e agência, está isolada, contrastando com a ausência humana predominante. O conjunto, portanto, reforça a invisibilização dos povos originários e comunidades tradicionais, ao priorizar o espetáculo do fogo e da morte em detrimento das vidas humanas que convivem com o território.
		Benedito Valeriano de Arruda, 75 anos, em área onde antes passava o rio Taquari. Ele está em pé sobre um solo seco e rachado, que já foi leito de rio. Ao fundo, o vazio predomina e a paisagem árida reforça o impacto ecológico e a ausência de água no local.	Não definida.	Vitimização com agência reduzida. Benedito é central e identificado. No entanto, a imagem o coloca em meio a um cenário de perda, sozinho, em um território devastado. A posição dele, ereta e voltada à câmera, sugere alguma força e resistência, mas a narrativa implícita o situa mais como testemunha da tragédia do que como agente de transformação.	Redução simbólica do sujeito. Benedito aparece como representação de um sofrimento, mas sem inserção contextual ou agência. Ele se torna um ícone solitário da tragédia ecológica sem que sua história, voz ou relações com o território sejam exploradas. Isso contribui para a despolitização do drama vivido, transformando-o em símbolo da perda, e não da resistência.	
		Fotografia mostra três homens em pé, alinhados, usando uniforme amarelo	Sim, Povo Originário da etnia Terena.	Representação com protagonismo e agência afirmada: A fotografia valoriza os	Convocação à responsabilidade: A imagem convida o espectador a reconhecer o papel fundamental	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
---------	-----------------------	-----------	---	-------------------------------------	--------------------------------	----------------

da brigada do Ibama. Estão com capacetes, luvas e equipamentos de proteção. São identificados pelos nomes (Maia, Batista e Paz) e por sua etnia (Terena). A imagem é frontal e destaca os três como protagonistas da cena, com expressões levemente sorridentes.

sujeitos como agentes ativos de enfrentamento aos incêndios. Há reconhecimento explícito de sua identidade originária e de sua atuação técnica e política. Essa representação oferece uma imagem afirmativa de resistência com representatividade parcial, ao identificar os sujeitos e mostrar sua atuação.

dos povos originários na defesa do Pantanal. Ao dar rosto, nome e contexto a esses sujeitos, a fotografia convoca à escuta, à valorização e ao engajamento. Mostra sujeitos em ação — fortalecendo assim a consciência crítica e a responsabilização coletiva.

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
<u>Panta</u> <u>nal</u> <u>tem</u> <u>primei</u> <u>ro</u> <u>seme</u> <u>tre</u> <u>com</u> <u>maior</u> <u>númer</u> <u>o de</u> <u>queim</u> <u>adas</u> <u>já</u> <u>registr</u> <u>ado</u>	1 6 R e p e ti d a s (e m u m c a rr o s e l) 0 1 d e S	Imagem de satélite capturada no dia 20/07/2020 mostra uma grande nuvem de fumaça se espalhando pelo Pantanal (Poconé), indicando focos extensos de incêndio. Não há presença humana visível. A imagem é fria, impessoal.	Não.	Silenciamento. O desastre aparece como um dado geográfico, o que contribui para um esvaziamento de responsabilidade ou de contexto sociopolítico. Isso leva a uma invisibilização visual e simbólica. A ausência de sujeitos sociais, sobretudo dos povos que habitam os territórios, reforça a desumanização por distanciamento, ao tratar a tragédia como fenômeno natural e neutro.	Naturalização da violência. A distância e a neutralidade estética da imagem (comum a registros técnicos como os de satélites) sugerem que os incêndios fazem parte da paisagem, sem gerar comoção, empatia ou convocação à responsabilidade. A repetição desse tipo de visualidade contribui para que a destruição perca sua urgência política, tornando-se apenas mais uma mancha num mapa.	A matéria traz apenas uma nova imagem, uma de satélite, registrando a propagação de fumaça sobre a vegetação do Pantanal. A ausência total de sujeitos humanos, inclusive de qualquer indicação territorial ou cultural, converte a devastação em um dado técnico ou paisagístico. Embora o uso de imagens de satélite possa transmitir precisão científica e alcance, seu uso isolado e sem contraponto humano contribui para a naturalização da destruição e reforça a invisibilização dessas populações. O enquadramento visual opera uma desumanização silenciosa, diluindo a tragédia socioambiental em uma estética do distanciamento. Como narrativa única, a imagem

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		a t é l i t e				não convoca responsabilidade, nem reconhece os sujeitos que sofrem ou resistem: ela apenas constata, de forma fria e impessoal, o fogo visto de longe.
<u>Incêndio no Pantanal avançada e está próximo do maior hotel da região</u>	07 fotos	05 fotografias retratando incêndios com foco na área próxima ao hotel Sesc Porto Cercado, em Mato Grosso. Há registros aéreos e de solo, destacando a propagação do fogo, a fumaça densa, a devastação	Não.	Silenciamento. A ausência completa de pessoas — especialmente dos sujeitos diretamente impactados pelos incêndios — reforça um olhar que desumaniza o território e representa o Pantanal apenas como cenário de desastre ecológico, ocultando os modos de vida afetados.	Naturalização da violência. A repetição de enquadramentos aéreos, a ausência de sujeitos e o foco na vastidão da destruição diluem o impacto da tragédia. O espectador se acostuma com esse tipo de imagem e a violência ambiental se torna uma paisagem rotineira, o que reduz seu potencial de convocação política ou empática.	São oito fotografias, das quais seis não apresentam qualquer figura humana. Essas imagens reforçam uma narrativa do Pantanal como território natural devastado, tomado por fumaça, chamas e escuridão, sem referência à presença ou ação humana direta — exceto pelo destaque dado ao hotel ameaçado pelo fogo. As duas imagens que mostram pessoas apresentam brigadistas em ação com auxílio de aviões, porém sem qualquer identificação individual dos sujeitos. Assim, eles se tornam

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	P a n t a n a l a v a n ç a , (e m u m c a r r o s s e l)	da vegetação e o contraste entre as áreas verdes e as já queimadas.				figuras genéricas da contenção do fogo, esvaziadas de contexto social ou comunitário. No que é de povos originários e comunidades tradicionais, há ausência: não há qualquer menção visual ou textual a esses grupos, mesmo sendo eles afetados diretamente pelo avanço do fogo no Pantanal. A galeria reforça, portanto, uma perspectiva de cobertura voltada ao espetáculo da destruição e à ameaça a empreendimentos urbanos e turísticos, com ênfase na natureza em colapso e no combate técnico ao fogo — sem convocação à responsabilidade nem inclusão de vozes ou rostos historicamente excluídos. A ausência desses sujeitos, mesmo sendo afetados diretamente pela
		Dois brigadistas sobre um caminhão- pipa, observando o sobrevoo de um avião que despeja grande volume de água para conter as chamas. A fumaça e o céu nublado conferem tom	Não definid a.	Sujeitos representados com agência, mas não são identificados como pertencentes a povos originários ou comunidades tradicionais — sujeitos que historicamente ocupam o território e protagonizam ações de cuidado e resistência. Assim, há uma invisibilização simbólica desses	Redução simbólica do sujeito, já que os únicos representados são institucionalizados e genéricos. Também pode- se interpretar um sentido de naturalização da ausência, onde a imagem opera como se não fosse necessário mostrar os grupos diretamente afetados pela destruição, o que contribui para o apagamento da diversidade sociocultural do Pantanal.	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		dramático à cena.		grupos, que são substituídos por agentes genéricos (brigadistas), reforçando um olhar externo e institucional.		destruição, configura uma clara invisibilização, pois sequer são sugeridos como parte do cenário humano.
		Caminhão-pipa com dois brigadistas sobre o veículo, e outro homem andando à frente, enquanto o avião realiza manobra aérea de contenção do fogo. O ambiente é encoberto por fumaça	Não definida.	Como na anterior, sujeitos agentes, mas o foco da cena recai sobre a atuação institucionalizada no combate ao fogo, em detrimento da visibilidade de quem tradicionalmente habita e protege o bioma. A fotografia reproduz uma lógica de apagamento simbólico, substituindo a presença dos		

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		espessa.		povos e comunidades por agentes vistos como externos à sua realidade.		
<u>Incêndio no Pantanal obrigatório a abandonar casa pela primeira vez em 79 anos</u>	07 fotos	Uma fotografia mostra uma casa de palha cercada por vegetação densa, enquanto uma enorme nuvem de fumaça se ergue ao fundo, indicando um incêndio próximo. A imagem não mostra pessoas diretamente	Não.	A imagem prioriza o registro do ambiente em risco, silenciando visualmente a presença humana direta, especialmente a do ribeirão mencionado no texto, favorecendo a invisibilização simbólica. .	Convocação à responsabilidade. A imagem transmite urgência e interpela o espectador ao mostrar a vulnerabilidade do território habitado por comunidades tradicionais diante da destruição ambiental iminente. Mesmo sem pessoas visíveis, o lar ameaçado torna-se símbolo da vida em risco e do impacto humano dos incêndios.	São sete fotografias, das quais seis mostram pessoas — quatro com o ribeirão Benedito Alves da Silva e duas com agentes públicos. Embora Benedito seja o personagem central da narrativa textual e visual, sua presença nas imagens é ambígua: ele aparece em deslocamento, cercado pela destruição, mas quase sempre de costas, à distância ou coberto, o que reduz sua individualidade e agência. A ênfase recai sobre a imagem do desastre — fumaça, fogo e devastação — em detrimento da construção de um sujeito pleno.

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	P a n t a n a l o b r i g a r i b e ir i n h o a a b a n d o n	e, mas a legenda informa que bombeiros e brigadistas estavam ali para proteger o local.				Assim, o conjunto de fotografias tende à redução simbólica do sujeito, tornando Benedito um ícone silencioso da tragédia ambiental. Embora haja presença de personagem de comunidade tradicional, ela não se traduz em protagonismo ativo ou convocação à responsabilidade. Isso configura uma representação sem representatividade: há presença, mas não agência. As imagens não lhe atribuem voz nem protagonismo político, mantendo-o como símbolo da perda. A inserção de agentes públicos reforça a lógica de substituição e tutela. Como um todo, o conjunto visualiza o ribeirão apenas como vítima e espectro do desastre, produzindo um efeito de desumanização
		Duas imagens registram a atuação de agentes públicos (militar e brigadista) em resposta aos incêndios. Em uma, um militar aponta para o céu tomado por fumaça	Não definida. Embora a legenda das imagens informe que a ação visa proteger a casa	Silenciamento do sujeito da pesquisa. As imagens deslocam a atenção para os agentes públicos, enquanto os povos e comunidades afetados — foco desta pesquisa — são invisibilizados no enquadramento fotográfico. Isso pode resultar em desumanização	Redução simbólica do sujeito. As imagens reforçam a centralidade do aparato estatal e da emergência ambiental, esvaziando a agência dos sujeitos locais. A ausência do ribeirão, apesar de ser o foco declarado da ação, transforma sua figura em um pano de fundo simbólico, reforçando uma narrativa onde os sujeitos tradicionais são referenciados, mas não representados.	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	a r c a s a p e l a p r i m e ir a v e z e m 7 9 a n o s , (	enquanto navega um rio; na outra, um brigadista observa, do solo, uma casa e nuvens densas de fumaça ao fundo.	do ribeiri nho Bened ito Alves da Silva, o própri o ribeiri nho não está prese nte nas image ns e sua figura não é visual mente repres entad a.	simbólica por substituição. O sujeito desaparece da narrativa visual, substituído por agentes estatais que ocupam o espaço de ação.		simbólica pela estetização da dor.
		O ribeirinho	Sim.	O conjunto de	Redução simbólica do	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	em cores)	Benedito Alves da Silva é retratado em quatro fotografias, em diferentes momentos abandonando sua casa ameaçada pelos incêndios. As imagens mostram o avanço das chamas ao fundo, vegetação densa, a casa, além do próprio Benedito em posições de deslocamento, apreensão	Benedito Alves da Silva é identificado pelo nome e apresentado como morador da região e ribeirinho — pertencente a uma comunidade tradicional. Em uma	imagens constrói uma representação que combina dois eixos: - a vitimização de Benedito, pela ênfase em sua expulsão forçada diante do avanço das chamas, que aparece como inevitável e maior que ele; - sua agência limitada, na medida em que ele aparece em ação, saindo, observando, resistindo — mas sem voz própria, sem espaço de fala e com enquadramento voltado ao drama visual. As imagens que o mostram de costas ou com o rosto parcialmente	sujeito. Apesar da centralidade de Benedito nas imagens, sua figura é construída como símbolo de uma tragédia maior — o Pantanal em chamas — e não como indivíduo com voz, história e pertencimento. Sua condição de ribeirinho e morador tradicional aparece nas legendas, mas a imagem o transforma mais em ícone da perda do que em sujeito ativo da narrativa. Há ainda traços de consumo passivo da dor, especialmente pelo modo como o sofrimento e a retirada forçada são estetizados em imagens impactantes, mas silenciosas.	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		ou contemplação da destruição. Em uma das fotos, há também dois bombeiros atuando à margem do rio.	das fotos, há ainda dois bombeiros, mas sem identificação.	coberto reforçam esse apagamento de subjetividade. A presença dos bombeiros como agentes da ação acentua ainda mais esse contraste. Isso dá lugar a representação sem representatividade.		

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
<u>Fogo no Pantanal destrói maior refúgio do mundo al de araras-azuis</u>	Um	Fotografia da capa mostra um boi deitado em uma ilha à beira de um rio, rodeado por aves diversas, com destaque para araras-azuis em voo. Ao fundo, uma névoa espessa cobre toda a paisagem, sugerindo fumaça de incêndios.	Não.	Silenciamento/ Invisibilização. A imagem não traz nenhum sujeito humano, muito menos representantes de povos originários ou comunidades tradicionais. O foco está nos animais e na paisagem, apagando por completo os sujeitos sociais implicados na vivência, resistência e defesa desses territórios.	Estetização da dor. A composição estética valoriza a beleza visual de um momento trágico. A presença das araras em voo, junto à luz filtrada pela fumaça, cria uma imagem quase poética do desastre ambiental, o que pode suavizar sua gravidade e despolitizar o contexto.	O conjunto de imagens enfatiza na destruição da fauna e flora, sobretudo a ameaça à arara-azul, símbolo ecológico da região. Há diversas cenas de fogo ativo, carcaças carbonizadas de animais e imagens esteticamente marcantes de araras pousadas ou em voo. Ainda que os registros provoquem impacto emocional e articulem uma narrativa da devastação ambiental, não há qualquer presença explícita de sujeitos humanos ligados ao território — tampouco de povos originários ou comunidades tradicionais. Essa ausência total configura um silenciamento que contribui para a invisibilização direta dessas populações, apagando sua existência do cenário afetado. As

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
o P a n t a n a l d e s t r ó i m a i o r r e f ú g i o m u n		pela fumaça.				imagens reiteram uma ideia de natureza intocada, protegida por agentes técnicos (como brigadistas e tratores), mas sem qualquer traço de vida social, histórica ou política que compõe o território. Isso implica uma representação sem sujeitos, em que a desumanização simbólica opera por omissão.
		11 fotografias retratando as consequências dos incêndios na Fazenda São Francisco do Perigara, com foco visual em animais silvestres mortos (veado, macacos-prego), araras-azuis — espécie ameaçada de extinção — e a	Não.	As imagens levam ao silenciamento/ausência já que povos originários e comunidades tradicionais, embora diretamente implicados no território afetado, estão completamente ausentes. Essa exclusão visual reforça a invisibilização direta desses sujeitos e nega sua cidadania visual, sua agência e seu direito à representação. O apagamento da presença humana implica uma	As imagens produzem um efeito de estetização da dor. A fauna morta e da paisagem queimada gera impacto emocional, mas tende a transformar o sofrimento em espetáculo contemplativo. O foco na beleza trágica da destruição suaviza sua gravidade política e apaga o vínculo com os sujeitos humanos afetados, favorecendo a despolitização da dor e seu consumo como imagem emblemática do desastre.	A recorrência de composições belas e cuidadosamente enquadradas, mesmo diante da morte e do fogo, reforça a estetização da dor. O efeito é o de contemplação passiva da destruição — sem convocação à responsabilidade e sem abertura para o reconhecimento da agência política de quem vive e cuida da terra.

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	diária de araras - azuis,	devastação da vegetação nativa, especialmente o acuri, alimento principal das araras. As fotografias exploram tanto o impacto do fogo na paisagem quanto a tentativa de sobrevivência da fauna local.		desumanização por omissão, ao apresentar o desastre ambiental como desvinculado das histórias e resistências coletivas que dão sentido ao Pantanal.		
		Duas fotografias que mostram bombeiros e brigadistas em ação	Não definido. Apesar do local retratado	Silenciamento / Ausência, conectada ao conceito de invisibilização direta. A presença exclusiva de agentes estatais e	Convocação à responsabilidade, choque moral e naturalização da violência aparecem de maneira entrelaçada. As imagens geram um impacto visual forte, revelando a gravidade do	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		direta contra o fogo, envoltos por fumaça e cenários de queimada. E mais uma fotografia que retrata o uso de trator para construção de aceiro durante a noite, iluminado pelas chamas. As figuras humanas estão protegidas por equipamentos e uniformes, o que reforça o	(Fazenda São Francisco do Perigoso) ser território historicamente compartilhado por comunidade tradicionais, tradições e de importância ecológica para diversas formas de vida,	máquinas no combate ao fogo, sem qualquer referência ou visibilidade às comunidades que vivem, atuam ou protegem esses territórios, reforça um apagamento político e simbólico das populações tradicionais. Trata-se de uma negação da cidadania visual desses sujeitos, cuja agência é suprimida no enquadramento narrativo das imagens.	desastre e suscitando certa urgência. No entanto, ao reiterarem um padrão imagético centrado na atuação técnica (bombeiros e máquinas), há também o risco de naturalização simbólica da violência como uma “tragédia técnica” e não como expressão de conflitos socioambientais mais amplos. A ausência de sujeitos locais contribui para uma despolitização parcial da dor e da resistência, ainda que a intensidade visual possa provocar empatia.	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		contexto de enfrentamento ao incêndio.	não há representação visual de seus moradores, tampouco de sujeitos coletivos ligados a esses territórios.			

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
<u>Repórteres se deparam com Pantal de morte e impotência</u>	Uma fotografia mostra, em meio à vegetação densa e queimada, um grupo de brigadistas com capacetes e mochilas de contenção de fogo atuando contra as chamas, parcialmente encobertos por galhos e fumaça. À direita da imagem, parcialmente visível e envolto pela névoa do	Não.	Silenciamento/ ausência — A fotografia se inscreve no regime de invisibilização direta, já que não há sujeitos coletivos implicados diretamente no território retratado, negando agência e presença política a povos e comunidades tradicionais. A relação ética da imagem se restringe ao binômio ação técnica—registro jornalístico, sem abertura para outras histórias.	Naturalização que implica o consumo passivo da dor, já que a fotografia apresenta o combate ao fogo como ação técnica e o fotógrafo como figura de testemunho, mas o foco na cena intensa, densa e encoberta de fumaça acaba tornando o evento um espetáculo do colapso ambiental. Em termos de recepção, a imagem não convoca à responsabilidade nem provoca choque moral, funcionando como documento do horror, mas sem interpelação política.	A matéria traz apenas uma fotografia que retrata o fotógrafo em ação, registrando brigadistas no combate ao fogo em meio à vegetação densa e tomada por fumaça. A imagem oferece um duplo testemunho: do desastre e de sua cobertura jornalística. No entanto, essa camada metalinguística — o fotógrafo dentro da imagem — não amplia a representação dos sujeitos atingidos, mas reforça a centralidade do olhar técnico e externo. A ausência de povos originários e comunidades tradicionais, mesmo diante de um cenário de destruição onde sua presença seria historicamente esperada, configura um caso de invisibilização, tanto pelo silenciamento visual quanto pela não menção contextual. O único	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		incêndio, está um fotógrafo (identificado na legenda como Lalo de Almeida), com câmera em mãos, em ação de registro.				humano visível em sua totalidade é o próprio fotógrafo, o que transfere a atenção à prática jornalística em si, e não aos sujeitos impactados. A imagem não oferece agência nem protagonismo a quem vive o território; antes, reafirma o controle do olhar por quem o visita. Assim, a fotografia não rompe com a lógica da desumanização simbólica, pois não reconhece os sujeitos afetados como dignos de representação — apenas como pano de fundo de uma cena de ação e registro. O foco recai sobre o ato de documentar, mas não sobre quem deveria ser documentado.
<u>Em</u> <u>ensaio</u> <u>de</u> <u>repór</u>	0 1 f o	A imagem mostra o corpo calcinado	Não.	O silenciamento de povos e comunidades nesta série é	A repetição de imagens trágicas pode produzir naturalização da violência. A sequência de destruição	O conjunto de 21 fotografias apresenta uma narrativa visual centrada na destruição ambiental

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
<u>er</u> <u>fotogr</u> <u>áfico,</u> <u>o fogo</u> <u>transf</u> <u>orma</u> <u>a</u> <u>Trans</u> <u>panta</u> <u>neira</u>	t o g r a fi a a d e c a p a . 2 0 f o t o g r a fi a s ' E n s a	de um jacaré, parcialmente coberto de cinzas, em solo seco e escurecido pelas queimadas. O animal aparece de perfil, com a mandíbula aberta, revelando seus dentes e um aspecto fossilizado que remete à morte e ao impacto da destruição ambiental. As imagens retratam a		completo e sistemático. A ausência reiterada de sujeitos é uma forma de violência visual, que revoga o direito de aparecer como cidadão político. Aqui, a invisibilização atua de modo estrutural: mesmo que o cenário represente territórios historicamente ocupados e protegidos por populações tradicionais, elas não existem na narrativa visual. A representação é negada; e sem representação, não há representatividade. O fogo aparece como fenômeno natural e isolado,	se torna quase contemplativa: a fumaça cobre o horizonte, os animais feridos aparecem como ícones silenciosos. A beleza trágica dessas cenas leva à estetização da dor, e o espectador, exposto a tantas imagens similares, pode ser levado ao consumo passivo da dor. O conjunto não convida à ação, tampouco nomeia vítimas humanas. A ausência de qualquer rosto ou voz humana impede a convocação à responsabilidade. O resultado é uma cobertura visual que reforça uma narrativa da catástrofe sem sujeitos — paisagem sem política, destruição sem culpados, sofrimento sem pessoas.	causada pelas queimadas na Transpantaneira, com destaque para animais mortos, paisagens devastadas e fumaça densa. Não há presença de sujeitos humanos, nem de povos originários ou comunidades tradicionais. Essa ausência total opera uma invisibilização direta desses grupos, apagando seus modos de vida, seus saberes e seu sofrimento no contexto da tragédia. A recorrência de imagens tecnicamente elaboradas, com forte apelo estético, reforça a estetização da dor. Como alerta Susan Sontag, esse tipo de representação pode produzir uma contemplação passiva do sofrimento, esvaziando seu potencial de convocação à responsabilidade. Pela lente de Azoulay, a ausência de sujeitos

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	iofoto	devastação causada pelo fogo ao longo da rodovia Transpantaneira. Há paisagens cobertas de fumaça, animais mortos (jacaré, jabuti, cobra), animais vivos em fuga ou refúgio (cervo, anta, tuiuiú, jacarés), incêndios em progresso, pontes queimadas, árvores carbonizadas, e ações de		despolitizado. A desumanização ocorre pela omissão: sem agentes, não há história — só ruína. das populações humanas, especialmente das comunidades tradicionais e originárias.		humanos implica a negação de agência e de cidadania visual, negando qualquer possibilidade de representatividade. Trata-se, assim, de um caso claro de desumanização simbólica por omissão.

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	tr a p a i s a g e m d e c h a m a s , f u m a ç a e c i n z	mitigação como cestos com comida e bebedouro s deixados por ONGs. Em nenhuma das 20 fotos há presença humana.				

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	a s, (e m c a rr o s s e l)					
Fogo no Pantanal ameaça área de conservação de onças-pintadas	Uma fotografia do rio ou corixo no Pantanal. Ao fundo, há vegetação e leve neblina.	Dois bombeiros sobre uma canoa em águas rasas de um rio ou corixo no Pantanal. Ao fundo, há vegetação e leve neblina.	Não definida	Ainda que haja presença humana, ela é exclusivamente institucional, representada por bombeiros em ação técnica. Isso indica uma representação restrita e seletiva, que reforça o protagonismo estatal enquanto	A imagem produz uma sensação de calma, organização e presença do Estado. A composição estética — com luz suave, reflexo na água e ausência de tensão explícita — estetiza o contexto da destruição. Isso suaviza o impacto da tragédia e não convoca o espectador à responsabilidade. A dor e o colapso ambiental ficam	A imagem mostra bombeiros em canoa sobre o rio, em atividade de abastecimento. Apesar da presença humana, há ausência completa de povos originários ou comunidades tradicionais, o que contribui para sua invisibilização. A ação estatal é destacada sem contexto territorial, sugerindo que o combate ao fogo é tarefa exclusiva

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
as em MT		Nenhum sinal visível de chamas ou destruição aparece na imagem. Nos informam que eles abastecem seus equipamentos de combate aos incêndios.		silencia os habitantes históricos do território. A cena reforça um regime de visualidade que priva povos originários e comunidades tradicionais de seu direito de aparecer como sujeitos da história e da resistência ambiental	fora do quadro. A fotografia promove um olhar passivo e contemplativo sobre uma ação oficial isolada, sem sujeitos coletivos, sem sofrimento visível, sem conflito aparente.	do Estado. A composição serena e organizada promove uma estetização da ação técnica, suavizando a gravidade da crise. O olhar do espectador é guiado para o esforço institucional, não para as perdas sociais ou ecológicas. A fotografia reforça uma visão despolitizada e desumanizadora do território pantaneiro.

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
<u>Incêndio no Pantanal ameaça experiência bem-sucedida de conservação de onças via turismo</u>	010515	Três imagens mostram uma onça-pintada em área queimada e um jacaré carbonizado. As fotos foram tiradas em áreas do Parque Estadual Encontro das Águas e da Transpantaneira.	Não.	As fotografias constroem um regime de visibilidade que dissocia a destruição ambiental de suas dimensões sociais e políticas. A ausência de qualquer sujeito humano silencia as comunidades que habitam, cuidam e resistem nesse território. A presença de animais emblemáticos — a onça viva e o jacaré morto — reforça uma representação centrada na fauna, como se o Pantanal fosse um espaço natural e intocado, ameaçado apenas por um desastre sem rosto. Isso	As imagens produzem um efeito de contemplação, há uma estetização da dor: a composição visual valoriza o contraste entre os corpos (vivo e morto) e a destruição do entorno. A onça aparece isolada, majestosamente emoldurada por galhos carbonizados, enquanto o jacaré morto repousa em um cenário desolador e simétrico. Esse recurso visual provoca impacto emocional e senso de urgência, mas não convoca à responsabilidade. A dor é magnificada e embelezada, mas o sofrimento permanece descontextualizado, sem vínculo com as relações de poder ou com os agentes da destruição.	As imagens alternam entre o registro da onça-pintada e a atuação de bombeiros e voluntários, mas mantêm ausentes os povos originários e comunidades tradicionais. A representação reforça a cisão entre natureza ameaçada e ação técnica de contenção, silenciando as formas de vida ligadas ao território. A onça aparece como símbolo isolado da fauna, sem contexto social, enquanto os humanos representados atuam como salvadores. Essa separação produz invisibilização e desumanização: ao não figurar, os povos do Pantanal perdem o direito de aparecer como sujeitos políticos. A composição estética — entre a beleza da destruição e o heroísmo técnico — cria uma narrativa sensível, mas que evita interpelar o

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	o a d a c a p a)			contribui para uma representação desumanizadora, pois exclui da narrativa os sujeitos coletivos que convivem com essas espécies e sofrem os mesmos impactos. A onça ganha centralidade como ícone de conservação, mas sem relação com o território como espaço habitado.		espectador à responsabilidade. Como apontam Azoulay e Sontag, a dor aqui é estetizada e despolitizada.
		Cinco fotografias de diferentes momentos da atuação de brigadistas, bombeiros e	Não definida	As imagens constroem uma narrativa de presença técnica e solidária, focada na resposta ao desastre. Essa representação pode ser lida como parte de um	As imagens operam na chave do impacto e da urgência, com forte apelo visual. Esse tipo de fotografia pode funcionar como um convite moral à ação, ao mostrar que alguém está fazendo algo em meio ao caos. No entanto, a repetição de	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		voluntários em áreas atingidas pelos incêndios. As cenas mostram pessoas combatendo os incêndios de frente, caminhando ou monitorando as estruturas em meio à fumaça espessa. A presença humana é constante, ainda que frequentemente capturada em silhuetas ou à distância, e o ambiente		regime visual de emergência, no qual os sujeitos aparecem apenas em contextos de atuação funcional — ou seja, como agentes operacionais da contenção. Ainda que haja agência, ela está restrita à lógica da catástrofe, sem abertura para o reconhecimento de vínculos territoriais ou históricos. Isso limita a possibilidade de representatividade, pois as pessoas não aparecem como habitantes, afetados ou sujeitos políticos. Nesse sentido, há invisibilização indireta das comunidades	imagens tecnicamente belas e encenadas (como as silhuetas contra o fogo) pode deslizar para uma estetização da resistência, transformando a luta contra o fogo em espetáculo visual. Isso corre o risco de despolitizar o contexto, reduzindo a tragédia a um palco onde apenas os “salvadores” aparecem — sem as histórias, vínculos e vidas que ardem fora da lente.	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		ao redor é devastado, tomado por fumaça, fuligem ou escuridão.		locais, que permanecem fora de quadro.		

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
<u>Queimadas no Pantanal: muitas do Ibama despenham apesar de record e de incêndios</u>	Disputa	Fotografia em plano próximo de uma brigadista, com o rosto parcialmente coberto por balaclava e óculos de proteção. Ao fundo, chamuscas embaçadas, sugerindo um foco ativo de incêndio florestal. A composição destaca a figura humana, centrada e em nítido contraste com o fogo ao fundo.	Não definida.	A imagem apresenta uma representação individualizada e técnica, centrada na figura da brigadista como agente de contenção do fogo. Esse tipo de enquadramento se insere em um regime de visualidade que privilegia o olhar institucional, deslocando o foco das populações atingidas para os agentes da contenção. Ainda que haja agência na pose da mulher (que encara a câmera), a representação opera fora de um contrato civil da fotografia com o território, pois não reconhece nem	A força do retrato reside em sua estética de enfrentamento no qual a figura humana surge como símbolo de resistência diante do fogo. No entanto as imagens centradas em heróis técnicos podem funcionar como dispositivos de conforto moral, desviando o olhar da responsabilidade coletiva e das causas estruturais da tragédia. O sofrimento do território e de seus habitantes é substituído pela imagem de controle. O espectador é convidado a admirar a bravura, não a questionar o sistema. A dor — intensa e latente — é reorganizada numa narrativa de ação heroica, que reduz a complexidade da destruição ambiental e apaga seus vínculos com relações sociais e políticas mais amplas.	As duas fotografias publicadas na matéria produzem sentidos distintos, mas complementares, sobre os incêndios no Pantanal. Na articulação entre as duas imagens, o que se constrói é uma narrativa visual que combina o enfrentamento técnico com a monumentalidade da destruição. Contudo, a vida social, histórica e política do Pantanal é inteiramente apagada. As imagens reforçam a estetização da dor e a lógica da desumanização simbólica: o fogo é retratado como inimigo difuso, e as vítimas humanas — em especial as coletividades afetadas — são excluídas do quadro. A violência ambiental, por fim, não é nomeada como tal. O que se vê é um território em chamas, mas não se enxerga quem queima,

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
				convoca a presença dos sujeitos coletivos que vivem na região. Isso contribui para a invisibilização simbólica de povos tradicionais e comunidades locais, que desaparecem do imaginário construído pela imagem.		quem sofre, quem resiste.
		Imagem aérea da Transpantaneira tomada por fumaça espessa. A estrada, de cor ocre, corta o quadro ao meio em linha reta, quase	Não.	A imagem se insere em um regime de visualidade que promove ausência total de sujeitos sociais, em especial aqueles vinculados ao território. Esse tipo de representação reforça uma visualidade	A imagem produz um sentido de vastidão silenciosa e desesperançada. Pode provocar choque moral momentâneo, mas também anestesia coletiva, especialmente quando dissociadas de sujeitos e responsabilidades. O espectador é colocado diante de uma cena monumental, mas sem	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		desaparecendo na fumaça ao fundo. A paisagem ao redor é escurecida, com indícios de vegetação queimada, mas sem detalhes visíveis de fauna, flora ou pessoas.		colonial, em que o espaço devastado é mostrado como cenário isolado da vida política e cultural que o habita. A estrada cortando a paisagem queimada sugere domínio técnico sobre o espaço, mas invisibiliza as formas de vida que sofrem e resistem nesse lugar. A representação da destruição como fenômeno puramente físico opera a desumanização simbólica do Pantanal: há terra, fogo e fumaça — mas não há gente.	ponto de identificação humana. A paisagem vira espetáculo da perda, sem interpelar diretamente a consciência ou a ação política. A linha reta da estrada, mergulhada em fumaça, conduz a um futuro incerto — mas sem convocação à mudança.	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
<u>Queimadas</u> <u>atrapalhadas</u> <u>planos de retomada do turismo no Pantanal</u>	Duas fotos contrastantes. A primeira mostra uma estrada de terra avermelhada em meio a um cenário seco, onde se destaca um ipê rosa florido — símbolo de resistência ou beleza em meio à aridez. A segunda é uma montagem com fotos de antes e depois de um	Não.	Trata-se de uma representação paisagística, marcada pela ausência de sujeitos humanos, o que reforça o silenciamento das dimensões sociais e históricas do território. A fotografia aqui opera em um regime de visualidade que exclui ativamente as populações locais, ao construir a narrativa da tragédia e da regeneração apenas pela ótica da natureza. A beleza do ipê e a ênfase na capacidade regenerativa da vegetação sugerem uma estetização	A composição visual apela à emoção pela estetização da beleza (o ipê rosa) e pela esperança (a vegetação que se regenera), suavizando a percepção da tragédia. O conjunto produz um sentido de recuperação natural e inevitável, que pode confortar o espectador e neutralizar o sentimento de urgência. A dor e a destruição são suturadas por uma estética da resiliência silenciosa — sem responsabilização, sem apelo à ação.	O conjunto reforça uma narrativa ambiental centrada na paisagem e na força da natureza, ao mesmo tempo em que apaga os sujeitos humanos — especialmente os povos originários e comunidades tradicionais — que são historicamente parte do Pantanal. A ausência de representatividade humana resulta em um tipo de invisibilização simbólica: não há vítimas, agentes nem resistência visível. A regeneração da vegetação é apresentada como solução espontânea, descolada das disputas políticas, da omissão estatal e das práticas de cuidado do território. Isso produz uma representação desumanizada, onde o ciclo da destruição e do renascimento parece acontecer por conta própria, sem historicidade	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		incêndio: na parte superior, uma paisagem devastada e queimada; na inferior, o mesmo local com vegetação verdejante e céu nublado, indicando regeneração.		esperançosa, mas que despolitiza a cena, esvaziando os conflitos e omissões humanas.		ou conflito, afastando o espectador da responsabilidade coletiva.

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
<u>Abandonado pelos poderes públicos, primeiros habitantes do Pantanal perdeu 83% do território para o fogo</u>	15 fotografias	11 apresentam cenas diversas do cotidiano da destruição na Terra Indígena Baía dos Guató durante e após os incêndios. Há registros de mulheres e crianças, de casas e hortas queimadas, de uma plantação devastada, de pessoas coletando água de córregos secos ou margens	Sim. Presença explícita, central e reitera da do povo Guató — com nome, rostos, gestos e Território identificado.	Representação e agência: O conjunto representa uma inversão parcial do regime de invisibilização dominante. Em vez da exclusão dos sujeitos, há uma presença forte e visualmente articulada das pessoas afetadas — especialmente mulheres, crianças e anciãos. Trata-se de um momento em que o "direito de aparecer" é reconhecido e exercido, rompendo o contrato colonial do olhar fotográfico. Ainda assim, a forma como os sujeitos são retratados	As imagens operam numa chave de convocação afetiva: olhares diretos, corpos expostos, gestos cotidianos interrompidos pela catástrofe. Esse tipo de registro pode gerar empatia e engajamento — um apelo à responsabilidade do espectador. A presença de crianças brincando nos galhos queimados ou de uma mulher amamentando em meio à destruição reforça a ideia de continuidade da vida apesar da violência. Contudo, o excesso de cenas de devastação pode oscilar entre denúncia e anestesia, dependendo da leitura contextual feita pelo público.	Nas fotografias, a presença de sujeitos pertencentes a povos originários é explícita e central, retratando com proximidade lideranças, mulheres, crianças e modos de vida afetados diretamente pelos incêndios. A agência política, a territorialidade e a dor coletiva são representadas com nitidez, permitindo uma representação com potencial de representatividade, algo raro na cobertura. As fotos que têm foco em paisagens e estruturas queimadas ampliam a denúncia ao evidenciar o abandono estatal, como na imagem da obra parada. O conjunto evita a estetização da dor e, ao contrário, gera um efeito de convocação à responsabilidade, ao

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	S e l) ' T e rr a l n d í g e n a B a í a d o s G u a t ó t ó t e v	de rio, e de um incêndio visto por um morador em um barco. A sequência inclui gestos de cuidado (amamentar, carregar baldes, vigiar a terra) e de denúncia silenciosa (como o olhar da liderança Sandra Guató diante da floresta queimada). Os rostos e corpos estão presentes		(muitas vezes em situação de dor, escassez ou impotência) pode tender a uma representação de vitimização, mesmo que sem apagar a agência dos personagens.		mostrar rostos e vidas com nome, história e pertencimento. Contudo, apesar dessa conquista visual e política rara na cobertura, o predomínio de cenas de perda, destruição e sofrimento — ainda que reais — pode escorregar para uma vitimização excessiva, obscurecendo parcialmente a complexidade e a resistência ativa desses povos. Ou seja, a repetição do sofrimento pode desmobilizar, e não necessariamente interpelar. Ainda assim, as imagens rompem com a lógica mais comum de invisibilização e reafirmam a possibilidade de uma cidadania fotográfica, ao inscrever esses sujeitos no centro da narrativa, como protagonistas históricos de um território

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	83% de sua área rural e acionsumida pela floresta	em primeiro plano em várias imagens, assim como os sinais da precariedade e do abandono.				em disputa.
		Quatro imagens, dentre elas uma mostra uma sucuri escondida no barranco do rio Cuiabá, parcialmente submersa, protegendo-se dos incêndios. Outra	Não, mas retrata as consequências dos incêndios sobre os modos de vida tradicionais e o ambiente	Representação indireta com ênfase na ausência e na devastação ambiental: As imagens não mostram os sujeitos diretamente, mas expõem os rastros de sua exclusão e da destruição de seus meios de subsistência. A obra que nunca se tornou reservatório de	Convocação à responsabilidade e denúncia visual: imagens como essas produzem impacto ao mostrar os efeitos visíveis da destruição. Elas não apenas chocam, mas também interpelam o olhar do público para as consequências do abandono político e da crise ambiental sobre o território e os seres que o habitam. O contraste entre a promessa pública (a placa da obra) e sua ruína carbonizada reforça o	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		apresenta uma área queimada, com vegetação carbonizada e roças destruídas, incluindo restos de plantações de banana. A terceira retrata duas placas do governo federal chamuscadas pelo fogo; uma delas anunciava a construção de um sistema de abastecimento de água para a aldeia	onde vivem povos originários — no caso, a Terra Indígena Baía dos Guató	água, a terra queimada, a vegetação arrasada e o animal que se esconde são signos da negligência e da violência estrutural que atinge tanto a fauna quanto as comunidades humanas.	sentido de denúncia.	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		Aterrado, obra que nunca foi concluída. A última imagem mostra o fogo ativo às margens do rio Cuiabá, com chamas altas e densa fumaça.				

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
<u>Vídeo é tirado de contexto para afirmar que brigadistas incendiaram o Pantanal</u>	Uma fotografia	A fotografia mostra uma extensa área de vegetação consumida pelo fogo, com grandes colunas de fumaça erguendo-se ao fundo. Não há presença humana, estruturas construídas ou sinalizações visuais específicas na imagem. O elemento central é a força visual das chamas e da fumaça	Não.	A ausência de sujeitos humanos, especialmente dos povos originários que habitam o território retratado, evidencia um processo de silenciamento visual. A fotografia retrata a destruição de um Território originário sem mostrar seus habitantes, o que implica invisibilização direta. Não há reconhecimento da agência, nem inscrição de sujeitos no espaço — apenas o território vazio sob ataque. Essa ausência nega a possibilidade de representação política ou	A imagem contribui para a naturalização da violência, ao estetizar a destruição como um evento despersonalizado. O fogo se torna uma força abstrata, e o território afetado aparece como uma paisagem sem história ou pertencimento. A dor é anônima, e o espectador não é interpelado, apenas levado a observar a tragédia como algo distante.	Aa única imagem mostra uma paisagem da Terra Indígena Baía dos Guató consumida pelas chamas, e embora o território retratado seja explicitamente identificado como originário na legenda, a ausência de seus habitantes na fotografia produz um efeito de apagamento visual: o território arde, mas seus guardiões permanecem invisíveis. Esse silenciamento imagético reforça um padrão de invisibilização dos povos originários, ao retratar suas terras sem reconhecer sua presença física, histórica ou política. A ausência de pessoas na imagem, mesmo diante de um tema que envolve diretamente a segurança e a dignidade de comunidades, opera uma desumanização simbólica, ao esvaziar a cena de rostos, nomes e vínculos

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		que tomam a paisagem.		relacional, e reforça uma lógica de desumanização simbólica por omissão.		afetivos. Assim, reforça-se a estetização da tragédia sem convocação à responsabilidade, e nega-se a agência visual dos sujeitos,

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
<u>Fogo no Brasil, silêncio em Paris</u>	S e i s n o c a r r o s s e l ' U m a n o d e p o i s d o ' d	Uma fotografia mostra um bombeiro em ação no combate a um incêndio no Pantanal. O ambiente é caracterizado por uma vegetação seca, parcialmente consumida pelo fogo, com fumaça subindo ao fundo. Não há elementos visuais adicionais que indiquem a presença de outros	Não definida.	A imagem é uma representação técnica e institucional da crise. O bombeiro é representado em ação direta, simbolizando a intervenção institucional frente à catástrofe. Há uma ausência total dos povos originários e comunidades tradicionais, remetendo à invisibilização dessas populações no contexto de enfrentamento dos incêndios.	O sentido produzido pela imagem é de convocação à responsabilidade coletiva e denúncia implícita da destruição ecológica. A fotografia foca exclusivamente na resposta institucional, enfatizando a dimensão da catástrofe, mas sem revelar a dimensão humana, social e cultural das populações afetadas. Assim, embora promova empatia com a urgência da situação, limita-se a uma visão fragmentada que pode reforçar o apagamento de outros sujeitos diretamente impactados pela tragédia, como as comunidades tradicionais e originárias do Pantanal.	O conjunto de fotografias evidencia uma tendência clara à invisibilização das comunidades tradicionais e povos originários diretamente afetados pelos incêndios e desmatamentos no Pantanal e da Amazônia. As imagens focam principalmente na atuação institucional ou nos danos ecológicos sem dar visibilidade ou agência às populações locais, resultando numa representação parcial e desumanizadora. Embora essas imagens cumpram o papel de denúncia visual da crise ecológica, ao não retratarem os sujeitos diretamente impactados, reforçam uma narrativa que contribui para o apagamento simbólico dessas comunidades. Assim, fica comprometida a representação e

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	1	indivíduos ou comunidades locais na cena retratada.				representatividade desses grupos nas narrativas jornalísticas, intensificando sua desumanização e marginalização no debate público sobre crises socioambientais no Brasil
		Cinco fotografias aéreas feitas na região de Novo Progresso, Pará, local conhecido por ter ocorrido o "Dia do Fogo" em 2019. As imagens mostram claramente o avanço do desmatamento, com grandes áreas de	Não.	Ausência e invisibilização das populações originárias e tradicionais. As imagens enfatizam fortemente o impacto ecológico e econômico (exploração madeireira e criação extensiva de gado) como consequência direta do desmatamento e queimadas, sem demonstrar qualquer relação com os povos e comunidades locais que	Denúncia e convocação à responsabilidade ética e ecológica. Ao expor as consequências diretas da exploração predatória da floresta, as imagens documentam um desastre ambiental em curso. No entanto, ao focar exclusivamente nas paisagens transformadas pela atividade econômica predatória, acabam produzindo uma forma de anestesiamento visual: revelam claramente a destruição ecológica, mas deixam de explicitar as relações sociais, culturais e humanas das populações afetadas, contribuindo para o apagamento dessas	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		floresta degradada ou completamente desmatada. São visíveis troncos derrubados, pilhas de madeira cortada, áreas abertas ocupadas por boiadas e infraestruturas de apoio, além de grandes espaços de terra sem vegetação. A visão aérea amplia a percepção da extensão		poderiam ter seus modos de vida diretamente ameaçados. Tal ausência configura uma invisibilização crítica e significativa dentro da narrativa visual dessas imagens.	dimensões fundamentais da crise socioambiental.	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		do impacto ambiental.				

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
<u>Governo mandava Força Nacional para conter incêndios em Mato Grosso</u>	N o v e f o t o g r a fi a s n o c a rr o s e l ' B r a s il e	Quatro fotografias mostrando incêndios no Cerrado e na Amazônia durante uma expedição da Rainforest Foundation para monitorar a produção de soja e sua relação com o desmatamento. Destacam o fogo intenso consumindo as árvores e vegetação, com cenários noturnos e diurnos,	Não.	Há uma ausência total de representação das comunidades locais afetadas diretamente pelos incêndios e pelo avanço do agronegócio. Esse silenciamento reforça uma narrativa visual centrada exclusivamente na destruição ecológica, excluindo as dimensões humanas e sociais que poderiam conferir representatividade e agência às populações tradicionais que habitam essas regiões.	As imagens provocam um choque moral e funcionam como denúncia visual da devastação ecológica. Contudo, ao retratar somente o fogo e suas consequências sobre a vegetação, essas imagens podem contribuir para uma estetização da tragédia, produzindo uma forma de empatia distanciada que não compromete diretamente o espectador com as realidades sociais das populações invisibilizadas. A exclusão dessas populações da narrativa visual amplia sua marginalização simbólica no contexto da crise socioambiental.	As imagens reforçam uma narrativa visual de crise ambiental que transita entre a denúncia da destruição e a invisibilização parcial das comunidades locais. Se expõe moradores rurais tentando combater o fogo diretamente, evidenciando sua agência limitada, mas também sua condição de vulnerabilidade e abandono institucional (representação e desumanização). Assim, as imagens evidenciam como a representação visual pode simultaneamente sensibilizar e distanciar. Apesar da empatia despertada pela exposição do sofrimento e da vulnerabilidade humana, os moradores são mostrados isoladamente e de forma precarizada, sem contexto comunitário ou cultural

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	10	nuvens densas de fumaça e grandes áreas sendo atingidas. Uma das imagens mostra uma visão aérea com grandes colunas de fumaça, revelando a extensão geográfica dos incêndios.				mais amplo, contribuindo para sua desumanização simbólica. Isso enfraquece a representatividade efetiva dessas populações no debate sobre a crise ambiental brasileira.
		Cinco fotografias que retratam moradores rurais no município de Claudia, Mato	Não definida.	As imagens apresentam um tipo de representação que oscila entre a agência limitada e vitimização. Por um lado, há reconhecimento	As fotografias produzem um sentido de convocação moral e empatia pelo sofrimento humano e animal diante da devastação. Entretanto, ao mostrar esses moradores rurais em situação de evidente	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		Grosso, tentando combater diretamente e incêndios em uma reserva ambiental. As imagens mostram pessoas em meio à fumaça e ao fogo, usando equipamentos improvisados e equipamentos básicos de combate ao fogo, como borrifadores manuais e abafadores. Uma imagem também		visual da tentativa direta e ativa dos moradores em responder à emergência ambiental, conferindo-lhes certa agência. Por outro lado, essas representações destacam sua vulnerabilidade e precariedade frente ao desastre, enfatizando as condições difíceis e desiguais nas quais combatem o fogo, reforçando sua condição de vítimas diante da ausência do poder público.	vulnerabilidade e improvisação, as imagens também expõem uma realidade de precarização e abandono institucional, gerando um sentido de denúncia não apenas ambiental, mas social e política. Ao mesmo tempo, ao individualizar o esforço contra o fogo, essas imagens podem limitar a compreensão da dimensão coletiva, cultural e sistêmica dos impactos socioambientais da crise.	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		apresenta animais domésticos (burros) visivelmente e ameaçados pela proximidade e das chamas e fumaça.				

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
<u>Fazenda perde 6.000 hectares no Pantanal, mas defesa de queimadas</u>	Seit	Três imagens da Fazenda São Francisco, no município de Santo Antônio do Leverger (MT). Uma das imagens mostra, do alto, as cinzas de uma árvore totalmente queimada sobre o solo devastado pelo fogo, formando um contraste marcante. Outra fotografia mostra o detalhe	Não.	As fotografias enfatizam uma representação centrada na destruição ecológica e na dimensão econômica da pecuária afetada. O silenciamento dos povos originários e comunidades tradicionais é evidente e reforça a invisibilização desses grupos sociais, contribuindo para sua exclusão da narrativa sobre as consequências humanas dos incêndios. A vida animal é representada explicitamente, evocando sofrimento e vulnerabilidade, mas sem conexão	Uma sensação de choque moral e perturbação pela destruição ambiental e pela morte animal, chamando atenção para o custo violento dos incêndios, é criada. Ao mesmo tempo, ao não representar as comunidades tradicionais diretamente afetadas, as imagens correm o risco de limitar a compreensão do público sobre a complexidade social e cultural da crise ambiental, contribuindo assim para a desumanização dessas populações através da exclusão simbólica.	As fotografias revelam uma narrativa visual centrada majoritariamente na dimensão econômica e produtiva dos incêndios no Pantanal, com forte ênfase na perda material e animal sofrida pelos proprietários rurais. Apesar de destacar a vulnerabilidade econômica e emocional dessas figuras, a ausência visual explícita das comunidades tradicionais e povos originários reforça sua invisibilização na cobertura midiática da crise ambiental. As imagens podem gerar empatia pelo sofrimento animal e perdas materiais, mas ao excluírem completamente as populações locais tradicionais e indígenas da narrativa, contribuem diretamente para uma desumanização simbólica desses grupos. Assim,

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	(i n c l u i n d o a d e c a p a e d a r e p o rt a g e m)	diretamente e personagens humanos envolvidos ou afetados pelos incêndios. Uma fotografia mostra o pecuarista Pedro Oliveira Rodrigues parado, observando desolado o pasto queimado; outra apresenta o fazendeiro João Alberto Martins tentando apagar um incêndio		parcial, focada principalmente em personagens ligados à atividade econômica da pecuária. Estes são retratados em situações que expressam vulnerabilidade econômica e pessoal diante do fogo. A ausência das comunidades tradicionais ou indígenas configura novamente uma significativa invisibilização, reforçando uma perspectiva unilateral das perdas econômicas e materiais, sem explorar o impacto social e cultural mais amplo.	evidenciar claramente o impacto econômico, humano e animal dos incêndios. Contudo, a centralidade dada a figuras como fazendeiros e funcionários mantém o debate visual restrito à dimensão da propriedade e da atividade econômica, sem reconhecer as consequências sociais profundas para comunidades tradicionais ou indígenas, fortalecendo sua desumanização e exclusão simbólica das narrativas midiáticas sobre a crise socioambiental.	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		com meios improvisados. Uma terceira imagem mostra um vaqueiro cavalgando em meio a uma área devastada pelo fogo, e, por último, um funcionário cuidando de bezerros feridos, com animais mortos no primeiro plano, reforçando a tragédia animal decorrente das queimadas.				

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
<u>Banhistas e pescadores esportivos convivem com fogo no Pantanal</u>	1 1 f o t o g r a fi a s o c a rr o s e l ' T u ri s m o t e	Dez imagens retratam diferentes cenas de contraste entre o turismo de lazer e os incêndios no Pantanal. A primeira mostra um funcionário rural cuidando de bezerros feridos, em uma área da fazenda devastada pelo fogo; no chão, aparecem carcaças de animais mortos. A partir da segunda	Não definida.	As fotografias expõem diferentes formas de olhar distanciado e fragmentado, refletindo o que Ariella Azoulay denomina como olhar colonizador, no qual a imagem não promove agência aos sujeitos afetados nem estabelece vínculos de responsabilidade direta. Há também traços do que pode ser chamado de estética da testemunha accidental, sobretudo no caso dos turistas, que aparecem ora alheios, ora levemente mobilizados, mas sem relação orgânica com o	Há um forte choque moral: o contraste entre o lazer e a tragédia convida o espectador à perplexidade e à indignação. A presença de turistas em trajes de banho, diante de um incêndio florestal de grandes proporções, cria uma narrativa de banalização da catástrofe. Ao mesmo tempo, os esforços amadores de combate ao fogo por parte de banhistas (com folhas e garrafas PET) introduzem um elemento de insuficiência ética e prática frente à gravidade da situação.	A combinação dos dois conjuntos de imagens constrói uma narrativa visual marcada por contrastes. De um lado, a dor dos animais e o esforço silencioso de um trabalhador rural; de outro, a presença deslocada de turistas em lazer diante da destruição. As imagens do funcionário com bezerros feridos trazem uma representação humanizada, mas ainda centrada no gado — com pouca representatividade dos sujeitos humanos afetados. Já os turistas, protagonistas de várias fotos, expressam uma relação de distanciamento, mesmo quando tentam conter o fogo. Essa centralidade dos corpos urbanos e a ausência de povos originários ou comunidades tradicionais

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	n t a m s o b r e v i v e r à q u e i m a d a s n o P a n t	imagem, a sequência foca em turistas se banhando em uma cachoeira, enquanto o fogo e a fumaça avançam sobre a vegetação próxima. Alguns turistas observam o incêndio à distância; outros tentam conter as chamas utilizando galhos ou garrafas de água. Em fotografias posteriores, grupos de banhistas e		território em chamas. Na imagem do trabalhador rural cuidando dos bezerros, há uma presença compassiva e ativa, mas ela se dilui diante da predominância do foco no turismo. A ausência de povos originários e comunidades tradicionais configura uma invisibilização direta, ao negar espaço a sujeitos que possuem vínculos profundos com o território e são afetados estrutural e historicamente pela devastação. A centralidade de sujeitos		resultam em invisibilização e desumanização. A câmera opta por mostrar os visitantes em vez dos habitantes. Há uma estetização do colapso, que transforma o desastre em cenário para selfies e registros curiosos. Assim, a cobertura visual reforça representações assimétricas, com ênfase na paisagem e no espetáculo, e não nos sujeitos históricos do território.

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	análise	pescadores posam para selfies ou caminham por uma ponte de madeira coberta por fumaça. Ao fundo, brigadistas do ICMBio combatem os focos de incêndio com mangueiras. As cenas mesclam a paisagem natural com a presença intensa de fumaça e destruição.		deslocados, combinada à exclusão dos povos tradicionais, contribui para uma forma de representação desumanizadora, pois rompe os laços de pertencimento, apaga histórias locais e silencia modos de vida ameaçados pelas queimadas.		
		A fotografia mostra uma	Não.	A imagem apresenta uma ausência total de	O sentido dominante é a estetização da força destrutiva da natureza em	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		paisagem tomada pelo fogo. O plano principal é ocupado por uma árvore de grande porte, que se mantém ereta apesar de parcialmente chamuscada. Ao redor dela, outras árvores estão visivelmente queimadas, com galhos secos e retorcidos. A fumaça domina o cenário e encobre o fundo,		sujeitos humanos, com foco exclusivo na paisagem carbonizada. A destruição da natureza é estetizada pela composição da imagem, centrada em uma árvore solitária que resiste em meio ao fogo e à fumaça. Essa ausência pode ser lida como uma forma de invisibilização, pois omite os sujeitos diretamente afetados ou mobilizados para combater os incêndios, como brigadistas, comunidades tradicionais ou populações locais.	combustão, com grande carga visual de desolação. A fumaça, que domina a cena, torna o ar irrespirável mesmo na percepção do espectador. A fotografia evoca um sentimento de impotência diante da devastação, mas também pode ser interpretada como uma composição artística do caos, como possível estetização da dor. A ausência de sujeitos humanos ou não humanos torna o desastre uma cena naturalizada, descontextualizando o impacto sobre comunidades e ecossistemas vivos.	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		conferindo uma sensação densa e sufocante. O solo está enegrecido e em alguns pontos ainda emite fumaça, sugerindo que o incêndio ainda está ativo ou recém-controlado. Não há presença humana ou animal na cena.				
Seca severa no Pantanal	U m a f o	A imagem retrata um voluntário em ação direta	Não definida.	A fotografia apresenta uma representação de agência individual, centrada em um	A fotografia provoca um choque moral, ao confrontar o espectador com a brutalidade do fogo e a precariedade da	A única imagem apresenta a cena de um voluntário isolado enfrentando um incêndio de grandes proporções,

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
deve durar cinco anos, afirma secretário nacional de Defesa Civil	to gr a fi a V o l u á r i o c o c m b a t e i n t e n s a v i n d a d o f o g o a o f u n d o , q u e d o m i n a a c o m p o s i ç ã o .	contra o fogo. Ele aparece em primeiro plano, segurando uma mangueira de combate a incêndio, voltado para a frente de chamadas intensas e fumaça densa. A cena ocorre à noite, com iluminação intensa vinda do fogo ao fundo, que domina a composição.		sujeito masculino, voluntário, que atua no enfrentamento ao fogo. Essa imagem atribui protagonismo à figura isolada que age de maneira heroica, sem indicar a coletividade envolvida ou a complexidade dos contextos sociais atingidos pelo desastre. Apesar de mostrar uma ação importante, ela acaba invisibilizando sujeitos coletivos e outras formas de resistência que não passam pela imagem do herói solitário. Assim, reforça uma representação marcada pela ausência de	resposta emergencial. A ação solitária do voluntário, iluminada pelo clarão das chamadas, constrói uma narrativa dramática e de sacrifício. Ao mesmo tempo, essa estetização do momento – com forte contraste de luz e sombra – pode gerar uma recepção ambígua, entre a valorização do esforço individual e a contemplação estética da catástrofe.	afastando outras dimensões mais coletivas, territoriais ou estruturais da crise. A ausência de povos originários, comunidades tradicionais e mesmo de brigadas organizadas ou de agentes do Estado reforça uma perspectiva centrada no indivíduo voluntarioso, reforçando a lógica da agência individual como resposta principal ao desastre. Esse tipo de representação, embora visualmente impactante, acaba por invisibilizar a multiplicidade de sujeitos afetados e engajados no enfrentamento à devastação ambiental do Pantanal. Ao destacar o indivíduo anônimo que combate o fogo, a fotografia não só silencia outras vozes como também desumaniza a crise ao reduzir sua complexidade a um gesto isolado, deslocando a

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	n o P a n t a n a l'			representatividade social ampla, centrada numa narrativa de bravura individual.		responsabilidade do coletivo e do poder público para ações individuais heroicas.
Pecuarista investido por incêndio no Pantanal vende u gado ao governador de MS	Uma fotografia	A fotografia mostra em primeiro plano a cabeça calcinada de um jacaré com a boca entreaberta, revelando dentes ainda intactos. O corpo carbonizado repousa sobre um solo	Não.	A imagem oferece uma representação vitimizada da fauna do Pantanal, centrando-se em um animal morto de forma violenta e explícita. A escolha do enquadramento e do foco reforça a dimensão trágica e sensacional do impacto ambiental, enquadrando o jacaré calcinado	Choque moral com forte apelo emocional e sensorial. A fotografia busca impactar o espectador pelo horror da cena, criando um sentimento de indignação e urgência. Contudo, esse tipo de imagem corre o risco de gerar anestesia ou consumo estético da dor, ao não vincular diretamente o sofrimento representado a contextos de responsabilidade e transformação social.	A imagem produz uma forte impressão visual de devastação ambiental, utilizando o recurso do choque moral para convocar a atenção do público. Trata-se de uma representação da fauna como vítima absoluta da destruição causada pelos incêndios, em uma abordagem que estetiza a dor e reforça a narrativa de tragédia sem mediações humanas. A ausência de povos originários e comunidades tradicionais acentua o apagamento desses

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		coberto por cinzas e restos de vegetação queimada. O foco fechado da imagem destaca a textura da pele e dos ossos do animal morto, enquanto o fundo desfocado indica um ambiente totalmente devastado pelo fogo, sem sinais de vida.		como símbolo da destruição, mas sem agência ou contexto social. Essa representação pode ser relacionada à desumanização simbólica do território, uma vez que silencia a conexão dos povos com o ambiente destruído, reforçando o silenciamento de sujeitos humanos e de suas lutas. A imagem prioriza o efeito de choque, afastando-se de perspectivas descolonizadoras que abordariam as relações entre a fauna, o ambiente e os modos de vida tradicionais.		atores e da complexidade de suas relações com o território, contribuindo para sua invisibilização. A representação vitimizada, centrada no sofrimento animal, impede a construção de sentidos mais amplos sobre a crise socioambiental como expressão de injustiça. Nesse sentido, a imagem se afasta de uma representação comprometida com a representatividade dos sujeitos coletivos afetados, reiterando a desumanização simbólica do bioma e de seus habitantes tradicionais.

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
Queimadas em Mato Grosso do Sul em risco espécies de primatas já ameaçadas	Uma imagem aérea mostra a margem do Rio Teles Pires com uma extensa faixa de vegetação completa ente queimada junto à água. A trilha avermelhada serpenteia pela borda da floresta remanescente, marcando a divisão entre o verde ainda preservado e o chão calcinado.	Não.	Não há sujeitos humanos, o que prioriza a dimensão geográfica da destruição. O silenciamento, especialmente das populações diretamente atingidas, reforça um olhar distanciado vazio. A imagem naturaliza a devastação ao adotar uma estética quase cartográfica do impacto, contribuindo para uma invisibilização dos sujeitos humanos e sociais que habitam, defendem ou são afetados por essa paisagem.	O enquadramento e a escala ampla remetem a uma estetização da destruição, em que a imagem adquire um valor quase pictórico, ainda que trate de uma tragédia socioambiental. A beleza formal — com linhas sinuosas, contraste entre cores e perspectiva aérea — suaviza a violência do acontecimento, podendo enfraquecer o impacto político e ético da destruição representada.	A imagem aérea que mostra a margem devastada de um curso d'água, sem presença de pessoas, reforça uma representação da destruição ecológica em escala geográfica, descolada dos sujeitos que ali vivem e resistem. A ausência de povos originários e comunidades tradicionais, somada à escolha de um ponto de vista elevado e impessoal, produz um olhar distante e generalizante. A devastação aparece como um fenômeno naturalizado e inevitável, o que contribui para uma invisibilização das relações de responsabilidade e dos impactos humanos concretos — sobretudo sobre os grupos historicamente vulnerabilizados. Essa ausência reforça um olhar colonial: aquele que	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		O horizonte está encoberto por névoa ou fumaça, intensificando a sensação de devastação ecológica.				escolhe o que merece ou não ser visto, silenciando as vidas afetadas. Além disso, a imagem se insere na lógica da estetização da dor ao transformar a tragédia em composição visual harmoniosa. A paleta de cores e o contraste com a água conferem um tom quase pictórico à destruição, produzindo uma ambiguidade entre denúncia e contemplação. Assim, o conjunto se afasta da convocação à responsabilidade, pois não interpela diretamente o olhar de quem vê nem o confronto com rostos, corpos ou narrativas de resistência. A destruição se torna paisagem — e isso a torna mais tolerável, menos urgente e menos política.

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
De quem é a culpa pelas tragédias no Pantanal e na Amazônia?	20 fotos	12 imagens mostram animais mortos ou em sofrimento em áreas atingidas pelos incêndios. Todas as cenas ocorrem em meio à vegetação destruída e ao solo queimado, com fumaça em suspensão. Os animais estão sozinhos, imóveis ou mortos. Não há presença humana direta nem de	Não.	As imagens constroem uma visão centrada na vitimização da fauna, com forte apelo à exposição da morte e da destruição. O silenciamento total de sujeitos humanos e especialmente de comunidades afetadas pelo fogo reforça a invisibilização desses grupos na narrativa visual. Há uma desumanização simbólica do território, reduzido à morte de animais e ao rastro do fogo. A única exceção é a presença do trator, que sinaliza uma ação humana pessoal, sem	O conjunto produz um forte efeito de choque moral, ao confrontar o espectador com imagens diretas da morte de animais e da devastação ambiental. No entanto, esse impacto visual se aproxima do risco de estetização da dor. A repetição de corpos queimados, a simetria de algumas composições e o uso da fumaça e da luz reforçam a beleza formal das imagens, o que pode atenuar o envolvimento político e ético do público. Ao silenciar os sujeitos humanos do território e reduzir a tragédia à sua dimensão natural, as imagens provocam comoção, mas esvaziam a responsabilidade histórica e coletiva do desastre.	O conjunto de imagens apresenta um panorama visual de destruição e resistência no Pantanal, centrado na devastação ambiental provocada pelos incêndios e no enfrentamento do fogo por brigadistas do Prevfogo/Ibama. Há uma presença marcante de corpos carbonizados de animais — bugios, anta, sucuri, aves —, registrados de forma crua e frontal, em contraste com fotografias que mostram o combate ao fogo por agentes uniformizados. As imagens da fauna morta reforçam um senso de perda irreparável, enquanto as dos brigadistas em ação constroem uma narrativa de esforço humano diante do desastre. No entanto, essa dualidade entre natureza vitimada e Estado atuante estabelece

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	de Mato Grosso do Sul e	comunidades tradicionais ou povos originários.		rostos ou identificação. A ênfase na fauna silvestre e na destruição ecológica, sem contextualização social, contribui para o apagamento de sujeitos coletivos e de suas formas de resistência ou sofrimento, afastando qualquer possibilidade de representatividade.		um campo visual que naturaliza a exclusão de outros sujeitos coletivos historicamente presentes no Pantanal. A paisagem é esvaziada de suas dimensões sociais mais complexas — comunidades tradicionais, povos originários, ribeirinhos — que não apenas vivem no território, mas que muitas vezes também atuam na sua defesa. A representação, nesse caso, torna-se redutora: reconhece o sofrimento da fauna e o trabalho institucionalizado, mas desumaniza pela ausência e invisibilização daqueles que resistem cotidianamente no território.
	chamadas,	Oito imagens retratam brigadistas em ação durante o combate aos incêndios na região	Não identificado.	Apresenta sujeitos humanos em ação direta, marcada por uma perspectiva de heroísmo e resistência. Os brigadistas aparecem como protagonistas da	As imagens produzem um duplo efeito. Por um lado, evocam o reconhecimento e a valorização do trabalho árduo de combate aos incêndios, provocando empatia e admiração — um sentido de convocação ética. Por outro lado, ao estetizar o	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		da fazenda Santa Tereza, no Pantanal. As fotografias mostram cenas diversas: deslocamento a pé em meio à poeira; transporte em caminhões; observação e combate direto ao fogo com sopradores; momentos de exaustão após longas jornadas de trabalho. A vegetação aparece constantemente		contenção da destruição, num enquadramento que os coloca como salvadores da paisagem. No entanto, a repetição exclusiva desse tipo de sujeito (vinculado ao Estado) acaba invisibilizando outras presenças fundamentais no território, como as populações locais que também atuam no combate ou sofrem diretamente os efeitos do fogo. Assim, apesar de romper com a ausência completa de sujeitos, há uma representação seletiva que reforça uma lógica	esforço hercúleo e o heroísmo individual, as fotografias podem obscurecer as causas estruturais dos incêndios e a negligência governamental que agrava o problema. O foco no enfrentamento imediato esvazia, em certa medida, o debate sobre prevenção, justiça ambiental e responsabilização política.	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		ente queimada ou em chamas, contrastando com os uniformes amarelos dos brigadistas, o que contribui para uma composição visual impactante. Também há registros noturnos e imagens em que o corpo dos trabalhadores evidencia cansaço extremo.		institucionalizada e centralizadora.		
Salles defen	16	15 imagens que	Não.	As imagens constroem uma	O conjunto produz um sentido de normalização e	As imagens da matéria constroem uma narrativa

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
de um combi nado de bois, fogo e produtos químicos para evitar novas queimadas no Pantanal	f o t o g r a f i a s	mostram o então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles em diferentes contextos políticos, institucionais e midiáticos. As fotografias o retratam em eventos formais, ao lado de autoridades como Jair Bolsonaro e Geraldo Alckmin, em reuniões ministeriais, entrevistas e cerimônias		representação institucional e positiva de Ricardo Salles, centralizando sua figura como agente político ativo. Trata-se de uma representação que reforça seu poder, legitimidade e articulação política, esvaziando as críticas às suas ações enquanto ministro e silenciando os impactos socioambientais de sua gestão, sobretudo sobre populações vulnerabilizadas. A ausência de outros sujeitos afetados por suas decisões, em especial dos	institucionalidade, suavizando conflitos e controvérsias. A recorrência de imagens sorridentes, composições cuidadosas e gestos de formalidade ou afeto (como apertos de mão ou poses junto a autoridades) colabora com a estetização da política. Ao evitar qualquer representação crítica ou conflitual, as imagens constroem um discurso visual que desmobiliza o olhar ético e crítico sobre a atuação do ministro e, por consequência, sobre o projeto de desmonte ambiental conduzido pelo governo ao qual pertence.	visual centrada na figura de Ricardo Salles, enfatizando sua presença institucional e política em diversos contextos. Há um esforço de legitimação de sua autoridade, tanto pelo destaque reiterado de sua imagem em situações de comando, quanto pela associação a figuras políticas estratégicas, como Jair Bolsonaro e Geraldo Alckmin. A repetição desses enquadramentos reforça uma representação centralizadora do poder, na qual Salles aparece como figura articuladora, racional e presente. Esse padrão imagético encobre as tensões e denúncias que envolvem sua atuação, sendo um “regime de visibilidade colonial”, em que a câmera não revela, mas organiza o que pode ou não ser visto, frequentemente apagando

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	tecom Ricardo Salles,	públicas.		povos originários e comunidades tradicionais, revela um apagamento sistemático dessas vozes, reforçando uma lógica de invisibilização e desumanização das populações diretamente atingidas pelas políticas ambientais do governo.		os conflitos e disputas simbólicas que permeiam os corpos e os territórios afetados pelas políticas públicas. A única imagem em que povos originários aparecem — e de maneira ostensiva — insere-se, no entanto, em um registro performático e distanciado, onde a diversidade cultural dos sujeitos é convertida em ornamento de uma cena que visa à construção de legitimidade institucional. Embora esses sujeitos estejam visivelmente presentes, sua agência é despolitizada: aparecem posando ao lado do ministro, sorrindo, como se em plena concordância com sua presença. A fotografia, divulgada nas redes do próprio Salles, atua como instrumento de invisibilização da complexidade das lutas
		A fotografia mostra o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, posando ao centro de um grupo de pessoas	Sim, a imagem retrata explicitamente a presença de povos originários	A imagem promove uma representação performática e institucionalizada dos povos originários. Ainda que estejam presentes com certo protagonismo visual, a	A imagem quer produzir um efeito de apaziguamento político e estético, ao sugerir uma suposta harmonia entre o Estado representado por Salles e os povos originários retratados. No entanto, o contexto informado — de arrendamento ilegal de terras indígenas para	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		originárias, que vestem trajes cerimoniais coloridos e adornos tradicionais, como cocares e colares de sementes e penas. A cena ocorre sobre um solo claro, possivelmente de areia branca, com floresta ao fundo e céu parcialmente nublado. Salles se destaca visualmente e por sua roupa ocidental	ários. O grupo aparece em evidência, com roupas e ornamentos que remetem a um momento ritual ou de performance cultural.	construção da cena com o ministro no centro e a disposição simétrica do grupo reduz a agência coletiva dos sujeitos originários a um cenário decorativo para reforçar a autoridade e a política do Estado. Trata-se, portanto, de uma representação que recorre a um exotismo controlado, uma instrumentalização dos corpos e culturas originárias para fins institucionais, com apagamento dos conflitos de poder ali implicados.	plantio de soja — tensiona essa leitura visual, revelando um uso estratégico da fotografia para mascarar práticas de desrespeito aos direitos originários. Trata-se de uma imagem construída que esvazia a dimensão de conflito e resistência, apresentando um retrato posado que opera como encobrimento simbólico da violência estrutural e institucional.	dos povos originários, sobretudo diante do dado de que o território em questão sofre com o arrendamento ilegal para cultivo de soja. Além disso, nem a Terra nem a etnia são identificadas. O sentido produzido, portanto, é o da estetização da harmonia entre Estado e povos originários, encobrindo tensões reais e estruturais. Assim, mesmo com a presença visual desses sujeitos, há desumanização simbólica: sua imagem é mobilizada para reforçar o poder de quem deveria ser denunciado por comprometer suas existências e territórios.

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		formal (camisa social clara e calça bege), contrastando com a indumentária dos demais.				
Incêndio e fortes ventos criam 'temporada de areia' no Pantanal	Uma fotografia	A fotografia, feita a partir do interior de uma aeronave, mostra uma imensa massa densa de fumaça e fuligem se erguendo sobre a vegetação do Pantanal,	Não.	A fotografia prioriza uma abordagem espetacularizante e meteorológica do impacto ecológico, sem representar sujeitos humanos nem comunidades atingidas. Assim, configura-se como uma representação ausente de agentes sociais, em que o foco recai sobre o fenômeno natural	A imagem produz um efeito de choque visual ao capturar a força do fenômeno em grande escala, porém carece de elementos que convoquem à responsabilização ou ação. O enquadramento aéreo e o registro da massa de fumaça como um “evento extraordinário” contribuem para uma estetização do desastre, que pode obscurecer suas causas humanas e políticas. O resultado é uma imagem de impacto que, embora	A imagem prioriza uma representação da destruição ambiental sob uma perspectiva aérea, sendo uma imagem visualmente impactante. Essa escolha estética enfatiza o caráter natural e extraordinário do acontecimento, deslocando o foco da ação humana e das responsabilidades políticas envolvidas no agravamento das queimadas no Pantanal. A ausência completa de sujeitos humanos — sobretudo daqueles

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		cobrindo a região da Serra do Amolar, em Corumbá (MS).		amplificado — a chamada “tempestade de areia” — reforçando um distanciamento simbólico e contribuindo para a invisibilização dos povos afetados.	impressionante, limita a compreensão da catástrofe socioambiental em sua complexidade.	diretamente atingidos, como povos originários e comunidades tradicionais — reforça um olhar distanciado e descontextualizado. A imagem insere-se, portanto, em uma lógica de invisibilização, ao esvaziar os aspectos sociais, políticos e históricos da crise socioambiental representada.
Fotógrafos lançam livro com imagens do Pantanal antes do fogo	17 fotos	As imagens fazem parte do livro “Pantanal: Serra do Amolar”, do fotógrafo Araquém Alcântara, e incluem registros feitos antes e durante os	Não.	Trata-se de uma representação sem agência humana, com foco em elementos da natureza, fauna e flora, antes e durante os incêndios. A ausência de sujeitos humanos, especialmente daqueles mais afetados, pode ser interpretada	O sentido dominante é o da contemplação e do choque moral. As imagens anteriores ao incêndio evocam admiração e encantamento, produzindo uma idealização da natureza. Já as imagens do fogo, embora documentais, são também estetizadas, com cores vibrantes, enquadramentos cuidadosamente compostos e uma ênfase	O conjunto de imagens destaca a exuberância do bioma e a devastação provocada pelos incêndios de 2020, sem, no entanto, incluir a presença de povos originários ou comunidades tradicionais. A ausência de sujeitos humanos nas fotografias — tanto nos registros anteriores ao fogo quanto nos momentos de destruição — revela uma representação marcada

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	arras	incêndios. As primeiras fotografias mostram paisagens aéreas exuberantes e preservadas do Pantanal, com vegetação densa, rios serpenteando entre as áreas verdes e montanhas ao fundo. Outras imagens revelam o pôr do sol em meio à fumaça, aves, animais e o bioma em sua		como uma invisibilização, ainda que involuntária, das comunidades locais. A estética apurada de algumas imagens aproxima-se de uma possível estetização da paisagem e da destruição.	visual que pode atenuar a violência real do desastre. Essa tensão entre documentação e beleza pode produzir distanciamento emocional, ainda que cause indignação.	pela invisibilização, na qual os verdadeiros guardiões e habitantes do território permanecem fora do enquadramento. Ao não se mostrar quem vive, resiste ou sofre no Pantanal, a imagem reforça uma narrativa naturalizante da paisagem e do desastre, como se este fosse um fenômeno exclusivamente ecológico e não também socioambiental e histórico.

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	análise Serrieda do Amolamento da imagem	diversidade. Também há fotos de áreas em chamas, fumaça espessa e animais fugindo do fogo. A composição inclui registros em cores vivas e em preto e branco, com forte apelo estético.				

Matéria	Número de Fotografi as	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	ri o r e s a 2 0 2 0 , d a s q u a i s d u a s n o c o r p o d					

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
a m a t é r i a						
Incêndios no Pantanal: por que o fogo ainda ameaça o ecossistema mesmo após a chegada da chuva	Seis fotos	Três imagens mostram três cenas distintas. Uma revela focos de fogo no topo de uma serra envolta em fumaça, com vegetação queimada em primeiro plano. Outra exibe o sol entre colunas de fumaça e	Não.	As imagens apresentam destruição ambiental com ênfase na vitimização da fauna, especialmente por meio da imagem da onça ferida. Há também o silenciamento dos sujeitos humanos ligados ao território, a crise ambiental é retratada como uma força da natureza ou uma tragédia sem responsáveis	O conjunto produz um choque moral e uma estetização da destruição, com imagens impactantes que capturam a violência do fogo e o sofrimento da fauna, mas sem contextualizar visualmente as causas humanas ou políticas do desastre.	Se constrói uma narrativa visual que alterna entre o rastro de destruição ecológica e as ações de contenção e cuidado. O primeiro grupo de fotos evidencia a continuidade dos focos de incêndio, mesmo após as chuvas, por meio de imagens de florestas queimadas, fumaça densa e animais afetados — como a onça-pintada ferida em ambiente de reabilitação. O segundo grupo introduz os sujeitos humanos, mas apenas na forma de brigadistas e voluntários do resgate, atuando no combate ao fogo e no salvamento de uma anta

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	a m a t é ri a	árvores calcinadas, com uma atmosfera avermelhada. A última mostra uma onça-pintada ferida e abatida, deitada em um ambiente fechado, provavelmente sendo cuidada.		diretos visíveis.		ferida. Em ambos os conjuntos, há uma ausência completa de povos originários e comunidades tradicionais, o que configura um processo contínuo de invisibilização desses sujeitos — apesar de sua presença histórica e da relação direta com os territórios retratados.
		A primeira imagem mostra uma anta deitada de lado, aparentemente sedada, sobre a carroceria	Não definido.	As imagens apresentam uma representação por meio de agentes do combate e cuidado, centrada nos corpos de brigadistas e voluntários em ação, bem como no resgate de um	As imagens produzem um choque moral, especialmente pela sobreposição do desastre ambiental com o esforço humano em mitigá-lo. Há também traços de uma convocação à responsabilidade coletiva, sobretudo na cena do resgate do animal — um	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		de madeira de um veículo. Um homem com chapéu de aba larga e camiseta de manga comprida, que veste colete com logotipo, está inclinado sobre o animal em atitude de cuidado. Ao fundo, vê-se uma paisagem seca e plana, coberta por poeira, sem vegetação visível. Na segunda imagem,		animal ferido. Expressam agência, esforço e humanidade, porém, vinculados a sujeitos autorizados institucionalmente ou associados à narrativa do salvamento. Não há presença de povos originários nem de comunidades tradicionais, o que contribui para sua invisibilização na construção visual da crise. Essa ausência compromete a representatividade dos sujeitos que historicamente vivem, protegem e sofrem com a destruição do território.	gesto que apela à comoção do público. Ainda assim, há certo risco de estetização da dor no modo como a cena noturna e as labaredas são captadas, evocando uma dramaticidade visual que pode afastar a compreensão estrutural do problema.	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		três pessoas combatem o fogo em uma área de mata seca. Todas usam roupas de proteção e chapéus; duas delas empunham ferramentas para conter as chamas, que aparecem à esquerda da cena, enquanto a vegetação ao redor está seca e queimada. Há muita fumaça, dificultando a				

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		visibilidade do fundo da imagem. A terceira imagem, feita à noite, mostra um homem sozinho combatendo o fogo com um abafador. Ele está de chapéu, camisa clara e calça escura, e está cercado por labaredas que se espalham pelo chão. Ao fundo, o fogo consome a vegetação,				

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		iluminando a cena com tons alaranjados e vermelhos.				
Disputas nas comissões do Senado sobre queimadas sepultam o plano para o Pantanal	010620	A imagem, capturada durante a noite, mostra um brigadista de costas, em pé diante de uma cerca de madeira, observando uma intensa linha de fogo que consome a vegetação da floresta logo à frente. As chamas	Não.	A imagem representa a atuação humana diante do desastre ambiental, com foco na figura solitária do brigadista. A composição reforça a ideia de enfrentamento desigual entre o indivíduo e a força destrutiva do fogo, evocando um tipo de representação heroica e silenciosa da resistência ambiental. No entanto, a ausência de contextos locais	A fotografia opera dentro do regime do choque moral, ao contrapor a figura humana solitária ao cenário apocalíptico. O espectador é colocado diante de uma cena de urgência e desespero, mas sem elementos de denúncia ou responsabilização direta, o que pode gerar um sentimento de impotência ou empatia isolada, sem mobilização.	A imagem do brigadista diante da floresta em chamas transmite a gravidade dos incêndios, reforçando a ideia de colapso ambiental e enfrentamento desigual. Porém, ao focar em um agente solitário e anônimo, sem qualquer referência a povos originários ou comunidades tradicionais, a fotografia contribui para a invisibilização desses grupos. Embora convoque o olhar moral do espectador, a cena reforça uma visão tecnocrática da crise, centrada no combate institucional ao fogo, sem reconhecer outras formas

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		iluminam as árvores secas, cujos galhos retorcidos e sem folhas reforçam a sensação de devastação .		ou coletivos reforça a despolitização do enfrentamento. A imagem gera desumanização parcial, ao invisibilizar o pertencimento ou identidade do brigadista, que aparece como corpo funcional. E nem sinal de povos originários ou comunidades tradicionais.		de conhecimento e presença no território. Isso limita a representatividade e reproduz silenciamentos históricos.
Vi um Pantanal desfigurado, sem vida, silêncio, conta fotógrafo João	11 fotos	As imagens apresentam registros aéreos e paisagísticos do Pantanal pós-incêndio. A primeira fotografia mostra uma linha	Não.	A ausência de sujeitos humanos — especialmente de populações locais — remete a uma invisibilização ativa, em que o território é retratado como paisagem ou ecossistema isolado, sem	As imagens produzem um sentido de choque moral e convocação ao luto ambiental, pela imensidão da destruição registrada de forma estética, detalhada e silenciosa. Há também uma estetização da dor ecológica, com imagens cuidadosamente compostas, realçando o contraste entre o antes e o depois, o verde e o	As imagens apresentadas compõem uma narrativa visual centrada na devastação do Pantanal, com ênfase em paisagens queimadas, áreas alagadas degradadas e registros da transformação drástica do bioma. Se privilegia a dimensão estética da destruição, produzindo um efeito de distanciamento

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
Farkas	u m a n o c o r p o d a m a t é ri a e d e z n o c a rr o s s e	nítida entre o verde da vegetação viva e o preto da área carbonizada, com as chamas ainda ativas. As seguintes mostram uma lagoa quase completamente seca, com poucos tuiuiús dispersos, e uma outra vista aérea repleta de manchas negras, com vegetação rala e indícios de		vínculo com as formas de vida que o habitam e sustentam. A ênfase recai na devastação ecológica, desprovida de agência social ou de resistência coletiva.	preto, a vida e a morte.	que, embora impactante, apaga a presença de sujeitos humanos, especialmente povos originários e comunidades tradicionais. E ainda que se inclua uma figura humana, associa-a ao papel técnico de monitoramento ambiental, reforçando um olhar institucional e externo ao território. Em ambos os casos, as imagens silenciam experiências locais e afetivas com o Pantanal, reiterando uma representação pautada na ausência e na desumanização dos sujeitos coletivos. Tal construção visual reforça uma perspectiva colonial que transforma o território em cenário de desastre natural, e não em espaço de disputa e resistência.

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
	Ilustração	áreas úmidas que resistem. Uma árvore carbonizada em primeiro plano surge com galhos retorcidos diante de um céu azul, em contraste com montanhas ao fundo. Em outras imagens, a presença de fumaça encobre parcialmente as paisagens.				
		Uma fotografia mostra Carlos	Não.	A imagem reforça uma representação especializada da	A imagem provoca choque moral ao mostrar, de forma direta e sem artifícios, a consequência	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		Adriano Ximenes Kirchner, gestor de reservas do Instituto do Homem Pantaneiro, ajoelhado no solo queimado, desenterrando a carcaça de um jacaré morto na região da Serra do Amolar. A vegetação carbonizada ao redor reforça o cenário de destruição. O gesto cuidadoso e concentrado do homem		ação humana, onde o agente ambiental atua como testemunha e cuidador dos vestígios da tragédia. Ainda que haja presença humana, ela não corresponde à representação das comunidades tradicionais afetadas diretamente pelo fogo. Assim, permanece a invisibilização dessas populações e de suas formas de resistência e sofrimento, substituídas por uma figura tecnicamente autorizada.	brutal do incêndio sobre a fauna. Há uma convocação à responsabilidade, uma vez que o gesto do agente remete ao luto, à denúncia e à memória do que foi perdido. Ao mesmo tempo, o contraste entre a atenção cuidadosa e o cenário árido intensifica o senso de desolação.	

Matéria	Número de Fotografias	Descrição	Presença de Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais	Tipo de Representação (ou Ausência)	Sentido produzido pela Imagem.	Análise final.
		contrasta com o solo escuro e ressequido, onde apenas os ossos do animal permanecem visíveis.				